

PRESTAÇÃO DE CONTAS

2024 _____ CONSOLIDADA

www.cm-vizela.pt

ÍNDICE

1. Introdução	1
2. Demonstrações consolidadas	
2.1 Balanço consolidado	3
2.2 Demonstração de Resultados por natureza consolidado	4
2.3 Demonstração das alterações no património líquido consolidado	5
2.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa consolidado	7
2.5 Demonstração consolidada de desempenho orçamental	8
2.6 Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza	13
3. Anexos às Demonstrações Financeiras Consolidadas	15
4. Relatório de Gestão das Contas Consolidadas	52
5. Relação Nominal dos Responsáveis	54
6. Certificação Legal de Contas e Relatório e parecer do órgão de fiscalização	55
7. Relatório e Contas da Vimágua, EIM, SA	61

1. INTRODUÇÃO

Na sequência da publicação da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, doravante designado por RFALEI, o Município de Vizela apresenta as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2024, reportadas a 31 de dezembro.

Os documentos de Prestação de Contas Consolidadas de 2024, elaborados e aprovados pelos órgãos executivos, são acompanhados pela Certificação Legal de Contas, de modo a serem submetidos à apreciação dos órgãos deliberativos, conforme disposto no artigo 76.º do RFALEI.

A crescente utilização pelos municípios de formas organizacionais de diversa natureza, nomeadamente empresarial, que detêm ou controlam, para a prossecução das suas atribuições e competências, numa lógica de grupo municipal, torna insuficiente a simples prestação de contas individualizada, pois esta não permite obter uma visão global da situação financeira do *grupo municipal*, dificultando por um lado a tomada de decisão dos gestores municipais e por outro, não permite uma avaliação integrada do conjunto de atividades desenvolvidas por aquelas entidades.

Assim, o objetivo da consolidação de contas é de elaborar demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si, como se de uma entidade única se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do *grupo municipal*.

No trabalho que se apresenta é realizado o perímetro de consolidação e um enquadramento das entidades que ficam excluídas desse perímetro elencando os motivos de tal exclusão.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, refere que os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios são os definidos para as entidades do setor público administrativo.

As demonstrações financeiras e orçamentais consolidadas foram preparadas tendo por base as demonstrações financeiras e orçamentais individuais da entidade consolidante que já se apresentaram pelo MEP – método de equivalência patrimonial, pelo que, o balanço, a demonstração de resultados, a demonstração das alterações do património líquido e o mapa de fluxos de caixa consolidados, são iguais aos individuais do município.

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

2.1 BALANÇO CONSOLIDADO

BALANÇO CONSOLIDADO			
Rubricas	Notas	Datas	
		2024	2023
ATIVO			
Ativo não corrente		71 427 240,42 €	72 659 861,22 €
Ativos fixos tangíveis	5	66 437 993,70 €	67 489 274,56 €
Propriedades de Investimento		131 549,96 €	132 385,64 €
Ativos intangíveis	3	1 045 665,90 €	1 028 445,88 €
Participações financeiras	18 e 23	3 803 082,59 €	4 000 806,87 €
Devedores empréstimos bonificados e subs reembolsáveis		8 948,27 €	8 948,27 €
Ativo corrente		11 116 965,44 €	8 017 485,31 €
Inventários	10	95 250,11 €	73 563,43 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		656 340,98 €	879 536,49 €
Clientes, contribuintes e utentes	9	2 662 361,62 €	2 457 450,72 €
Estado e outros entes públicos		0,00 €	0,00 €
Outras contas a receber		3 618 935,50 €	3 219 948,08 €
Diferimentos		94 939,29 €	74 713,92 €
Caixa e depósitos	1	3 989 137,94 €	1 312 272,67 €
Total Ativo		82 544 205,86 €	80 677 346,53 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		72 298 373,23 €	69 468 016,66 €
Património/Capital		25 829 718,36 €	25 405 920,24 €
Reservas		12 151 306,26 €	12 151 306,26 €
Resultados transitados		-1 148 888,85 €	-842 586,83 €
Ajustamentos em ativos financeiros		1 029 394,40 €	1 029 394,40 €
Outras variações no património líquido		34 792 576,95 €	32 061 680,63 €
Resultado líquido do período		-355 733,89 €	-337 698,04 €
Total Património Líquido		72 298 373,23 €	69 468 016,66 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		7 246 160,94 €	8 259 739,80 €
Provisões	15	1 035 324,89 €	1 082 650,78 €
Financiamentos obtidos	7 e 18	5 679 063,86 €	6 727 232,97 €
Outras contas a pagar		531 772,19 €	449 856,05 €
Passivo corrente		2 999 671,69 €	2 949 590,07 €
Credores por transf. e subs não reembolsáveis		8 197,73 €	8 708,26 €
Fornecedores		396 873,71 €	472 634,22 €
Estado e outros entes públicos		130 752,96 €	84 293,69 €
Financiamentos obtidos	7 e 18	974 397,52 €	847 732,16 €
Fornecedores de investimentos		118 365,43 €	258 844,21 €
Outras contas a pagar		1 366 678,81 €	1 272 883,49 €
Diferimentos		4 405,53 €	4 494,04 €
Total Passivo		10 245 832,63 €	11 209 329,87 €
Total Património Líquido e Passivo		82 544 205,86 €	80 677 346,53 €

2.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADO			
Período 01/01/2024 a 31/12/2024			
Rubricas	Notas	Datas	
		2024	2023
Impostos, contribuições e taxas		6 410 529,06 €	5 761 210,00 €
Vendas		0,00 €	8 900,40 €
Prestações de serviços e concessões		1 649 958,33 €	1 694 559,00 €
Transferências e subsídios correntes obtidos		10 896 126,01 €	9 800 798,51 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	23	914,67 €	26 535,77 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-217 102,61 €	-307 416,69 €
Fornecimentos e serviços externos		-5 920 136,09 €	-5 444 790,26 €
Gastos com pessoal		-6 798 020,09 €	-6 302 796,46 €
Transferências e subsídios concedidos		-3 505 737,99 €	-2 930 605,68 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-196 189,25 €	-281 768,53 €
Provisões (aumentos/reduções)		47 325,89 €	179 382,08 €
Outros rendimentos		1 571 996,86 €	1 728 136,86 €
Outros gastos		-444 670,90 €	-290 536,04 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		3 494 993,89 €	3 641 608,96 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-3 507 672,21 €	-3 588 483,97 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		-12 678,32 €	53 124,99 €
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00 €	4 330,40 €
Juros e gastos similares suportados		-343 055,57 €	-395 153,43 €
Resultado antes de impostos		-355 733,89 €	-337 698,04 €
Resultado líquido do período		-355 733,89 €	-337 698,04 €

2.3 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO														
Período 01/01/2024 a 31/12/2024														
Designação	No tas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla											Interesses que não contro lam	Total do património líquido
		Capital / Património subscrito	Acções (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		25 405 920,24 €				12 151 306,26 €	-842 586,83 €	1 029 394,40 €		32 061 680,63 €	-337 698,04 €	69 468 016,66 €		69 468 016,66 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)	23						33 481,90 €			2 275 394,90 €		2 308 876,80 €		2 308 876,80 €
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização e respetivas variações														
Transferências e subsídios de capital							33 481,90 €			2 275 394,90 €		2 308 876,80 €		2 308 876,80 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido														
Correção de erros materiais														
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)											-355 733,89 €	-355 733,89 €		-355 733,89 €
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)											-355 733,89 €	1 953 142,91 €		1 953 142,91 €

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

Período 01/01/2024 a 31/12/2024

Designação	No tas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla											Interesses que não contro lam	Total do património líquido
		Capital / Património subscrito	Acções (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL		
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)		423 798,12 €					-339 783,92 €			455 501,42 €	337 698,04 €	877 213,66 €		877 213,66 €
Subscrições de capital/património														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações		423 798,12 €					-339 783,92 €			455 501,42 €	337 698,04 €	877 213,66 €		877 213,66 €
Subscrições de prémios de emissão														
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		25 829 718,36 €				12 151 306,26 €	-1 148 888,85 €	1 029 394,40 €		34 792 576,95 €	-355 733,89 €	72 298 373,23 €		72 298 373,23 €

2.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO			
PERÍODO 2024/01/01 - 2024/12/31			
Rubricas	Notas	Datas	
		2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1 825 399,67 €	1 942 244,48 €
Recebimentos de contribuintes		4 865 776,62 €	4 917 504,88 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		10 914 237,77 €	9 956 846,01 €
Recebimentos de utentes		1 178 398,28 €	672 095,86 €
Pagamentos a fornecedores		-6 122 592,07 €	-5 654 184,64 €
Pagamentos ao pessoal		-6 721 735,06 €	-6 272 515,15 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-3 495 411,50 €	-2 935 771,07 €
Caixa gerada pelas operações		2 444 073,71 €	2 626 220,37 €
Outros recebimentos/pagamentos		-148 700,32 €	-242 557,77 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		2 295 373,39 €	2 383 662,60 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-1 923 653,16 €	-6 198 319,89 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-17 912,50 €	-44 640,53 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		71 000,00 €	88 000,00 €
Recebimentos - Propriedades de Investimento		17 081,60 €	21 348,94 €
Recebimentos - Transferências de capital		3 567 878,73 €	4 511 817,32 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		1 714 394,67 €	-1 621 794,16 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		71 000,00 €	144 256,96 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-992 503,75 €	-1 881 563,01 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-411 399,04 €	-389 926,58 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-1 332 902,79 €	-2 127 232,63 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		2 676 865,27 €	-1 365 364,19 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		1 312 272,67 €	2 677 636,86 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		3 989 137,94 €	1 312 272,67 €
Conciliação entre caixa e seus equivalentes e saldos da gerência			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		1 312 272,67 €	2 677 636,86 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		1 312 272,67 €	2 677 636,86 €
SGA De execução orçamental		708 109,84 €	2 047 050,51 €
SGA De operações de tesouraria		604 162,83 €	630 586,35 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		3 989 137,94 €	1 312 272,67 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		3 989 137,94 €	1 312 272,67 €
SGS De execução orçamental		3 385 241,25 €	708 109,84 €
SGS De operações de tesouraria		603 896,69 €	604 162,83 €

2.5. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL										
Período 01/01/2024 a 31/12/2024										
Classificação			Recebimentos / Pagamentos	Fontes de Financiamento (2024)						2023
Rubrica	Orgânica	Económica		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
			Saldo de gerência anterior	694 318,17 €	0,00 €	13 791,67 €	0,00 €	604 162,83 €	1 312 272,67 €	2 677 636,86 €
			Operações orçamentais [1]	694 318,17 €	0,00 €	13 791,67 €	0,00 €	0,00 €	708 109,84 €	2 047 050,51 €
			Restituição do saldo oper. orçamentais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
			Operações de tesouraria [A]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	604 162,83 €	604 162,83 €	630 586,35 €
			Receita corrente	18 771 730,53 €	0,00 €	52 648,26 €	0,00 €	0,00 €	18 824 378,79 €	17 554 927,69 €
R1			Receita fiscal	4 665 751,86 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 665 751,86 €	4 770 921,02 €
R11			Impostos diretos	4 665 751,86 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 665 751,86 €	4 770 921,02 €
R12			Impostos indiretos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R2			Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R3			Taxas, multas e outras penalidades	1 378 423,04 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 378 423,04 €	818 679,72 €
R4			Rendimentos de propriedade	17 081,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	17 081,60 €	55 151,45 €
R5			Transferências e subsídios correntes	10 861 589,51 €	0,00 €	52 648,26 €	0,00 €	0,00 €	10 914 237,77 €	9 956 846,01 €
R51			Transferências correntes	10 861 589,51 €	0,00 €	52 648,26 €	0,00 €	0,00 €	10 914 237,77 €	9 956 846,01 €
R511			Administrações Públicas	10 861 589,51 €	0,00 €	52 648,26 €	0,00 €	0,00 €	10 914 237,77 €	9 946 846,01 €
R5111			Administração Central - Estado Português	10 817 440,84 €	0,00 €	52 648,26 €	0,00 €	0,00 €	10 870 089,10 €	9 747 554,15 €
R5112			Administração Central - Outras entidades	44 148,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	44 148,67 €	59 046,50 €

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL										
Período 01/01/2024 a 31/12/2024										
Classificação			Recebimentos / Pagamentos	Fontes de Financiamento (2024)						2023
Rubrica	Orgânica	Económica		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
R5113			Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5114			Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5115			Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	140 245,36 €
R512			Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R513			Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	10 000,00 €
R52			Subsídios correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R6			Venda de bens e serviços	1 825 399,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 825 399,67 €	1 942 244,48 €
R7			Outras receitas correntes	23 484,85 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	23 484,85 €	11 085,01 €
			Receita de capital	1 482 285,56 €	0,00 €	2 350 252,13 €	0,00 €	0,00 €	3 832 537,69 €	4 599 817,32 €
R8			Venda de bens de investimento	71 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	71 000,00 €	88 000,00 €
R9			Transferências e subsídios de capital	1 217 626,60 €	0,00 €	2 350 252,13 €	0,00 €	0,00 €	3 567 878,73 €	4 511 817,32 €
R91			Transferências de capital	1 217 626,60 €	0,00 €	2 350 252,13 €	0,00 €	0,00 €	3 567 878,73 €	4 511 817,32 €
R911			Administrações Públicas	1 217 626,60 €	0,00 €	2 350 252,13 €	0,00 €	0,00 €	3 567 878,73 €	4 511 817,32 €
R9111			Administração Central - Estado Português	1 216 136,90 €	0,00 €	2 219 130,51 €	0,00 €	0,00 €	3 435 267,41 €	1 908 611,79 €
R9112			Administração Central - Outras entidades	1 489,70 €	0,00 €	131 121,62 €	0,00 €	0,00 €	132 611,32 €	2 603 205,53 €
R9113			Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9114			Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9115			Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R912			Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R913			Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R92			Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL										
Período 01/01/2024 a 31/12/2024										
Classificação			Recebimentos / Pagamentos	Fontes de Financiamento (2024)						2023
Rubrica	Orgânica	Económica		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
R10			Outras receitas de capital	193 658,96 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	193 658,96 €	0,00 €
R11			Reposições não abatidas aos pagamentos	9 293,23 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9 293,23 €	8 627,70 €
			Receita efetiva [2]	20 263 309,32 €	0,00 €	2 402 900,39 €	0,00 €	0,00 €	22 666 209,71 €	22 163 372,71 €
			Receita não efetiva [3]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	71 000,00 €	0,00 €	71 000,00 €	144 256,96 €
R12			Receita com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R13			Receita com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	71 000,00 €	0,00 €	71 000,00 €	144 256,96 €
			Soma [4] = [1] + [2] + [3]	20 957 627,49 €	0,00 €	2 416 692,06 €	71 000,00 €	0,00 €	23 445 319,55 €	24 354 680,18 €
			Operações de tesouraria [B]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	148 736,15 €	148 736,15 €	175 767,51 €
			Despesa corrente	16 105 693,84 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	16 105 693,84 €	14 775 695,75 €
D1			Despesas com o pessoal	7 196 102,91 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7 196 102,91 €	6 874 405,88 €
D11			Remunerações Certas e Permanentes	5 764 726,61 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 764 726,61 €	5 456 666,22 €
D12			Abonos Variáveis ou Eventuais	100 623,44 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	100 623,44 €	86 803,23 €
D13			Segurança social	1 330 752,86 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 330 752,86 €	1 330 936,43 €
D2			Aquisição de bens e serviços	5 648 224,22 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 648 224,22 €	5 052 293,91 €
D3			Juros e outros encargos	402 828,17 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	402 828,17 €	381 527,37 €
D4			Transferências e subsídios correntes	2 475 096,45 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 475 096,45 €	2 189 419,91 €
D41			Transferências correntes	2 438 911,27 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 438 911,27 €	2 124 029,14 €
D411			Administrações Públicas	784 005,61 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	784 005,61 €	556 013,31 €
D4111			Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL										
Período 01/01/2024 a 31/12/2024										
Classificação			Recebimentos / Pagamentos	Fontes de Financiamento (2024)						2023
Rubrica	Orgânica	Económica		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
D4112			Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4113			Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4114			Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4115			Administração Local	784 005,61 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	784 005,61 €	556 013,31 €
D412			Entidades do Setor Não Lucrativo	1 352 020,74 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 352 020,74 €	1 255 547,35 €
D413			Famílias	302 884,92 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	302 884,92 €	312 468,48 €
D414			Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D42			Subsídios Correntes	36 185,18 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	36 185,18 €	65 390,77 €
D5			Outras despesas correntes	383 442,09 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	383 442,09 €	278 048,68 €
			Despesa de capital	2 178 680,57 €	0,00 €	783 200,14 €	0,00 €	0,00 €	2 961 880,71 €	6 989 311,58 €
D6			Aquisição de bens de capital	1 158 365,52 €	0,00 €	783 200,14 €	0,00 €	0,00 €	1 941 565,66 €	6 242 960,42 €
D7			Transferências e subsídios de capital	1 020 315,05 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 020 315,05 €	746 351,16 €
D71			Transferências de capital	1 020 315,05 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 020 315,05 €	746 351,16 €
D711			Administrações Públicas	274 917,08 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	274 917,08 €	238 435,20 €
D7111			Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7112			Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7113			Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7114			Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7115			Administração Local	274 917,08 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	274 917,08 €	238 435,20 €

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL										
Período 01/01/2024 a 31/12/2024										
Classificação			Recebimentos / Pagamentos	Fontes de Financiamento (2024)						2023
Rubrica	Orgânica	Económica		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
D712			Entidades do Setor não Lucrativo	745 397,97 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	745 397,97 €	507 915,96 €
D713			Famílias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D714			Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D72			Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D8			Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
			Despesa efetiva [5]	18 284 374,41 €	0,00 €	783 200,14 €	0,00 €	0,00 €	19 067 574,55 €	21 765 007,33 €
			Despesa não efetiva [6]	992 503,75 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	992 503,75 €	1 881 563,01 €
D9			Despesa com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D10			Despesa com passivos financeiros	992 503,75 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	992 503,75 €	1 881 563,01 €
			Soma [7] = [5] + [6]	19 276 878,16 €	0,00 €	783 200,14 €	0,00 €	0,00 €	20 060 078,30 €	23 646 570,34 €
			Operações de tesouraria [C]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	149 002,29 €	149 002,29 €	202 191,03 €
			Saldo para a gerência seguinte	1 680 749,33 €	0,00 €	1 633 491,92 €	71 000,00 €	603 896,69 €	3 989 137,94 €	1 312 272,67 €
			Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	1 680 749,33 €	0,00 €	1 633 491,92 €	71 000,00 €	0,00 €	3 385 241,25 €	708 109,84 €
			Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	603 896,69 €	603 896,69 €	604 162,83 €
			Saldo global [2] - [5]	1 978 934,91 €	0,00 €	1 619 700,25 €	0,00 €	0,00 €	3 598 635,16 €	398 365,38 €
			Despesa primária	17 881 546,24 €	0,00 €	783 200,14 €	0,00 €	0,00 €	18 664 746,38 €	21 383 479,96 €
			Saldo corrente	2 666 036,69 €	0,00 €	52 648,26 €	0,00 €	0,00 €	2 718 684,95 €	2 779 231,94 €
			Saldo de capital	-696 395,01 €	0,00 €	1 567 051,99 €	0,00 €	0,00 €	870 656,98 €	-2 389 494,26 €
			Saldo primário	2 381 763,08 €	0,00 €	1 619 700,25 €	0,00 €	0,00 €	4 001 463,33 €	779 892,75 €
			Receita total [1] + [2] + [3]	20 957 627,49 €	0,00 €	2 416 692,06 €	71 000,00 €	0,00 €	23 445 319,55 €	24 354 680,18 €
			Despesa total [5] + [6]	19 276 878,16 €	0,00 €	783 200,14 €	0,00 €	0,00 €	20 060 078,30 €	23 646 570,34 €

2.6. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

A Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações tem como objetivo apresentar de forma consolidada a posição financeira da entidade num determinado momento, abrangendo os valores a receber e as obrigações por pagar.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA							
RUBRICA	LIQUIDAÇÕES	31/12/2024	31/12/2023	RUBRICA	OBRIGAÇÕES	31/12/2024	31/12/2023
	Receita corrente	1 850 912,32 €	1 536 164,81 €		Despesa corrente	315 679,20 €	380 537,99 €
R1	Receita fiscal	0,00 €	0,00 €	D1	Despesas com o pessoal	73 896,35 €	72 791,54 €
R1.1	Impostos diretos	0,00 €	0,00 €	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	67 772,10 €	66 749,00 €
R1.2	Impostos indiretos	0,00 €	0,00 €	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	737,75 €	656,04 €
R2	Contrib. para sist. de proteção social e subsist de saúde	0,00 €	0,00 €	D1.3	Segurança social	5 386,50 €	5 386,50 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	208 546,52 €	192 073,59 €	D2	Aquisição de bens e serviços	220 055,79 €	222 876,97 €
R4	Rendimentos de propriedade	1 148 841,93 €	904 516,02 €	D3	Juros e outros encargos	8 445,56 €	71 514,16 €
R5	Transferências e subsídios correntes	87,75 €	87,75 €	D4	Transferências e subsídios correntes	12 882,29 €	12 980,18 €
R5.1	Transferências correntes	87,75 €	87,75 €	D4.1	Transferências correntes	8 197,73 €	7 658,26 €
R5.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €	D4.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	D4.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	D4.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €	D4.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €
R5.1.2	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	7 840,49 €	7 658,26 €
R5.1.3	Outras	87,75 €	87,75 €	D4.1.3	Famílias	357,24 €	0,00 €
R5.2	Subsídios correntes	0,00 €	0,00 €	D4.1.4	Outras	0,00 €	0,00 €
R6	Venda de bens e serviços	493 436,12 €	437 687,45 €	D4.2	Subsídios Correntes	4 684,56 €	5 321,92 €
R7	Outras receitas correntes	0,00 €	1 800,00 €	D5	Outras despesas correntes	399,21 €	375,14 €
	Receita de capital	0,00 €	0,00 €		Despesa de capital	101 318,15 €	122 091,49 €

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

RUBRICA	LIQUIDAÇÕES	31/12/2024	31/12/2023	RUBRICA	OBRIGAÇÕES	31/12/2024	31/12/2023
R8	Venda de bens de investimento	0,00 €	0,00 €	D6	Aquisição de bens de capital	101 318,15 €	122 091,49 €
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	D7	Transferências e subsídios de capital	0,00 €	0,00 €
R9.1	Transferências de capital	0,00 €	0,00 €	D7.1	Transferências de capital	0,00 €	0,00 €
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €	D7.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	D7.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	D7.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €	D7.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €
R9.1.2	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	0,00 €	0,00 €
R9.1.3	Outras	0,00 €	0,00 €	D7.1.3	Famílias	0,00 €	0,00 €
R9.2	Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	D7.1.4	Outras	0,00 €	0,00 €
R10	Outras receitas de capital	0,00 €	0,00 €	D7.2	Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €
	Receita efetiva [1]	1 850 912,32 €	1 536 164,81 €	D8	Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00 €	0,00 €		Despesa efetiva [4]	416 997,35 €	502 629,48 €
	Receita não efetiva [2]	0,00 €	0,00 €		Despesa não efetiva [5]	0,00 €	0,00 €
R12	Receita com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €
R13	Receita com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	D10	Despesa com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €
	Receita Total [3]=[1]+[2]	1 850 912,32 €	1 536 164,81 €		Despesa Total [6]=[4]+[5]	416 997,35 €	502 629,48 €

3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico e informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

1.1. Caracterização da entidade consolidante

Nome: Município de Vizela

Morada: Praça do Município, n.º 522 4815-013 Vizela

NIF: 505 985 217

Composição do Órgão Executivo a 31/12/2024:

Presidente: Victor Hugo Machado da Costa Salgado de Abreu

Vereadores: Maria Agostinha Ribeiro de Freitas

Arnaldo José Abreu Guimarães de Sousa

António Nuno da Cunha Faria

Anabela Ribeiro dos Santos Oliveira

Rui Manuel Azevedo Ferreira

Jorge Alexandre Mendes Pedrosa

Composição do Órgão Deliberativo a 31/12/2024:

Presidente: António Fernando Pereira Carvalho

Secretários: Primeiro Secretário: André Filipe Oliveira de Castro

Segundo Secretário: Márcia Patrícia Carneiro Costa

Órgão de Fiscalização: Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, Lda.

Sistema aplicável de contabilidade: SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2024

Estado das contas do Exercício 2024: Apreciadas em Assembleia Municipal

Tipo de Entidade: Município

N.º médio de trabalhadores: 329

1.2. Definição do perímetro de consolidação financeira

O perímetro de consolidação financeira, de acordo com a NCP 22, inclui apenas uma entidade:

Denominação	Contribuinte	Sede Social	% capital detido	Valor da participação	Motivos da inclusão	Método de consolidação
Vimágua - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA	505 993 082	Rua Rei do Pegu n.º 172, União de Freguesias de Oliveira, S. Paio e S. Sebastião 4810-025 Guimarães	10%	50 000,00 €	Trata-se de uma entidade enquadrada no n.º 6 do art.º 75º do RFALEI	Equivalência Patrimonial

Considerando que a única entidade passível de consolidação não aplica o SNC-AP e, por conseguinte, não aplica a NCP 26, nos mapas relativos à consolidação orçamental consideram apenas os dados relativos ao Município de Vizela.

1.2.1. Caracterização das entidades participadas incluídas no perímetro de consolidação

Composição dos órgãos sociais:

- **A Assembleia Geral** tem desde 29 de novembro de 2023 a seguinte composição:

Presidente: Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, Vereadora da Câmara Municipal de Guimarães

Vogal: Victor Hugo Machado da Costa Salgado de Abreu, Presidente da Câmara Municipal de Vizela

- **O Conselho de Administração** iniciou funções a 22 de outubro de 2021 e é composto pelos seguintes membros:

Presidente: Armindo José Ferreira da Costa e Silva, designado sob proposta do Município de Guimarães

1.º Vogal: Maria Agostinha Ribeiro de Freitas, designada sob proposta do Município de Vizela

2.º Vogal: Maria Mafalda da Costa de Castro Ferreira Cabral, designada sob proposta do Município de Guimarães

O Presidente do Conselho de Administração exerce funções executivas, em regime de permanência. Os membros do Conselho de Administração da Vimágua, na qualidade de gestores públicos, estão abrangidos pelo Regime de Impedimentos definido na Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, no Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março), nos Princípios de Bom Governo das Empresas do Setor Público Empresarial (RCM n.º 49/2007, de 28 de março), nos quais são estabelecidas as regras relativas ao exercício cumulativo de funções e a obrigatoriedade de não intervenção nas decisões que envolvam interesses próprios desses titulares, bem como, na Lei n.º 52/2019, de 31 de julho que aprovou o Regime do Exercício de Funções por Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos.

- **Fiscal Único:** Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, Lda., representada por António de Jesus Pereira

Sistema aplicável de contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística - SNC

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2024

Estado das contas do Exercício 2024: Aprovadas

Tipo de Entidade: Empresa do Setor Empresarial Local

N.º médio de trabalhadores: 222

1.3 Caracterização das Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação

Entidades / Fundos			Participação no final do exercício				Observações
Denominação	Natureza da entidade	NIPC	Valor subscrito	Data subscrição	%	Valor contabilizado a 31/12/2024	
Entidades Societárias							
Águas do Norte, SA	Sociedade Anónima	513 606 084	1 169 655,00 €	03/12/2003	1,05%	1 169 655,00 €	
TCR - Turismo Cultural e Religioso, CRL	Cooperativa de Responsabilidade Limitada	506 592 545	5 000,00 €	26/09/2007	2,00%	5 000,00 €	Entidade em processo de extinção
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Fundo	513 319 182	351 099,00 €	01/06/2015	0,08%	351 099,00 €	
Entidades Não Societárias							
	AMAVE - Associação de Municípios do Vale do Ave	Associação de Municípios	502 622 482		01/09/1998		Em 2024 foi pago à AMAVE o valor de 12 879,49 € referente a custos de funcionamento e comparticipações
	CIM do Ave - Comunidade Intermunicipal do Ave	Associação de Municípios	508 887 780		14/04/2009		Em 2024 foi pago à CIM do Ave o valor de 133.457,49 € referente a custos de funcionamento e comparticipações em projetos.
	ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Associação de Municípios	501 627 413		01/09/1998		Em 2024 foi pago à ANMP o valor de 5.645,46 € referente à quota anual
	Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Entidade Regional	508 905 435		11/12/2009		Em 2024 foi pago à Porto e Norte o valor de 1.500,00 € referente à quota anual.
	ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais	Outras	513 864 202		22/02/2022		Em 2024 foi pago à ANAM o valor de 1.425,00 € referente à quota anual

1.4 Informações relativas aos procedimentos de consolidação

1.4.1 Métodos de consolidação utilizados pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação relativamente à contabilização das participações.

O Município de Vizela utiliza o método de equivalência patrimonial, tal como definido na NCP

23 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos.

Método de equivalência patrimonial - aplica-se quando uma entidade exerce controlo conjunto ou influência significativa sobre uma participada. Este método consiste no reconhecimento pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora.

A aplicação do método de equivalência patrimonial já se encontra refletido nas demonstrações financeiras individuais, pelo que não existe qualquer alteração aos mapas já apresentados nos Documentos de Prestação de Contas Individuais de 2024.

Existem três participações **excluídas** do perímetro de consolidação, nos termos do n.º 3 do artigo 75.º do RFALEI, são:

- Participação nas Águas do Norte SA, na qual o Município detém 1,053%, ou seja 1.169.655,00 € do capital. Está registada pelo método do custo histórico;
- Participação na TCR – Desenvolvimento e Promoção do Turismo Cultural e Religioso, CRL, na qual o Município detém 2%, ou seja 5.000,00 € do capital. Está registada pelo método do custo histórico.
- Participação no FAM – Fundo de Apoio Municipal no qual o Município detém 0,08% do capital, ou seja 351.099,00 €. Está registada pelo método do custo histórico.

1.5 Desagregação de caixa e depósitos

Em 31 de dezembro de 2024 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos do Município apresentava a seguinte distribuição:

Conta	31-12-2024	
Caixa		3 827,30 €
Depósitos à ordem		3 381 413,95 €
Depósitos bancários à ordem	3 381 413,95 €	
Outros depósitos		603 896,69 €
Depósitos a prazo		
Depósitos consignados	603 896,69 €	
TOTAL		3 989 137,94 €

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras do Município de Vizela foram preparadas em conformidade com o estabelecido nas Normas de Contabilidade Pública e as mesmas apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

2.1. Bases de mensuração

Ativos fixos tangíveis

Estão mensurados pelo seu custo, menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Quando se trate de ativos obtidos através de uma transação sem contraprestação são registados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT) ou quando não seja possível, pelo valor de avaliação por entidade certificada para o mesmo, no caso dos imóveis, ou pelo custo do bem ou valor de mercado no caso dos outros bens.

Os custos de aquisição incluem o custo da compra, quaisquer custos necessários para colocar o ativo na sua localização, em condições necessárias para ser utilizado e quando aplicável, a estimativa dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos. No entanto, ainda não foi feita a estimativa dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos.

Ativos intangíveis

Estão mensurados pelo seu custo, deduzido de qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Quando se trate de ativos obtidos através de uma transação sem contraprestação são mensurados ao justo valor.

Propriedades de investimento

Em 2024, não foram reconhecidas quaisquer propriedades de investimento, para além dos bens já reconhecidos em 2023, nomeadamente, os bens do domínio privado do espaço denominado “Parque de jogos de Vizela”, previstos no Contrato de Concessão de exploração do espaço, outorgado no dia 12 de junho de 2023, encontrando-se mensurados pelo custo histórico, deduzidos das depreciações acumuladas.

Participações financeiras

Também as participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo.

As participações em associadas em que o município exerce influência significativa, estão mensuradas por recurso ao método da equivalência patrimonial, de acordo com a NCP 23.

Depreciações e amortizações

São calculadas segundo o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerada a vida útil de referência que consta no classificador complementar. Acresce referir que a depreciação/amortização inicia no momento em que o bem fica disponível para uso.

Acréscimos e diferimentos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos contabilisticamente no momento em que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização do exercício.

Caixa e depósitos bancários

São expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente. No caso de ser aplicável, as disponibilidades em moeda estrangeira são expressas no balanço ao câmbio em vigor na data a que ele se reporta.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Encontram-se em inventários os bens destinados a ser utilizados na prestação de serviços da autarquia e/ou bens destinados a venda.

Fornecedores, fornecedores de investimentos e outras contas a pagar

Os saldos são incluídos nestas rubricas apenas quando o Município se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, sendo os mesmos mensurados pelo custo ou custo amortizado.

Encontram-se também refletidos na rubrica de outras contas a pagar saldos referentes a acréscimos de gastos.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo ou custo amortizado. De acordo com este método, na data do reconhecimento inicial os financiamentos são reconhecidos no passivo, pelo valor nominal recebido e líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Os financiamentos são mensurados ao custo amortizado, que inclui encargos financeiros, e calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Provisões

São constituídas provisões para fazer face a obrigações presentes resultantes de acontecimentos já ocorridos, sendo provável um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação.

As provisões constituídas correspondem essencialmente a processos judiciais e apuradas com base em relatório dos advogados do município responsáveis pelas ações judiciais, que definem o valor esperado da ação e dão a sua opinião quanto à probabilidade de desfecho desfavorável para a autarquia.

Rendimentos

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços e dos subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração de Resultados, com referência à data da prestação de serviços e, à data do Balanço, são reconhecidos líquidos de impostos, de descontos e de outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os juros e ganhos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

O rendimento de impostos e taxas municipais é reconhecido na data em que o direito é adquirido e quando é possível realizar estimativa fiável do mesmo.

Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos funcionários e membros dos órgãos autárquicos, independentemente da data do seu pagamento.

De acordo com a legislação laboral em vigor, os funcionários na sua generalidade, têm direito a férias e subsídio de férias, no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado.

Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte. Este montante foi reconhecido na rubrica Outras Contas a Pagar na subrubrica de Remunerações a Liquidar.

Subsídios e transferências correntes

Os subsídios e transferências obtidas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que venham a ser recebidos e de que a autarquia cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos na rubrica Outras variações no património líquido, são transferidos numa base sistemática para resultados, à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração e transferências correntes destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento.

2.2. Outras políticas contabilísticas consideradas relevantes

Não foram aplicadas outras políticas contabilísticas na análise das demonstrações financeiras, apenas as exigidas pela aplicação das normas do SNC-AP.

2.3. Julgamentos com impacto nas quantias reconhecidas

Os julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Município são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa que, tendo em conta o

histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros, se acredita serem razoáveis.

Neste sentido, os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento materialmente relevante no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso dos períodos seguintes são:

- Perdas por imparidade – a determinação de uma eventual perda por imparidade, pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Município;
- Provisões – o Município analisa eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para pagamentos das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos;
- Impostos a receber – a estimativa de impostos a receber em exercícios futuros, reconhecidos como rendimentos no exercício corrente, foi efetuada com base na informação disponibilizada pela Autoridade Tributária através do Portal das Finanças em relação ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e Derrama.

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras do Município de Vizela foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações. Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos do Município de Vizela são considerados na preparação das demonstrações financeiras e no caso de ser materialmente relevantes serão divulgadas no presente anexo.

2.5. Aplicação inicial de uma NCP

Não aplicável.

2.6. Principais fontes de incertezas das estimativas

Não aplicável.

2.7. Alterações em estimativas contabilísticas

Não aplicável.

Quadro 2 – Reexpressão retrospectiva

Não aplicável.

2.8. Erros materiais de períodos anteriores

Não aplicável.

Nota 3 - Ativos intangíveis

O método de amortização utilizado nos ativos intangíveis é o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerada a vida útil de referência que consta no classificador complementar.

O detalhe da quantia escriturada dos ativos intangíveis é a seguinte:

AI - QUANTIA ESCRITURADA											
Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
			Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais	Diminuições	
	Ativos Intangíveis	1 028 445,88 €	31 207,72 €					-13 987,70 €			1 045 665,90 €
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
AI2	Goodwill										
AI3	Projetos de desenvolvimento										
AI4	Programas de computador e sistemas de informação	8 953,41 €	15 207,72 €					-10 137,68 €			14 023,45 €
AI5	Propriedade industrial e intelectual	1 019 492,47 €	6 000,00 €					-3 600,00 €			1 021 892,47 €
AI6	Outros		10 000,00 €					-250,02			9 749,98 €
AI7	Ativos intangíveis em curso										
TOTAL		1 028 445,88 €	31 207,72 €					-13 987,70 €			1 045 665,90 €

AI - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES											
Rubrica	Designação	Adições									
		Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
	Ativos Intangíveis		31 207,72 €								31 207,72 €
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
AI2	Goodwill										
AI3	Projetos de desenvolvimento										
AI4	Programas de computador e sistemas de informação		15 207,72 €								15 207,72 €
AI5	Propriedade industrial e intelectual		6 000,00 €								6 000,00 €
AI6	Outros		10 000,00 €								10 000,00 €
AI7	Ativos intangíveis em curso										
TOTAL			31 207,72 €								31 207,72 €

Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente

Os contratos de concessão que o Município de Vizela tinha a 31 de dezembro de 2023, enquanto concedente, encontram-se elencados no quadro seguinte:

4. Acordos de concessão de serviços: concedente

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão	EDP Distribuição - Energia S.A.	Distribuição eletricidade em baixa tensão	20 Anos	Renda trimestral a pagar ao município	-	-	-
Serviço público de colocação e exploração de publicidade e sinalética comercial em espaços de domínio publico	Alargâmbito - Publicidade Exterior, Unipessoal, Lda.	Serviço público de colocação e exploração de publicidade e sinalética comercial em espaços de domínio público	10 Anos	138.875,00 € (a pagar ao município)	-	-	-
Construção e exploração de bar de praia fluvial	Turvizela- Empreendimentos Turísticos, Lda.	Terreno	25 anos	Construção e exploração de "Bar de Praia Fluvial"	-	-	-
Exploração do Parque de Jogos de Vizela	L & M – Sociedade de Catering, Lda.	Terrenos e Edifício	20 anos	Construção e Manutenção de Equipamentos			

Nota 5 – Ativos fixos tangíveis

Os bens considerados ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados pelo custo deduzidos dos gastos de depreciação e das perdas por imparidade existentes.

Em 2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis encontra-se no seguinte quadro:

AFT - QUANTIA ESCRITURADA										
Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	23 168 608,45 €	868 661,37 €	-22 188,68 €				-1 387 622,34 €			22 627 458,80 €
Terrenos e recursos naturais	3 140 633,00 €	43 279,24 €	-2 033,32							3 181 878,92 €
Edifícios e outras construções	4 813 911,23 €		2 257 635,18 €				-272 875,59 €			6 798 670,82 €
Infraestruturas	13 269 471,97 €	20 339,69 €	118 738,93 €				-1 114 746,75 €			12 293 803,84 €
Património histórico, artístico e cultural	314 074,85 €	7 380,00 €								321 454,85 €
Outros										
Bens de domínio público em curso	1 630 517,40 €	797 662,44 €	-2 396 529,47 €							31 650,37 €
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										

AFT - QUANTIA ESCRITURADA										
Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
Outros ativos fixos tangíveis	44 320 666,11 €	1 866 798,35 €	-236 111,23 €				-2 108 096,49 €		-32 721,84 €	43 810 534,90 €
Terrenos e recursos naturais	9 137 714,22 €	334 217,48 €	40 158,32 €						-25 398,18 €	9 486 691,84 €
Edifícios e outras construções	32 321 038,20 €	501 103,03 €	139 667,83 €				-1 516 291,38 €			31 445 517,68 €
Equipamento básico	1 090 412,20 €	264 425,51 €					-217 900,85 €		-7 226,31 €	1 129 710,55 €
Equipamento de transporte	483 452,54 €	259 135,26 €					-129 645,93 €			612 941,87 €
Equipamento administrativo	143 461,09 €	32 294,57 €					-50 866,37 €			124 889,29 €
Equipamentos biológicos										
Outros	809 076,77 €	217 655,10 €					-193 391,96 €		-97,35 €	833 242,56 €
Ativos fixos tangíveis em curso	335 511,09 €	257 967,40 €	-415 937,38 €							177 541,11 €
TOTAL	67 489 274,56 €	2 735 459,72 €	-258 299,91 €				-3 495 718,83 €		-32 721,84 €	66 437 993,70 €

AFT - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES

Ativos Fixos Tangíveis	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural		825 382,13 €				517,03 €				42 762,21 €	868 661,37 €
Terrenos e recursos naturais						517,03 €				42 762,21 €	43 279,24 €
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas		20 339,69 €									20 339,69 €
Património histórico, artístico e cultural		7 380,00 €									7 380,00 €
Outros											
Bens de domínio público em curso		797 662,44 €									797 662,44 €
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
Outros ativos fixos tangíveis		1 001 813,65 €		144 621,70 €						720 363,00 €	1 866 798,35 €
Terrenos e recursos naturais		95 625,00 €		36 947,50 €						201 644,98 €	334 217,48 €
Edifícios e outras construções		16 875,00 €								484 228,03 €	501 103,03 €
Equipamento básico		229 935,51 €								34 490,00 €	264 425,51 €
Equipamento de transporte		151 461,06 €		107 674,20 €							259 135,26 €
Equipamento administrativo		32 294,58 €								-0,001 €	32 294,57 €
Equipamentos biológicos											
Outros		217 655,10 €									217 655,10 €
Ativos fixos tangíveis em curso		257 967,40 €									257 967,40 €
TOTAL		1 827 195,78 €		144 621,70 €		517,03 €				763 125,21 €	2 735 459,72 €

AFT - DESAGREGAÇÃO DAS DIMINUIÇÕES						
Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis		-7 646,25 €			-25 075,99 €	-32 721,84 €
Terrenos e recursos naturais		-2 033,32 €			-23 364,86 €	-25 398,18 €
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico		-5 612,93 €			-1 613,38 €	-7 226,31 €
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo						
Equipamentos biológicos						
Outros						
Ativos fixos tangíveis em curso						
TOTAL		-7 646,25 €			-25 075,99 €	-32 721,84 €

Nota 6 – Locações

O Município de Vizela, em 2024, não detém qualquer contrato de locação.

Nota 7 – Custo de empréstimos obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos como os juros e/ou outros gastos incorridos com a obtenção de empréstimos, são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nas situações em que são diretamente imputáveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período para ficar pronto para uso seja substancial.

Quadro 7.1 - Empréstimos obtidos – Empréstimos bancários

No quadro seguinte apresentamos o detalhe dos empréstimos obtidos pela Câmara Municipal de Vizela:

Entidade	Data do contrato	Data de visto do TC	Prazo do contrato	Capital		Taxa de juro		Pagamento de anos anteriores			Pagamentos do ano			Encargos vencidos e não pagos	Saldo em 1 de janeiro	Saldo em 31 de dezembro
				Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total			
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	14/07/2004	25/08/2004	20 Anos	486 928,00 €	486 928,00 €	2,633%	0,000%	459 876,45 €	109 023,24 €	568 899,69 €	27 051,55 €	844,55 €	27 896,10 €	- €	27 051,55 €	- €
Banco Santander Totta, S.A.	16/05/2005	04/08/2005	20 Anos	532 240,00 €	532 240,00 €	2,344%	3,814%	473 102,08 €	97 675,92 €	570 778,00 €	29 568,88 €	2 153,73 €	31 722,61 €	- €	59 137,92 €	29 569,04 €
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	21/10/2005	06/12/2005	20 Anos	266 776,00 €	266 776,00 €	2,437%	3,437%	237 134,22 €	44 408,97 €	281 543,19 €	14 820,89 €	1 079,29 €	15 900,18 €	- €	29 641,78 €	14 820,89 €
Novo Banco, S.A.	12/07/2006	07/09/2006	20 Anos	673 511,00 €	623 761,00 €	3,592%	3,436%	519 800,83 €	91 065,18 €	610 866,01 €	34 653,39 €	3 889,08 €	38 542,47 €	- €	103 960,17 €	69 306,78 €
Banco Comercial Português, S.A.	06/11/2006	18/01/2007	20 Anos	223 110,00 €	198 110,00 €	3,973%	3,800%	159 588,74 €	25 642,69 €	185 231,43 €	11 006,12 €	1 439,50 €	12 445,62 €	- €	38 521,26 €	27 515,14 €
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	30/05/2008	24/07/2008	20 Anos	2 445 000,00 €	1 530 091,60 €	5,235%	3,442%	1 147 568,69 €	179 156,58 €	1 326 725,27 €	85 005,10 €	15 985,00 €	100 990,10 €	- €	382 522,91 €	297 517,81 €
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	25/07/2017	30/11/2017	16 Anos	4 610 950,85 €	4 610 950,85 €	1,700%	4,488%	1 729 106,55 €	488 893,72 €	2 218 000,27 €	288 184,43 €	160 815,72 €	449 000,15 €	- €	2 881 844,30 €	2 593 659,87 €
Banco BPI, S.A.	22/08/2017	30/11/2017	16 Anos	4 889 049,15 €	4 889 049,15 €	1,600%	4,308%	1 833 393,35 €	491 383,35 €	2 324 776,70 €	305 565,58 €	166 273,26 €	471 838,84 €	- €	3 055 655,80 €	2 750 090,22 €
Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	27/08/2019	11/10/2019	15 Anos	42 962,26 €	34 152,06 €	0,000%	3,883%	3 665,22 €	613,01 €	4 278,23 €	2 123,86 €	1 226,28 €	3 350,14 €	- €	30 486,84 €	28 362,98 €
Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	15/11/2019	14/05/2020	15 Anos	192 831,69 €	192 831,69 €	0,134%	3,042%	19 663,49 €	5 946,72 €	25 610,21 €	12 031,41 €	7 054,66 €	19 086,07 €	- €	173 168,20 €	161 136,79 €
Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	02/03/2020	22/04/2020	15 Anos	98 878,54 €	32 959,51 €	0,085%	3,253%	7 457,80 €	947,02 €	8 404,82 €	1 769,32 €	1 045,06 €	2 814,38 €	- €	25 501,71 €	23 732,39 €
Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	15/06/2020	26/10/2020	15 Anos	51 447,90 €	34 298,60 €	0,000%	3,042%	2 159,77 €	1 115,91 €	3 275,68 €	2 114,24 €	1 316,01 €	3 430,25 €	- €	32 138,83 €	30 024,59 €
Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	26/10/2020	28/01/2021	15 Anos	260 814,00 €	260 814,00 €	0,000%	4,307%	- €	7 911,80 €	7 911,80 €	15 479,76 €	10 714,54 €	26 194,30 €	- €	260 814,00 €	245 334,24 €
Banco BPI, S.A.	06/11/2020	24/02/2021	20 Anos	1 390 000,00 €	1 390 000,00 €	0,940%	4,348%	1 059 737,10 €	54 066,10 €	1 113 803,20 €	18 872,26 €	16 117,67 €	34 989,93 €	- €	330 262,90 €	311 390,64 €
Banco BPI, S.A.	11/07/2022	27/09/2022	20 Anos	1 800 000,00 €	71 000,00 €	2,593%	3,945%	- €	- €	- €	- €	1 279,44 €	1 279,44 €	- €	- €	71 000,00 €
Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	24/01/2023	17/02/2023	10 Anos	432 770,89 €	144 256,96 €	1,564%	1,564%	- €	- €	- €	144 256,96 €	2 256,18 €	146 513,14 €	- €	144 256,96 €	- €
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	16/05/2024	16/08/2024	20 Anos	3 163 000,00 €	- €	4,184%	4,184%	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €

Nota 8 – Propriedades de investimento

Em 2024, não foram reconhecidas quaisquer propriedades de investimento, para além dos bens, já reconhecidos em 2023, do denominado “Parque de Jogos de Vizela”, conforme Contrato de Concessão da exploração do espaço, outorgado no dia 12 de junho de 2023. Estes encontram-se reconhecidos e mensurados pelo custo histórico, deduzidas das depreciações acumuladas.

PI - QUANTIA ESCRITURADA (MODELO DO CUSTO)													
Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final	Gastos do Período	Rendimentos do Período	
			Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do período	Perdas por imparidade	Reversão de perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições			Rendas	Outras
	Propriedades de Investimento	132 385,64 €			-835,68 €					131 549,96 €			
PI1	Bens de domínio público												
PI2	Terrenos e Recursos Naturais	100 700,00 €								100 700,00 €			
PI3	Edifícios e outras Construções	31 685,64 €			-835,68 €					30 849,96 €			
PI4	Outras propriedades de Investimento												
PI5	Propriedades de Investimento em curso												
TOTAL		132 385,64 €			-835,68 €					131 549,96 €			

PI - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES (MODELO DO CUSTO)											
Rubrica	Designação	Adições									
		Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
	Propriedades de Investimento										
P11	Bens de domínio público										
P12	Terrenos e Recursos Naturais										
P13	Edifícios e outras Construções										
P14	Outras propriedades de Investimento										
P15	Propriedades de Investimento em curso										
TOTAL											

PI - DESAGREGAÇÃO DAS DIMINUIÇÕES (MODELO DO CUSTO)						
Rubrica	Designação	Diminuições				
		Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
	Propriedades de Investimento					
PI1	Bens de domínio público					
PI2	Terrenos e Recursos Naturais					
PI3	Edifícios e outras Construções					
PI4	Outras propriedades de Investimento					
PI5	Propriedades de Investimento em curso					
TOTAL						

Nota 9 – Imparidade de ativos

O Município de Vizela tem registada a seguinte imparidade no ano 2024:

- Clientes, contribuintes e utentes pelo valor de 1.128.611,52 € que os serviços do Município apuraram constituir risco de incobrabilidade.

Quadro 9.1 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

Ativo	Natureza	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Modelo utilizado	
					Justo valor	Valor de uso
Clientes, contribuintes e utentes	Gerador de Caixa	3 790 973,14 €	1 128 611,52 €	2 662 361,62 €		
TOTAL		3 790 973,14 €	1 128 611,52 €	2 662 361,62 €		

Nota 10 - Inventários

O custo de cada bem é apurado através da média ponderada do seu custo de aquisição e do custo dos itens semelhantes adquiridos durante o ano. Nos quadros seguintes, apresentamos a informação detalhada dos valores da conta de inventário e os movimentos do período.

Quadro 10.1 – Inventários

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários:

Rubrica (1)	Quantia bruta (2)	Imparidade acumulada (3)	Quantia recuperável (4) = (2) - (3)
Mercadorias	1 686,45 €	0,00 €	1 686,45 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	93 563,66 €	0,00 €	93 563,66 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	95 250,11 €	0,00 €	95 250,11 €

Quadro 10.2 - Inventários: movimentos do período

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos movimentos do período:

Rubrica (1)	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10) = (2) + (3) - (4) + (5) - (6) + (7) - (8) + (9)
Mercadorias	1 686,45 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 686,45 €
Matérias- primas, subsidiárias e de consumo	71 876,98 €	238 789,29 €	217 102,61 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	93 563,66 €
Total	73 563,43 €	238 789,29 €	217 102,61 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	95 250,11 €

Nota 13 – Rendimentos de transações com contraprestação

O rendimento originado de uma transação com contraprestação é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço. Para além deste fator, o rendimento apenas será reconhecido quando for possível mensurá-lo com fiabilidade.

No quadro infra apresentamos o detalhe destes rendimentos.

Quadro 13.1 - Rendimento de transações com contraprestação

Os rendimentos de transações com contraprestação efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, têm a seguinte composição:

Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido
Prestação de serviços	1 649 958,33 €
Venda de bens	-
Juros	-
Royalties	-
Dividendos ou distribuições similares	-
Outros	358 653,57 €
Total	2 008 611,90 €

Nota 14 – Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas independentemente de qualquer contraprestação por parte do Estado. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Quadro 14.1 - Rendimentos sem contraprestação

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos:

Tipo de Rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos	3 474 427,95 €				
Impostos indiretos	1 511 145,56 €				
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde					
Taxas	1 295 386,49 €		169 911,00 €	167 805,04 €	
Multas e outras penalidades	129 569,06 €		22 162,59 €	40 741,48 €	
Transferências sem condição	10 896 126,01 €	2 274 610,78 €	87,75 €	87,75 €	
Transferências com condição					
Subsídios sem condição					
Subsídios com condição					
Legados, ofertas e doações		79 004,88 €			
Outros	1 214 257,96 €	377 280,66 €			
TOTAL	18 520 913,03 €	2 730 896,32 €	192 161,34 €	208 634,27 €	

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Para fazer face a obrigações resultantes de acontecimentos ocorridos no período, são constituídas provisões.

As provisões constituídas correspondem fundamentalmente a processos judiciais e são apuradas com base nos relatórios dos advogados do município responsáveis pelas ações judiciais, que definem o valor esperado da ação e atendendo à sua opinião quanto à probabilidade de desfecho desfavorável para a Câmara Municipal.

No quadro seguinte apresentação a listagem de provisões existentes:

Rubricas (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final 11=(2)+(6)-(10)
		Reforços (3)	Aumentos da quantia descontada (4)	Outros aumentos (5)	Total aumentos (6)=(3)+(4)+(5)	Utilizações (7)	Reversões (8)	Outras diminuições (9)	Total diminuições (10)=(7)+(8)+(9)	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	1 082 650,78 €	184 643,75 €			184 643,75 €	136 740,00 €	95 229,64 €		231 969,64 €	1 035 324,89 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	1 082 650,78 €	184 643,75 €			184 643,75 €	136 740,00 €	95 229,64 €		231 969,64 €	1 035 324,89 €

Nota 18 – Instrumentos financeiros

Quadro 18.1 - Ativos financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Caixa e seus equivalentes:	1 312 272,67 €									3 989 137,94 €
Caixa	4 475,65 €								648,35 €	3 827,30 €
Depósitos bancários	703 634,19 €				2 677 779,76 €					3 381 413,95 €
Outros depósitos	604 162,83 €								266,14 €	603 896,69 €
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:										
Ativo Não Corrente										
Participações financeiras - custo	4 000 806,87 €									3 803 082,59 €
Investimentos em entidades controladas (41.1)										
Vimágua - Empresa de água e saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA	2 475 052,87 €				914,67 €				198 638,95 €	2 277 328,59 €
Outros ativos financeiros	1 525 754,00 €									1 525 754,00 €
Outras contas a receber	8 948,27 €									8 948,27 €
Ativo Corrente										
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	879 536,49 €								223 195,51 €	656 340,98 €
Clientes, contribuintes e utentes	2 457 450,72 €			1 408,55 €	401 100,15 €			197 597,80 €		2 662 361,62 €
Outras contas a receber	3 219 948,08 €				398 987,42 €					3 618 935,50 €
TOTAL	11 878 963,10 €			1 408,55 €	3 478 782,00 €			197 597,80 €	422 748,95 €	14 738 806,90 €

Quadro 18.2 - Passivos financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Aquisições	Ganhos de justo valor	Outros	Liquidações	Perdas de justo valor	Outras	
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado								
Passivos não corrente								
Financiamentos obtidos								
Empréstimos bancários de m/l p não excecionados (25.1.1.2)	6 093 870,39 €			71 000,00 €			787 676,70 €	5 377 193,69 €
Empréstimos bancários de m/l p excecionados (25.1.1.2)								
Empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis a m/lp de serviços e fundos autónomos excecionados (20.4.2.2)	633 362,58 €						331 492,41 €	301 870,17 €
Outras contas a pagar	449 856,05 €			81 916,14 €				531 772,19 €
Passivos corrente								
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	8 708,26 €						510,53 €	8 197,73 €
Fornecedores	472 634,22 €						75 760,51 €	396 873,71 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes								
Financiamentos obtidos								
Empréstimos bancários de m/l p não excecionados (25.1.1.2)	814 728,20 €			787 676,70 €			814 728,20 €	787 676,70 €
Empréstimos bancários de m/l p excecionados (25.1.1.2)								
Empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis a m/lp de serviços e	33 003,96 €			331 492,41 €			177 775,55 €	186 720,82 €

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Aquisições	Ganhos de justo valor	Outros	Liquidações	Perdas de justo valor	Outras	
fundos autónomos excecionados (20.4.2.1)								
Fornecedores de investimentos	258 844,21 €						140 478,78 €	118 365,43 €
Estado e outros entes públicos	84 293,69 €			46 459,27 €				130 752,96 €
Outras contas a pagar	1 272 883,49 €			93 795,32 €				1 366 678,81 €
TOTAL	10 122 185,05 €			1 412 339,84 €			2 328 422,68 €	9 206 102,21 €

Quadro 18.4 - Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital

Rubricas	Fração do capital detido à data de relato	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
			Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Participações de capital – ao custo											
FAM - Fundo de Apoio Municipal	0,8%	351 099,00 €									351 099,00 €
Águas do Norte, SA	1,06%	1 169 655,00 €									1 169 655,00 €
TCR - Turismo Cultural e Religioso, CRL	2,00%	5 000,00 €									5 000,00 €
TOTAL		1 525 754,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 525 754,00 €

Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas

Nos quadros infra apresentamos a listagem das entidades controladas pela Câmara Municipal de Vizela assim como as transações existentes entre as partes relacionadas:

Quadro 20.1 - Listagem de entidades controladas

O Município em 31 de dezembro de 2024, tinha controlo sobre a seguinte entidade:

Designação	Sede	% Controlo		Controlo final (*)
		Direto	Indireto	
Vimágua - Empresa de água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA	Rua do Rei Pegú, nºo 172 4810-025 Guimarães	10%		10%

Nota: A existência de influência significativa por parte do Município, deve-se à representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada.

Quadro 20.2 - Transações entre partes relacionadas

Entidade relacionada (1)	Natureza do relacionamento (2)	Transação (3)			Saldo no fim do período (4)	Termos e condições (5)
		Tipo	Quantia	% no total transações		
Vimágua - Empresa de água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA	Entidade Controlada	Fornecimentos e serviços externos	279 463,86 €	58,80%	36 982,19 €	
		Subsídios à exploração	40 869,74 €	8,60%	4 684,56 €	
AMAVE - Associação de Municípios do Vale do Ave	Associada	Comparticipação nos custos de funcionamento	12 879,49 €	2,71%	-	
CIM do Ave - Comunidade Intermunicipal do Ave	Associada	Comparticipação nos custos de funcionamento	133 457,49 €	28,08%		
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Associada	Quota Anual + Inscrição em congresso	5 645,46 €	1,19%	-	
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Associada	Quota Anual	1 500,00 €	0,32%	-	
ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais	Associada	Quota Anual	1 425,00 €	0,30%		
Totais			475 241,04 €	100%	41 666,75 €	

No que respeita às transações com a Vimágua, não foram efetuados quaisquer ajustamentos de consolidação, considerando que é utilizado o método da equivalência patrimonial para atualização do valor da participação financeira.

Nota 23 – Outras informações relevantes para compreensão da posição financeira e do desempenho financeiro

O método de consolidação utilizado foi o Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

Este método consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida, pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

As demonstrações financeiras individuais do Município já refletem a participação no capital social da Vimágua, não sendo por isso efetuados movimentos extra-contabilísticos.

Assim, já se encontram refletidos os movimentos abaixo na Prestação de Contas individual já apresentada.

Lançamento n.º	Descrição	Conta a débito	Valor a débito	Conta a crédito	Valor a crédito
1	Ajustamento do valor do MEP em relação à participação do Município na Vimágua – exercício 2024	41.1.1.1.3- Investimentos em entidades controladas - empresas locais	914,67 €	78.5.1 - Rendimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos - aplicação do MEP	914,67 €
2	Ajustamento do valor do MEP em relação à participação do Município na Vimágua – reexpressão retrospectiva	56.2 – Resultados Transitados - regularizações	198 638,95 €	41.1.1.1.3- Investimentos em entidades controladas - empresas locais	198 638,95 €

No exercício de 2024, a Vimágua - Empresa de água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA, viu ser recusada, pelo Tribunal de Contas, a alteração ao Contrato de Gestão Delegada, em particular no que respeita à conversão da dívida da contrapartida em capital social e ao cálculo da contrapartida relativa a 2022 e anos seguintes.

Face a esta recusa, foi então faturado pelos Município de Guimarães e Vizela o valor das contrapartidas de 2022 e 2023 perfazendo o valor total de 1.986.389,54 € (1.787.750,59 € de Guimarães e 198 638,95 € de Vizela). Considerando o valor elevado, a Vimágua foi obrigada a proceder a uma reexpressão retrospectiva das suas demonstrações financeiras referente ao exercício de 2023. Esta reexpressão resultou em diminuição nos resultados transitados e nos resultados líquidos do exercício.

De acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), e dado que o município reconhece a sua participação pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), foi necessário proceder a ajustamentos de forma a refletir as alterações efetuadas pela empresa municipal.

Assim, o ajustamento foi realizado através do reconhecimento da diminuição de 198.638,95 € na participação do município por contrapartida de Resultados Transitados e o aumento de 914,67 €, relativo ao exercício de 2024, por contrapartida de Rendimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos.

Desta forma, a reexpressão retrospectiva realizada pela empresa municipal foi devidamente reconhecida nas demonstrações financeiras do município, garantindo a fiabilidade e a comparabilidade da informação financeira. Este ajustamento reflete a correção de estimativas e princípios contabilísticos adotados pela empresa municipal, sem impacto em fluxos financeiros efetivos do município.

BALANÇO REEXPRESSO DA VIMÁGUA DO EXERCÍCIO DE 2023							
	Vimágua	CMV 10%	Total 2023	Total 2022	MEP 2023	MEP refletido em 2023	Novo Valor
			(a)	(b)	(c)=(a)-(b)	(d)	(e)=(c)-(d)
Capital	500 000,00 €	50 000,00 €					
Outros instrumentos de capital próprio	12 240 000,00 €	1 224 000,00 €					
Reservas legais	147 701,16 €	14 770,13 €	1 002 413,92 €	1 174 517,10 €	-172 103,18 €	26 535,77 €	-198 638,95 €
Resultados Transitados	4 212 487,48 €	421 248,74 €					
Outras Variações de Capitais Próprios	5 268 498,81 €	526 849,88 €					
Resultados Líquido	395 451,71 €	39 545,17 €					
Total Capital Próprio	22 764 139,16 €	2 276 413,92 €					

BALANÇO DA VIMÁGUA DO EXERCÍCIO DE 2024					
	Vimágua	CMV 10%	Total 2024	Total 2023	MEP 2024
			(a)	(b)	(a)-(b)
Capital	500 000,00 €	50 000,00 €			
Outros instrumentos de capital próprio	12 240 000,00 €	1 224 000,00 €			
Reservas legais	147 701,16 €	14 770,13 €	1 003 328,59 €	1 002 413,92 €	914,67 €
Resultados Transitados	4 613 202,72 €	461 320,26 €			
Outras Variações de Capitais Próprios	4 467 640,60 €	446 764,06 €			
Resultados Líquido	804 741,43 €	80 474,14 €			
Total Capital Próprio	22 773 285,91 €	2 277 328,59 €			

Considerando que o MEP já se encontra refletido nas contas individuais do município, as contas consolidadas correspondem às contas individuais.

Pela aplicação do método de consolidação de equivalência patrimonial não se contabiliza o endividamento consolidado de médio e longo prazo, informa-se, contudo, que a VIMÁGUA possui:

- **Endividamento líquido** a 31/12/2024, calculado nos termos do artigo 36.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro no valor de 12.277.216,32 €.
- **Empréstimos de longo prazo** (capital em dívida) no valor de 4.750.087,77 €.

A VIMÁGUA, informa que: “cumpre as regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico da atividade empresarial local, aprovado pela Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, sendo o Resultado Líquido do exercício de 2024, cujas contas foram aprovadas em Assembleia-Geral a 31 de março de 2025, positivo, cumprindo-se desta forma o disposto no n.º 1 do artigo 40.º da Lei 50/2012.”

Assim sendo, as responsabilidades financeiras da VIMÁGUA não relevam para o cálculo da dívida total do Município, prevista no artigo 52.º do RFALEI.

No quadro seguinte apresenta-se o limite da dívida

ENTIDADES (1)	Receita Corrente Líquida Cobrada				Limite ano N	Dívida Total Ano N	Margem/Excesso	
	Anos			Média			Valor absoluto	%
	Ano N-3	Ano N-2	Ano N-1					
	(2)	(3)	(4)	(5) = [(2)+(3)+(4)]/3	(6) = 1,5 * (5)	(7)	(8) = (7) - (6)	(9) = (8) / (6)
Município	15 047 441,91 €	16 485 579,17 €	17 554 927,69 €	16 362 649,59 €	24 543 974,39 €	6 910 005,78 €	-17 633 968,61 €	-71,85%
Serviços Municipalizados	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
Serviços Intermunicipalizados						0,00 €		
Entidades intermunicipais:								
Área Metropolitana						0,00 €		
Comunidade Intermunicipal						203 502,49 €	203 502,49 €	
Entidades associativas municipais:								
Associações de Freguesias						0,00 €		
Associações de Municípios						0,00 €		
Empresas locais						0,00 €		
Empresas participadas						0,00 €		
Cooperativas						0,00 €		
Fundações						0,00 €		
Entidades de outra natureza						0,00 €		
TOTAL	15 047 441,91 €	16 485 579,17 €	17 554 927,69 €	16 362 649,59 €	24 543 974,39 €	7 113 508,27 €	-17 430 466,12 €	-71,02%

No que respeita às transações com a Vimágua, não foram efetuados quaisquer ajustamentos de consolidação, considerando que é utilizado o método de equivalência patrimonial para atualização do valor da participação financeira.

Das relações comerciais existentes entre o Município e a Vimágua, EIM, SA, resultam os seguintes saldos e fluxos financeiros:

Tipo de fluxos	Município de Vizela / Vimágua									
	Obrigações /pagamentos					Direitos /recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	recebimentos do exercício	Saldo Final
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(2+3)-(4+5)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(7+8)-(9+10)
Relações Comerciais:	68 217,17 €	321 752,39 €	68 227,34 €	278 666,85 €	43 075,37 €	1 017 113,84 €	1 114 829,46 €	- €	864 240,20 €	1 267 703,10 €
Serviços prestados de água/saneamento	62 895,25 €	286 204,57 €	66 224,83 €	242 481,67 €	40 393,32 €					
Contrapartidas						900 245,62 €	244 325,91 €			1 144 571,53 €
Rendas						- €	8 261,24 €		8 261,24 €	- €
Receita de tarifas de lixo						116 868,22 €	862 242,31 €		855 978,96 €	123 131,57 €
Participações do capital em numerário										
Participações do capital em espécie										
Outros - Comparticipação da Tarifa Social de Água	5 321,92 €	35 547,82 €	2 002,51 €	36 185,18 €	2 682,05 €					
Total	68 217,17 €	321 752,39 €	68 227,34 €	278 666,85 €	43 075,37 €	1 017 113,84 €	1 114 829,46 €	- €	864 240,20 €	1 267 703,10 €

As relações comerciais entre o Município e a VIMÁGUA E.I.M. S.A traduzem-se no seguinte:

- Faturação da VIMÁGUA E.I.M., S.A. proveniente dos serviços prestados de água/saneamento;
- Encargos de cobrança /receita das tarifas de resíduos urbanos que se traduz na faturação da VIMÁGUA E.I.M. S.A do serviço de cobrança das tarifas de lixo incluída na fatura dos consumos de água/saneamento aos munícipes de Vizela e na entrega da receita das tarifas de lixo, faturadas aos clientes por parte da VIMÁGUA E.I.M. S.A juntamente com a faturação mensal, ao Município de Vizela;
- Encargos relativos à comparticipação no desconto efetuado pela Vimágua aos clientes finais no território do município no âmbito da Tarifa Social de água;
- Faturação do Município de Vizela à VIMÁGUA E.I.M. S.A do valor das contrapartidas pela utilização das infraestruturas de água e saneamento, de que é proprietário o Município de Vizela, utilizado pela VIMÁGUA E.I.M. S.A no desenvolvimento da sua atividade, conforme definido no ponto 13 do Contrato de Gestão da empresa.

Utilização pela VIMÁGUA E.I.M. S.A das infraestruturas de água e saneamento

De seguida apresenta-se um quadro do valor das contrapartidas, (sem o IVA) devidas pela VIMÁGUA E.I.M. S.A. ao Município pela utilização das infraestruturas de água e saneamento, calculado nos termos da cláusula 13 do Contrato de Gestão da VIMÁGUA E.I.M. S.A:

Ano da contrapartida	Valor proveito	Por receber
2016	173 621,27 €	146 139,56 €
2017	180 016,11 €	180 016,11 €
2018	168 185,20 €	168 185,20 €
2019	52 349,00 €	52 349,00 €
2020	93 945,00 €	93 945,00 €
2021	91 272,14 €	91 272,14 €
2022	117 704,05 €	117 704,05 €
2023	80 934,90 €	80 934,90 €
2024	126 964,76 €	126 964,76 €
Total	2 130 479,33 €	1 057 510,72 €

O valor da contrapartida é calculado segundo o método do fracionamento do lucro, havendo o seu reconhecimento sempre que os resultados antes de impostos e sem contrapartida sejam positivos.

Acontecimentos após a data de relato

Nota Final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis a este consolidado, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

4. RELATÓRIO DE GESTÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS DO ANO DE 2024

O presente relatório de gestão é apresentado de acordo com o n.º 7 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

O Município de Vizela exerce influência significativa sobre a VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M. S.A.

Tal influência ao nível das contas reflete-se na atualização do valor da participação financeira do Município na empresa VIMÁGUA, E.I.M. S.A., em função dos capitais próprios e do resultado líquido do ano de 2024, tal como demonstrado no Anexo às Demonstrações Financeiras consolidadas.

No exercício de 2024, foi já considerado o método da equivalência patrimonial, fazendo com que as demonstrações financeiras consolidadas sejam iguais às demonstrações já apresentadas na Prestação de Contas individual.

A participação do Município na VIMÁGUA, E.I.M. S.A. enquadra-se na Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, mais concretamente, na alínea b) do n.º 4 e n.º 6 do artigo 75º - RFALEI.

A VIMÁGUA, E.I.M. S.A. foi criada pela iniciativa dos Municípios de Guimarães e Vizela e iniciou a sua atividade em 20 de fevereiro de 2002.

A participação na VIMÁGUA E.I.M. S.A. justifica-se pela transferência da gestão e exploração dos sistemas públicos de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e de drenagem e tratamento de águas residuais na área do município de Vizela numa ótica de parceria que está consubstanciada num Contrato de Gestão assinado entre as partes a 2 de abril do ano 2008 e respetivo aditamento a 26 de julho de 2012.

As contrapartidas que o Município recebe e as obrigações em que incorre estão suportadas em acordos estabelecidos entre as duas entidades, tendo o Município uma participação de 10% no valor de 50.000,00€ no capital social da VIMÁGUA E.I.M. S.A. de 500.000,00 €.

Em termos de gestão da VIMÁGUA E.I.M. S.A., o Município é representado por um vogal no Conselho de Administração e um vogal na Assembleia Geral que participam na orientação e discussão dos assuntos de interesse coletivo não só para o Município de Vizela, mas também para o Município de Guimarães.

5. RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS DE 01-01-2024 a 31-12-2024

Nome	Órgão / Cargo	Período de responsabilidade a)	Morada b)
Victor Hugo Machado da Costa Salgado de Abreu	Presidente	01-01 a 31-12-2024	Rua Quinta do Poço Quente, n.º 302, União das Freguesias de Caldas de Vizela (S. Miguel e S. João) 4815-765 Vizela
Maria Agostinha Ribeiro de Freitas	Vereadora a tempo inteiro	01-01 a 31-12-2024	Rua da Saudade n.º 2031, S.João 4815-413 Vizela
Arnaldo José Abreu Guimarães Sousa	Vereador a tempo inteiro	01-01 a 31-12-2024	Rua Padim, n.º 1348 - S. Miguel - 4815-495 Vizela
Anabela Ribeiro dos Santos Oliveira	Vereadora a tempo inteiro	01-01 a 31-12-2024	Rua Dr. Pereira Caldas, nr.205, 1Dt, S. Miguel, 4815-516 Vizela
António Nuno Cunha Faria	Vereador a tempo inteiro	01-01 a 31-12-2024	Calçada do Casal da Bouça, nr.120, S. João, 4815-399 - Vizela
Rui Manuel Azevedo Ferreira	Vereador a tempo inteiro	01-01 a 31-12-2024	Rua Combatentes do Ultramar, nr.284, Moreira de Cónegos, 4815-011 - Guimarães
Jorge Alexandre Mendes Pedrosa	Vereador sem pelouros	01-01 a 31-12-2024	Rua Bom Viver, n.º 119, Sta. Eulália 4620-529 Vizela
Maria José Novais Toriz da Silva Ramos	Vereador sem pelouros	a)	Travessa Casal da Bouça, n.º 112 – S. João – 4815-712 Vizela

a) Substituiu o vereador Jorge Alexandre Mendes Pedrosa nas reuniões de câmara nos dias 16/01/2024, 07/05/2024, 04/06/2024, 16/07/2024, 30/07/2024, 13/08/2024, 10/09/2024, 24/09/2024, 08/10/2024 e 22/10/2024.

6. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do MUNICÍPIO DE VIZELA, (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 82 544 205,86 euros e um total de património líquido de 72 298 373,23 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 355 733,89 euros), a demonstração dos resultados por natureza consolidado, a demonstração das alterações no património líquido consolidado, a demonstração dos fluxos de caixa consolidado relativos ao ano findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do MUNICÍPIO DE VIZELA em 31 de dezembro de 2024, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados, relativos ao ano findo naquela data, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

O Município continua a proceder ao reconhecimento, inventariação e registo dos bens do ativo fixo tangível propriedade do Município. Como se trata de um processo de execução permanente, a garantia da plenitude e da correta valorização desses ativos, não nos permite emitir opinião nesta data sobre os saldos da rubrica dos Ativos Fixos Tangíveis evidenciados no balanço a 31 de dezembro de 2024.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do MUNICÍPIO de VIZELA que compreendem a demonstração consolidada de desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas consolidadas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão consolidado

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 23 de maio de 2025



SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por João Manuel Trigo de Moraes
(ROC N.º 881 e registado na CMVM com o n.º 20160501)

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Exmos. Senhores Membros, da Assembleia Municipal,

Em cumprimento do n.º 3 do art.º 76 da lei 73/2013, de 3 de setembro, apresentamos o relatório e nosso parecer sobre o relatório de gestão consolidado e as demonstrações financeiras consolidadas apresentadas pelo Executivo do MUNICÍPIO DE VIZELA, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Relatório

No desempenho das competências que nos são atribuídas pela alínea e) n.º 2 do artigo 77.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, acompanhámos regularmente a atividade do Município, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos que lhe estão subjacentes e, ainda, através dos contactos estabelecidos com o Executivo e os Serviços, que nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

Em resultado do trabalho efetuado, é nossa convicção que o relatório de gestão consolidado, as demonstrações financeiras consolidadas, e as respetivas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas são suficientemente esclarecedores da situação do Município e satisfazem as disposições legais.

Parecer

Considerando as análises e os trabalhos efetuados, e tendo em atenção o teor da Certificação Legal de Contas Consolidada, que emitimos somos parecer que as contas Consolidadas do MUNICÍPIO DO VIZELA referentes ao exercício de 2024, se apresentam elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Porto, 23 de maio de 2025



SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por João Manuel Trigo de Moraes
(ROC N.º 881 e registado na CMVM com o n.º 20160501)

7. RELATÓRIO E CONTAS DA VIMÁGUA, EIM, SA

Relatório e Contas 2024

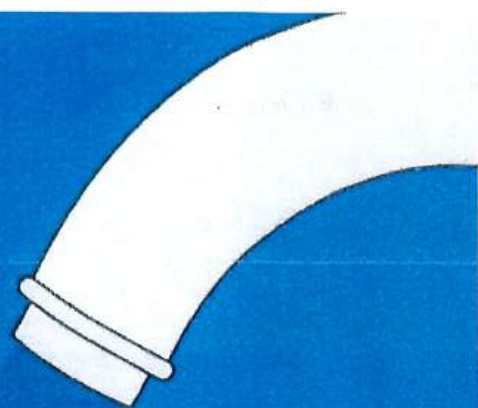
Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A.



Índice

Índice	1
Mensagem do Presidente	5
Principais Indicadores	7
Introdução	8
Estrutura Organizacional	10
Órgãos Sociais	10
Estrutura orgânica	12
Estratégia Empresarial	14
A Empresa	14
Enquadramento Setorial	16
Missão, Visão e Valores	19
Política da Qualidade, Ambiente, Segurança e Energia	21
Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e Código de Conduta e Ética	23
Regulamento Geral de Proteção de Dados	24
Comunicação e Educação	25
Áreas de Atividade	30
Abastecimento de água	32
Águas Residuais	40
Gestão de Clientes	45
Investimento	59
Recursos Humanos	65
Desempenho em Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho	73
Desempenho Económico e Financeiro	83
Perspetivas Futuras	96
Proposta de Aplicação de Resultados	100
Considerações Finais	102
Demonstrações financeiras	104
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	105
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS	106
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2023	107
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2024	108
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	109
ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	110
Anexo às demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024	112

**água da torneira é
cem vezes mais barata
que água engarrafada
e não gera resíduos**



**bebe água da torneira.
a opção segura e mais económica!
sempre pronta a servir!**

www.vimagua.pt

vimagua

Mensagem do Presidente



Água para Consumo Humano



ERSAR

2024

**SELO DE
QUALIDADE**

Mensagem do Presidente

O ano de 2024, concluiu-se com um resultado económico de 804.741 euros (lucro líquido), o que reflete a solidez da nossa gestão e o esforço coletivo de todos os envolvidos.

Destacam-se vários indicadores positivos, no exercício de 2024, como o aumento do número de clientes, a redução de perdas, o volume de água faturada e a qualidade exemplar da água.

De salientar é, ainda, a concretização do princípio da tendencial universalização dos serviços de águas, inscrito nos diferentes planos estratégicos do setor.

A Vimágua, com a realização de um investimento superior a 114 milhões de euros, conseguiu alargar significativamente a cobertura dos serviços, alcançando, atualmente, uma taxa de 98,4%, no abastecimento de água, e de 93,7% em saneamento.

Os concelhos de Guimarães e Vizela estão dotados de infraestruturas de água e saneamento, sendo uma condição determinante para a qualidade de vida, saúde e desenvolvimento económico.

Em 2023, a Vimágua iniciou um novo ciclo na sua atividade, com a aprovação do "Projeto de Contrato de Gestão Delegada", o qual sucederá ao contrato de 2008. Este novo ciclo está suportado num conjunto de documentos estratégicos que guiarão a empresa até 2037, todos com um enfoque claro na inovação, sustentabilidade e eficiência dos serviços prestados.

Mantêm-se, todavia, os pressupostos subjacentes à nossa missão: garantir a sustentabilidade dos serviços e assegurar que os recursos hídricos sejam geridos de forma responsável e eficiente.

O "Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030" (PENSAARP 2030) traça a visão para o futuro, onde se pretende que os serviços de águas sejam de excelência para todos e sustentados por uma gestão financeira sólida e responsável.

O nosso compromisso é garantir que todos os investimentos realizados visem não apenas a eficiência e sustentabilidade dos serviços, mas também a garantia da acessibilidade económica, a promoção da equidade no acesso aos sistemas e da sua resiliência, face a situações de calamidade e resultantes das alterações climáticas.

As áreas prioritárias para os próximos anos incluem a eficiência hídrica e energética, a tendencial descarbonização da atividade, designadamente, através da instalação de sistemas de painéis fotovoltaicos para a produção de energia, da adoção de inovação tecnológica e da melhoria contínua dos níveis de qualidade dos serviços.

O ano de 2025 será o último ano em que estarei responsável pela gestão da Vimágua, um percurso que teve início em 2009, e de que muito me orgulho.

Não posso deixar aqui de referir que foi um privilégio ver a empresa crescer e evoluir, ao longo deste tempo, sempre com um foco na excelência dos serviços prestados aos cidadãos de Guimarães e Vizela.

Quero, neste momento, ainda, agradecer a todos os que ao longo dos anos contribuíram para este percurso: aos meus colegas do Conselho de Administração, ao Fiscal Único, aos nossos trabalhadores, aos Municípios de Guimarães e Vizela, às Juntas de Freguesia, à Agência Portuguesa do Ambiente, à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e, especialmente, aos nossos clientes.

Foi um privilégio liderar esta empresa e tenho a certeza de que a Vimágua continuará a ser um modelo de excelência.

A Administração da Vimágua segue, assim, empenhada no seu desenvolvimento sustentável, com uma visão clara para o futuro, alinhada com os objetivos do serviço público e o compromisso com a qualidade de vida das nossas comunidades.

Agradeço a todos pela confiança, apoio e colaboração, ao longo dos anos.

A Vimágua continuará a crescer, a investir e a inovar, sempre com o objetivo de prestar um serviço público de excelência, transparente e responsável.

Um bem-haja a todos.

O Presidente do Conselho de Administração

Armino Costa e Silva

Principais Indicadores

PRINCIPAIS INDICADORES	2020	2021	2022	2023	2024
BALANÇO					
CAPITAL REALIZADO	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000
CAPITAL PRÓPRIO	22 143 606	23 043 209	23 308 130	22 764 139	22 773 286
PASSIVO	36 430 815	35 128 612	35 932 354	36 693 811	37 998 057
ATIVO	58 574 421	58 171 821	59 240 484	59 457 950	60 771 343
CAPITAL PRÓPRIO / ATIVO, %	37,80%	39,61%	39,34%	38,29%	37,47%
INVESTIMENTO	4 083 013	6 117 949	3 970 962	2 922 514	5 268 821
RENTABILIDADE DO CAPITAL PRÓPRIO, % ¹	2,98%	2,90%	2,60%	1,74%	3,53%
RENTABILIDADE DO ATIVO, % ²	1,13%	1,15%	1,02%	0,67%	1,32%

CONTA DE EXPLORAÇÃO					
VOLUME DE NEGÓCIOS/VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	19 313 073	19 425 499	20 380 460	21 474 965	23 177 028
RENDIMENTOS TOTAIS DE EXPLORAÇÃO	19 319 997	19 721 513	20 381 241	21 495 902	23 211 422
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E ENCARGOS FINANCEIROS E AMORTIZAÇÕES (EBITDA)	5 811 202	5 834 848	6 262 199	5 795 534	6 243 818
em % do Volume de Negócios	30,09%	30,04%	30,73%	26,99%	26,94%
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E ENCARGOS FINANCEIROS (EBIT)	1 557 477	1 460 417	1 658 164	1 236 202	1 618 875
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	963 553	936 144	1 207 245	830 118	1 302 229
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	659 631	667 639	604 852	395 452	804 741
CASH-FLOW	4 913 356	5 042 071	5 208 887	4 954 784	5 429 684

ATIVIDADE					
VOLUME TOTAL DE ÁGUA VENDIDA	7 037 069	6 983 142	7 184 804	7 256 958	7 630 583
NÚMERO TOTAL DE CLIENTES	71 677	73 631	75 465	77 386	78 943
NÚMERO DE MUNICÍPIOS SERVIDOS	2	2	2	2	2
N.º TRABALHADORES	210	212	210	221	222
CLIENTES/TRABALHADORES	341	347	359	350	356

¹ Resultado líquido / Capital próprio

² Resultado líquido / Ativo total

Introdução

Em cumprimento do disposto na alínea f), do n.º 1, do artigo 19.º dos Estatutos da empresa, o Conselho de Administração da Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A., apresenta o Relatório e Contas do exercício de 2024 e a proposta de aplicação de resultados.

O presente Relatório e Contas será acompanhado pela Certificação Legal das Contas e do Relatório e Parecer do Fiscal Único, conforme estipula a alínea k), do n.º 2, do artigo 25.º dos Estatutos.

Nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, o presente Relatório e Contas será apresentado aos órgãos executivos dos Municípios de Guimarães e Vizela.

Estrutura Organizacional



Estrutura Organizacional

Órgãos Sociais

Nos termos do artigo 13.º dos Estatutos, são órgãos sociais da Vimágua a Assembleia geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único.

A Assembleia geral é formada por um representante de cada acionista, competindo aos órgãos executivos dos Municípios de Guimarães e Vizela designar os respetivos representantes.

O Conselho de Administração é o órgão de gestão da Vimágua, composto por três membros, um dos quais é o Presidente, que são nomeados pela Assembleia Geral, dois sob proposta do Município de Guimarães e um sob proposta do Município de Vizela. É este o órgão de gestão da Vimágua que, no âmbito do contrato de gestão da empresa, define as orientações estratégicas, os planos de atividades e de investimento, os objetivos e orçamentos anuais e plurianuais, controlando a respetiva execução.

Ao Fiscal Único compete a fiscalização das atividades desenvolvidas pela Vimágua, nomeadamente a revisão legal das contas.

O Conselho de Administração iniciou funções a 22 de outubro de 2021 e é composto pelos seguintes membros:

Presidente: Armindo José Ferreira da Costa e Silva, designado sob proposta do Município de Guimarães;

1.º Vogal: Maria Agostinha Ribeiro de Freitas, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vizela e designada sob proposta do Município de Vizela;

2.º Vogal: Maria Mafalda da Costa de Castro Ferreira Cabral, designada sob proposta do Município de Guimarães.

O Presidente do Conselho de Administração exerce funções executivas, em regime de permanência.

Os membros do Conselho de Administração da Vimágua, na qualidade de gestores públicos, estão abrangidos pelo Regime de Impedimentos definido na Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, no Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março), nos Princípios de Bom Governo das Empresas do Setor Público Empresarial (RCM n.º 49/2007, de 28 de março), nos quais são estabelecidas as regras relativas ao exercício cumulativo de funções e a obrigatoriedade de não intervenção nas decisões que envolvam interesses próprios desses titulares, bem como, na Lei n.º

52/2019, de 31 de julho que aprovou o Regime do Exercício de Funções por Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos.

A Mesa da Assembleia Geral tem, desde 29 de novembro de 2023, a seguinte composição:

Presidente: Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, Vereadora da Câmara Municipal de Guimarães;

Vogal: Victor Hugo Salgado, Presidente da Câmara Municipal de Vizela.

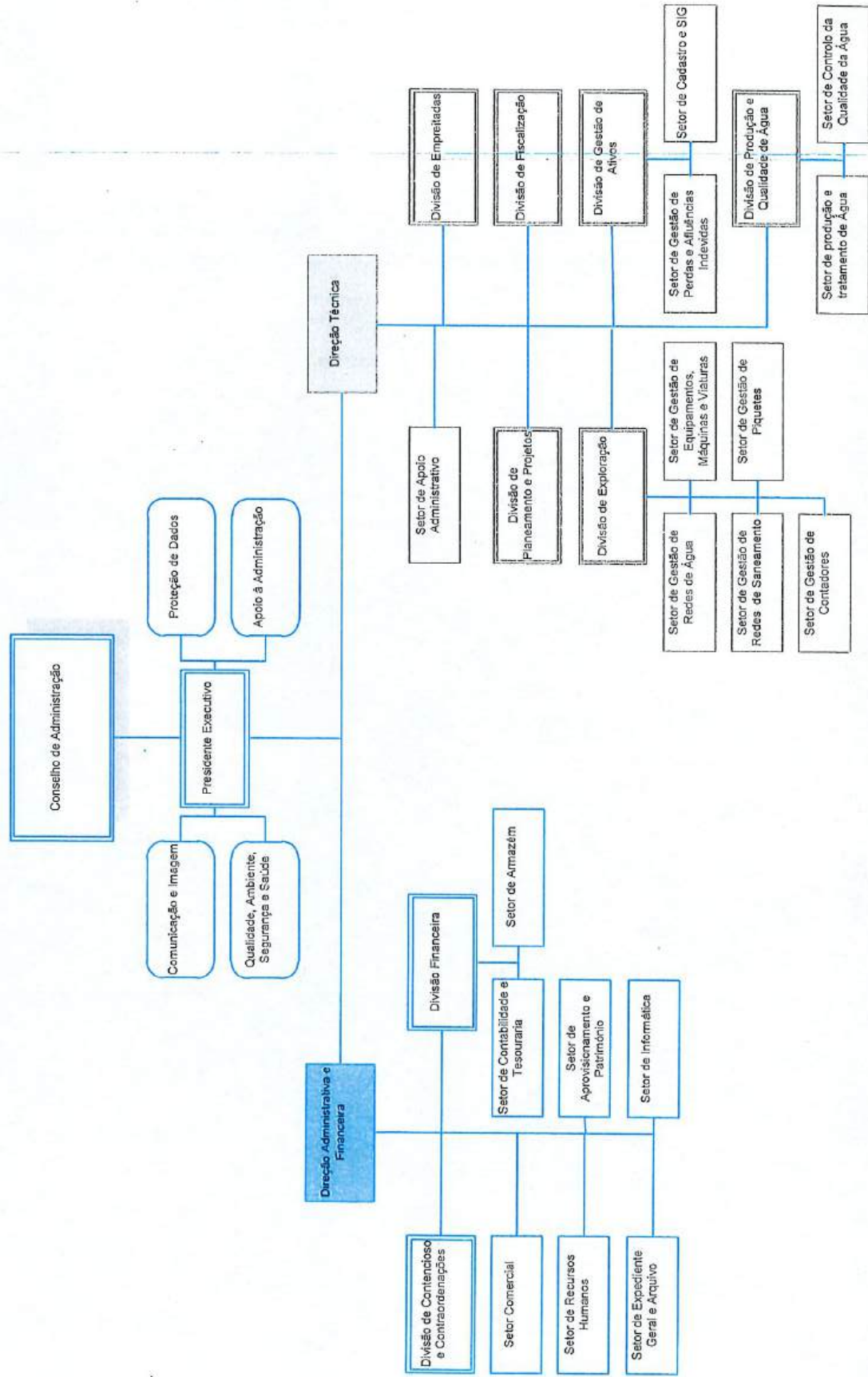
Em 2024 a Assembleia geral realizou as duas sessões ordinárias previstas nos Estatutos.

Conforme determinado no artigo 16.º dos Estatutos da Vimágua, a 27 de março de 2024, em sessão ordinária, foi aprovado o Relatório e Contas de 2023, apresentado pelo Conselho de Administração da empresa, e na sessão ordinária realizada a 18 de novembro foi aprovada a proposta de *Tarifário 2025 e o Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Gestão Previsional 2025*.

Nos termos dos Estatutos da empresa, alterados em 2013 para adequação às novas determinações legais introduzidas pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o Fiscal Único para o mandato 2021-2025 foi designado pelos órgãos deliberativos dos Municípios de Guimarães e Vizela, tendo-se mantido a fiscalização da empresa a cargo da sociedade "Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, Lda.", representada por António de Jesus Pereira, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 245 e na Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Gaia, Pessoa coletiva n.º 509 332 153, com sede no Edifício *Tower Plaza*, Via Engenheiro Edgar Cardoso, 23-12.º D, 4400-676 Vila Nova de Gaia.

Estrutura orgânica

A estrutura orgânica da empresa é ilustrada pelo seguinte organograma:



Estratégia Empresarial



Estratégia Empresarial

A Empresa

A Vimágua iniciou a sua atividade em 20 de Fevereiro de 2002, substituindo-se aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Guimarães, tendo sido criada, por iniciativa dos Municípios de Guimarães e Vizela, com o intuito de usando dos instrumentos previstos na lei, refundar um serviço público, reorganizando estruturas, rentabilizando recursos, implementando novas filosofias de gestão, clarificando competências e responsabilidades, em suma otimizando-o e orientando-o de forma ainda mais exigente e constante para a satisfação das necessidades dos clientes.

Em 28 de dezembro de 2007, por escritura pública e de acordo com a Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, que aprovou o regime jurídico do sector empresarial local, revogando a anterior Lei-Quadro das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais (Lei n.º 58/98, de 18 de agosto), a Vimágua foi transformada em sociedade anónima, adotando a denominação *Vimágua, Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A.*

Identificação: VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A.

Sede Social: Rua Rei do Pegú, n.º 172, União de Freguesias de Oliveira, S. Paio e S. Sebastião, 4810-025 Guimarães.

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Guimarães com o Número Único 505993082

Capital Social e Prestações Suplementares:

Capital Social: 500.000 euros, dividido em 500.000 ações nominativas de valor nominal de 1 euro.

Prestações Suplementares: €12.240.000

Acionistas:

Município de Guimarães: 450.000 ações

Município de Vizela: 50.000 ações

Âmbito geográfico

A Vimágua atua no âmbito geográfico dos Municípios que a integram, Guimarães e Vizela, cuja cobertura territorial efetiva, por parte desta empresa, regista um contínuo e significativo crescimento, desde a sua criação e início de atividade.





2 MUNICÍPIOS

53 FREGUESIAS

- **SUPERFÍCIE**
Guimarães 240,95 km²
Vizela 24,70 km²
Total 265,65 km²
- **POPULAÇÃO RESIDENTE***
Guimarães 156.830
Vizela 23.896
Total 180.726
- **ALOJAMENTOS CLÁSSICOS***
Guimarães 69.201
Vizela 9.650
Total 78.851

*INE/ERSAR

*Após pedido de esclarecimento junto da ERSAR, sobre os números de alojamentos a considerar nos concelhos de Guimarães e Vizela, foi determinado, pela entidade reguladora, que os alojamentos a considerar devem ser os disponibilizados pelo INE a esta entidade (que não são coincidentes com os valores disponíveis na página oficial do INE).

Objetivos Estratégicos

Os Objetivos Estratégicos subjacentes à criação da Vimágua e plasmados desde o primeiro Contrato de Gestão são os seguintes:

- a) Assegurar a qualidade, universalidade e continuidade dos serviços de interesse geral delegados na Vimágua e enquadrados pelo Contrato de Gestão, na área dos municípios de Guimarães e Vizela.
- b) Proteger os municípios, assegurando o funcionamento dos Sistemas e a obtenção de níveis de satisfação e de qualidade das necessidades básicas da população ao nível do fornecimento de água e drenagem de águas residuais urbanas.
- c) Manter e renovar as infraestruturas, instalações, equipamentos e quaisquer outros bens afetos aos Sistemas, quando necessário.

- d) Impulsionar a coesão local a nível económico e social.
- e) Privilegiar a eficiência e eficácia económica desta atividade, contribuindo para o equilíbrio económico e financeiro do conjunto do setor público.
- f) Respeitar os princípios de não discriminação e transparência.



Assim, os objetivos estratégicos e os indicadores de desempenho, definidos na proposta de Contrato de Gestão Delegada já aprovada pelos Municípios, repartem-se por três vertentes:

- a) Adequação do serviço ao utilizador;
- b) Sustentabilidade da prestação do serviço; e
- c) Sustentabilidade ambiental.

Enquadramento Setorial

No final do ano de 2006 foi publicada a Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, que aprovou o regime jurídico do setor empresarial local, revogando a anterior Lei-Quadro das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais (Lei n.º 58/98, de 18 de agosto), introduzindo um novo modelo de empresas municipais, distinto do regime anterior e aproximando-o do modelo adotado para o setor empresarial do Estado.

A Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, foi revogada pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e que determinou a necessidade de proceder a uma alteração estatutária, por forma a conformar os Estatutos da Vimágua com o disposto na Lei 50/2012.

A principal alteração que decorreu para a Vimágua deste novo ordenamento jurídico prende-se com a designação do Fiscal Único que nos termos do artigo 26º da referida Lei passará a ser designado, no caso da Vimágua, pelas Assembleias Municipais de Guimarães e Vizela, sob propostas dos respetivos órgãos executivos.

Entrou em vigor em dezembro de 2013 o Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o qual aprova o novo regime jurídico do setor público empresarial, estabelecendo os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas.

Enquanto entidade gestora dos serviços de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas a Vimágua está sujeita aos poderes de regulação da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

Entrou em vigor a 1 de janeiro de 2010, o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, que vem estabelecer o regime jurídico dos serviços municipais e intermunicipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, reunindo o regime jurídico sobre esta matéria num ato normativo, o que permite a clarificação das regras aplicáveis às entidades gestoras.

Assim, este quadro legal veio estabelecer regras sobre o relacionamento da Vimágua com os Municípios titulares do serviço, definindo um conjunto de normas, nomeadamente, quanto à gestão técnica dos serviços e ao relacionamento com os utilizadores. Fixa, também, alguns princípios gerais sobre a intervenção da entidade reguladora e estabelece um regime contraordenacional que visa sancionar o incumprimento das obrigações por parte dos vários intervenientes (entidade titular dos serviços, entidade gestora e utilizadores).

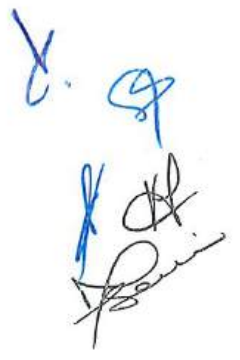
Além do aludido Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, toda a atividade desenvolvida pela Vimágua tem de obedecer aos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto, o qual veio aprovar o Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais;
- Lei n.º 23/96, de 26 de julho, que cria os mecanismos destinados a proteger o utente de serviços públicos essenciais; e
- Lei n.º 24/96, denominada Lei de Defesa do Consumidor.

O regulador setorial (ERSAR) viu os seus poderes e independência reforçados com a publicação, em 6 de março, da Lei n.º 10/2014 que aprovou os novos estatutos da ERSAR e que implicou novas condicionantes para a atividade da Vimágua e necessidade de reestruturação para resposta aos novos normativos legais.

Em face das alterações em concretização no setor das águas, o reforço dos poderes da ERSAR constitui um desafio significativo, quer para a entidade reguladora quer para as entidades reguladas, e pelo impacto que a atuação da ERSAR passa a poder ter na esfera patrimonial da Vimágua, enquanto empresa regulada, a gestão do risco regulatório torna-se uma matéria ainda mais fulcral para a Vimágua.

A 23 de julho de 2018 foi publicado o Regulamento n.º 446/2018 – Regulamento dos Procedimentos Regulatórios – o qual tem por objeto os procedimentos aplicáveis às relações entre a ERSAR e as entidades sujeitas à sua regulação. Neste Regulamento são definidas regras relativas aos procedimentos no âmbito da regulação comportamental das entidades gestoras referentes à:

- 
- a) Monitorização legal e contratual das entidades gestoras;
 - b) Regulação económica das entidades gestoras;
 - c) Regulação da qualidade de serviço prestado pelas entidades gestoras;
 - d) Regulação da qualidade da água para consumo humano;
 - e) Análise de reclamações de utilizadores.

A 4 de setembro de 2018 foi publicado o Regulamento n.º 594/2018 – Regulamento de Relações Comerciais dos Serviços de Águas e Resíduos - o qual estabelece as disposições aplicáveis às relações comerciais que se estabelecem no âmbito da prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos. Este Regulamento aplica-se a todos os intervenientes nas relações comerciais por si abrangidas, designadamente, a todas as entidades responsáveis pela prestação de serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, independentemente do respetivo título e modelo de gestão, que se encontram sujeitas à atuação da ERSAR, nos termos previstos no artigo 4.º dos Estatutos da ERSAR, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, assim como aos utilizadores daqueles serviços.

A Vimágua-Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M., S.A., notificada para se pronunciar sobre o projeto de alteração ao Regulamento n.º 594/2018 (Regulamento de Relações Comerciais dos Serviços de Águas e Resíduos), da ERSAR, pronunciou-se, desfavoravelmente, à semelhança do que já tinha em inúmeros outros momentos e sempre que se suscitava a cobrança dos encargos de ligação às redes públicas de forma difusa e não pela individualizada, esta última aquela que foi, desde sempre, a opção assumida pelos Municípios de Guimarães e Vizela.

A Entidade Reguladora reviu a sua posição e procedeu à alteração da proposta, derogando o artigo que impedia a cobrança individualizada de ramais, em linha, aliás, com o que se tem vindo a fixar em termos de jurisprudência.

Além das condicionantes impostas pelo regime legal do setor e pelo seu sistema de regulação, existem outras que atuam e influenciam de forma direta a atividade e desempenho da Vimágua, com destaque para as seguintes:

- A evolução da situação económica e financeira do país;
- A variação dos custos energéticos;
- A inflação e o aumento das taxas de juro do financiamento bancário;
- A existência de soluções privativas e individuais de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ainda que em incumprimento legal, em alternativa à ligação aos sistemas públicos;

- As exigências dos Municípios de infraestruturação de zonas de construção dos respectivos Planos Diretores Municipais;
- As poucas verbas disponíveis para comparticipação dos investimentos.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Missão, Visão e Valores

RESPEITO PELA LEI	CONFIANÇA	TRANSPARÊNCIA	INOVAÇÃO	RESPONSABILIDADE
SOCIAL	CAPACITAÇÃO	SUSTENTABILIDADE	MELHORIA CONTÍNUA	
ORIENTAÇÃO PARA O SERVIÇO PÚBLICO				

Missão

Enquanto organização a Vimágua tem uma matriz de serviço público essencial, tendo, assim, por missão a satisfação de uma necessidade coletiva de interesse geral, o fornecimento de água e a prestação do serviço de saneamento de águas residuais urbanas.

Visão

Os utilizadores dos serviços de águas, trabalhadores, acionistas e sociedade em geral são o nosso foco, visando, com a nossa atividade acrescentar valor social, ambiental e económico.

Valores

Assim, e para conduzirmos a nossa atuação comprometemo-nos com **10 PRINCÍPIOS DE ATUAÇÃO**.

RESPEITO PELA LEI

Atuamos, no exercício da nossa atividade, em obediência à lei e ao direito, dentro dos limites dos poderes que nos são conferidos e em conformidade com os respetivos fins.

CONFIANÇA

Confiamos nos nossos trabalhadores e no seu trabalho, partilhamos informação e desenvolvemos soluções em conjunto.

Os objetivos do serviço público são a nossa prioridade.

Cumprimos o que prometemos.

Somos sempre trabalhadores da Vimágua, dentro e fora da empresa.

Comprometemo-nos a medir e reportar, anualmente, os indicadores-chave de desempenho económicos, ambientais e sociais.



TRANSPARÊNCIA

Atuamos em estreita colaboração com os utilizadores, prestando-lhe as informações e os esclarecimentos de que careçam.

Somos claros e imparciais.

Não aceitamos qualquer tipo de subornos ou de compensações.

Promovemos a concorrência.

Não favorecemos ou atribuímos vantagens ilegítimas.

INOVAÇÃO

Promovemos novas ideias e usamo-las para desenvolver novos processos, métodos, sistemas, produtos ou serviços.

Questionamos sempre, procurando soluções criativas e inovações tecnológicas, para atingirmos e superarmos os objetivos da Vimágua.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Sabemos que a nossa área de atividade é exercida em regime de monopólio natural, pelo que temos especiais responsabilidades para a qualidade de vida e para a salvaguarda do meio ambiente, nos concelhos de Guimarães e Vizela.

CAPACITAÇÃO

Favorecemos a frequência de formações e outras ações, tendentes ao reforço dos conhecimentos e valorização profissional.

MELHORIA CONTÍNUA

Queremos construir relacionamentos de valor para todas as partes, pelo que identificamos oportunidades e desenvolvemos ações tendentes ao reforço das relações de cooperação com as/os diferentes interlocutoras/es, internas/os e externas/os.

O principal ativo de uma organização são as pessoas. Estamos apostados no seu desenvolvimento pessoal e profissional.

SUSTENTABILIDADE

Realizamos um trabalho com elevados padrões de segurança e qualidade, garantindo a sustentabilidade técnica, económica, ambiental e social da Vimágua.



A empresa adotará as melhores práticas nacionais e internacionais para garantir a sustentabilidade das suas operações e promover a economia circular.

Somos consistentes na geração de resultados e desenvolvemos soluções que persistem no tempo, independentemente das equipas de trabalho que as desenvolvem.

ORIENTAÇÃO PARA O SERVIÇO PÚBLICO

Todas as nossas decisões estão assentes na prossecução do interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos/utilizadores.

BOA ADMINISTRAÇÃO

Procuramos a eficiência, no sentido que estejamos, a cada momento, aptos a atingir os objetivos que nos cabe prosseguir.

A nossa atividade pauta-se por uma gestão prudente, a mais equilibrada possível dos recursos públicos.

O tempo de decisão deve durar apenas o estritamente necessário para que possamos atingir os fins que nos competem.

Favorecemos a proximidade, os serviços estão organizados de modo a servir a população, sem entraves burocráticos.

Política da Qualidade, Ambiente, Segurança e Energia

A Vimágua mantém um Sistema de Gestão Integrado que abrange Qualidade, Ambiente, Segurança e Energia, estruturado segundo os referenciais normativos NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001, NP ISO 45001 e NP ISO 50001. Este sistema reflete o compromisso da organização com a excelência operacional, sustentabilidade e segurança no trabalho.

Consciente da sua responsabilidade social e ambiental e da necessidade de garantir elevados padrões de segurança, eficiência energética e satisfação dos clientes e partes interessadas, a Vimágua promove uma cultura organizacional baseada na melhoria contínua. Para isso, aposta na capacitação dos seus trabalhadores, na implementação de boas práticas e no cumprimento rigoroso das exigências normativas e legais.

Diariamente, a empresa reforça o seu compromisso com a inovação, sustentabilidade e bem-estar da comunidade, assegurando que os seus processos e serviços evoluem em conformidade com os mais elevados padrões de qualidade e desempenho ambiental.



Medidas de Eficiência Energética implementadas pela Vimágua

No âmbito do sistema de gestão de energia, certificado pela ISO 50001, a Vimágua realizou diversos investimentos, destacando-se os seguintes:

- Aquisição de duas viaturas elétricas adicionais para a frota;
- Instalação de 14 variadores de velocidade em sistemas de bombagem (GEBs), visando a otimização do consumo energético nas operações.

Auditorias ao Sistema de Gestão

O programa anual de auditorias foi integralmente cumprido:

- 29 de abril – Auditoria interna ao sistema de Energia (3 áreas sensíveis identificadas).
- 27 e 29 de maio – Auditoria interna aos sistemas de Qualidade, Ambiente e Segurança (18 oportunidades de melhoria e 7 não conformidades).
- 25 a 28 de junho – Auditoria externa, incluindo:
 - 1.º acompanhamento dos sistemas de Qualidade (NP EN ISO 9001), Segurança (ISO 45001) e Energia (ISO 50001);
 - 2.º acompanhamento do sistema de Ambiente (NP EN ISO 14001).

A análise das tendências dos últimos três anos revelou oscilações nas oportunidades de melhoria, bem como uma tendência de redução das não conformidades. Este resultado reflete o esforço contínuo da organização para otimizar processos e garantir um alinhamento progressivo com os requisitos normativos e boas práticas do setor.

Todas as constatações foram tratadas de forma estruturada, com a identificação das causas, definição de ações corretivas e de correção, prazos e responsáveis, garantindo a implementação eficaz das medidas sempre que necessário.

Resposta às emergências

Em 2024, a Vimágua manteve a sua política de segurança e preparação para emergências, garantindo a conformidade com as normas vigentes. Durante o ano, não foi registada qualquer situação de emergência nos edifícios da empresa, e a documentação das medidas de autoproteção foi mantida atualizada.

Foram realizados três simulacros para testar a eficácia do Plano de Segurança Interno (PSI):

- 17 de maio – Resgate de colaborador inconsciente devido à presença de gases durante a higienização do Reservatório da Zona Baixa de São Torcato.

- 23 de maio – Simulação de incêndio e evacuação nas instalações de Aldão.
- 4 de novembro – Simulação de incêndio/explosão na garagem do edifício sede, provocada por curto-circuito no carregamento de uma viatura elétrica.



A Vimágua também participou no exercício nacional "A TERRA TREME", promovido pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, sensibilizando os trabalhadores para os procedimentos em caso de sismo.

No final do ano, foi realizada uma inspeção regular ao edifício sede, assegurando o cumprimento das normas de segurança.

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e Código de Conduta e Ética

A promoção e difusão de valores de integridade, probidade, transparência e responsabilidade são contextos transversais a todas as abordagens promovidas sob a temática de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Em 25 de fevereiro de 2015 foi aprovado o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Vimágua, encontrando-se o mesmo disponível no sítio eletrónico, de acordo com o previsto na Recomendação n.º 1/2009, publicada na 2ª série do Diário da República, n.º 140 de 22 de julho de 2009.

O Plano incide na contratação pública e na atribuição de subsídios e outros benefícios devido à alta probabilidade de ocorrência de fenómenos de corrupção, todavia não se esgota aqui o seu campo de atuação.

Foi, também, aprovado o Código de Conduta e Ética, na senda do fixado no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, tendo a Vimágua promovido ações de formação e divulgação dos dois documentos, implicando todos os trabalhadores da empresa, com vista à formação de uma consciência coletiva dos valores preconizados, pautada pelo escrupuloso cumprimento dos objetivos enunciados no Código de Conduta e Ética.

A luta contra a corrupção exige uma mudança cultural e de comportamento de cada cidadão, porque uma sociedade só muda quando o conjunto dos indivíduos que a compõem modifica os seus comportamentos.

Com o comprometimento de todos é possível controlar os efeitos nefastos de atos de corrupção. Para isso é determinante o fator Educação. Apenas com a formação de cidadãos conscientes, comprometidos com a Ética e a Lei é possível minorar a ocorrência de atos de corrupção.

Sendo a realidade da vida e das instituições dinâmicas, também assim são os planos, daí que, anualmente, o Conselho de Administração pondere e elabore um relatório síntese de execução das medidas plasmadas no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, extraindo as devidas conclusões e identificando os pontos a melhorar e, conseqüentemente, a ser incluídos no Plano original.

Em 2024, não foram identificados indícios de práticas de corrupção ou infrações conexas nem foram apresentadas reclamações contra qualquer administrador, trabalhador ou outro colaborador da Vimágua.

Em 2025, foi já aprovado o novo plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas e bem assim o novo código de conduta e ética, em linha com o previsto no novo regime jurídico de combate à corrupção e branqueamento de capitais.

Ficam, assim, lançadas as bases para o desenvolvimento de uma área dedicada à conformidade normativa, que é essencial, a qualquer organização, para garantir transparência, ética e boas práticas. O plano de conformidade normativa da Vimágua, estabelecerá as diretrizes fundamentais para a implementação do Código de Conduta e Ética e de um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRIC).

Regulamento Geral de Proteção de Dados

No decorrer do ano de 2024, foram participados 3 incidentes com a violação de dados pessoais, relativamente aos quais foi dado o devido encaminhamento

Esta é uma área de grande complexidade que obriga a um constante controlo e monitorização das atividades de tratamento de dados pessoais e que depende, em última instância, da criação de uma consciência coletiva esclarecida e desperta para o tema, atuando em todos os domínios numa lógica de prevenção, pelo que, não tendo sido possível, no decorrer do ano de 2024, dotar a organização de mais recursos técnicos e humanos, lançar-se-á em 2025 um procedimento tendo em vista a aquisição de serviços na componente de proteção de dados e cibersegurança.

Já havia sido dado impulso à área da cibersegurança com a aquisição em 2023 de serviços de consultoria e desenvolvimento de soluções e procedimentos na componente da segurança de

sistemas, infraestrutura informática, vindo o trabalho que foi desenvolvido a servir de base à definição de novos procedimentos e técnicas.

Não foram aprovados, durante o ano de 2024, como estava, inicialmente previsto, novas políticas e procedimentos, nem feita a revisão da totalidade dos formulários em utilização na Vimágua, vindo a ser feita em 2025 no âmbito do procedimento que irá ser lançado.

Será, ainda, necessário preparar um novo ciclo intensivo de formação, na área da conformidade normativa, abrangendo o plano de prevenção de corrupção e infrações conexas, o código de conduta e ética, o canal de denúncias, a Lei de acesso a documentos administrativos e o regime jurídico da cibersegurança e segurança da informação.

Comunicação e Educação

No decorrer do ano de 2024, no que à área da comunicação e educação concerne, há a destacar a manutenção das visitas à Estação de Tratamento de Água e às Oficinas da água, na Estação de Tratamento de Água de Sta. Eufémia de Prazins



Oficinas da Água
ETA de Sta. Eufémia de Prazins

Realizaram-se, também, múltiplas ações de informação, relacionadas com a atividade da Vimágua em diversas Escolas e Instituições dos concelhos de Guimarães e Vizela;



Como é tradição, todos os anos, a Vimágua associou-se às comemorações do Dia Mundial da Água, o que acontece, a cada ano, a 22 de março.

Ações desenvolvidas:

- I. Conceção e produção de cartazes, autocolantes e outros suportes, para a promoção do consumo de água da rede pública e da adoção de comportamentos responsáveis no consumo de água



Na prestação de um serviço público de interesse geral, que é importante para toda a comunidade, é importante promover o envolvimento e capacitar a população servida, designadamente, através de visitas a obras, dando conhecer os investimentos que vão impactar a prestação do serviço.

Os investimentos relacionados com a aposta na descarbonização da atividade são um exemplo disso mesmo.

Desta feita, foi apresentada ao público a obra de instalação do sistema UPAC Reservatório de Frades – Vizela, por altura da comemoração do Dia Mundial da Água.



Handwritten signatures and initials in blue ink.



E, ainda, foram apresentados os investimentos relacionados com a instalação do sistema UPAC no reservatório R3E Guardizela - Guimarães

A convite de várias escolas dos concelhos de Guimarães e Vizela, foram dinamizadas várias palestras, relacionadas com a gestão da água.



Escola Secundária Martins sarmento



Escola de EB2, 3 de Vizela (Infias)



Universidade Sénior de Vizela



Escola Abel Salazar (Ronfe)



Colégio do Ave

Há, ainda, a realçar a participação em iniciativas a pedido de outras entidades, designadamente: Festa da Primavera; Feira Internacional da Ciência - Curtir Ciência; Feira da Terra - S. Torcato; *Green week*; *Eco Challenge* - Festa da Juventude – Vizela; Dias dos Avós e Dia Mundial da Criança.



Por último, mantivemos atualizados e em destaque os conteúdos alusivos aos investimentos que foram objeto de comparticipação, nomeadamente, pelo POSEUR, em particular no que respeita ao investimento em zonas de monitorização e controlo, tendo em vista o esclarecimento da população, relativamente à sua importância para a eficiência na prestação do serviço.

POSEUR - PORTUGAL 2020



Áreas de Atividade

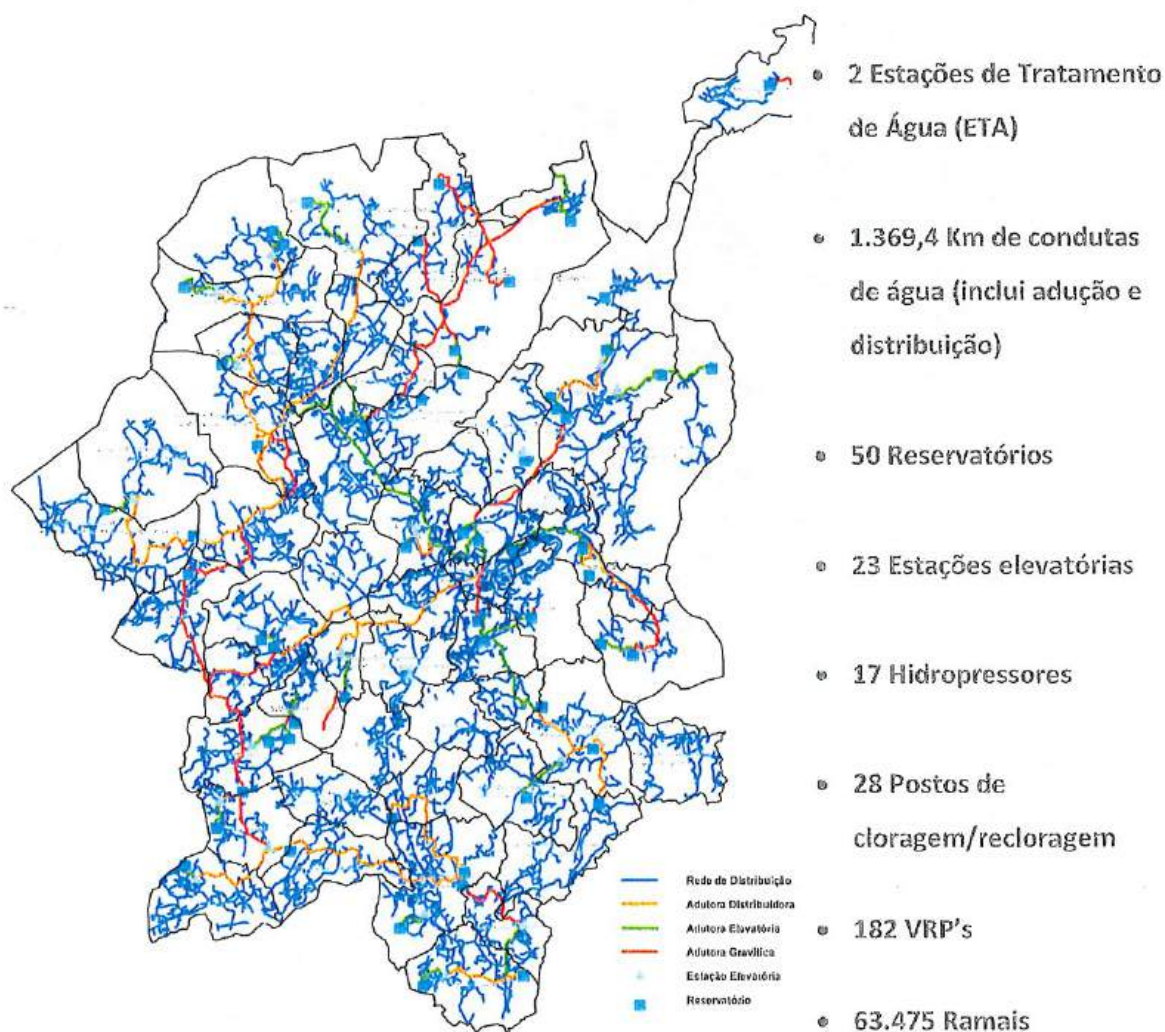


Áreas de Atividade

A gestão das diferentes fases do Ciclo Urbano da Água em que a Vimágua tem intervenção - captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e saneamento de águas residuais urbanas – mantém-se orientada pelos princípios fundamentais da Sustentabilidade, da Qualidade do serviço prestado aos seus clientes e utilizadores e da Rentabilidade.

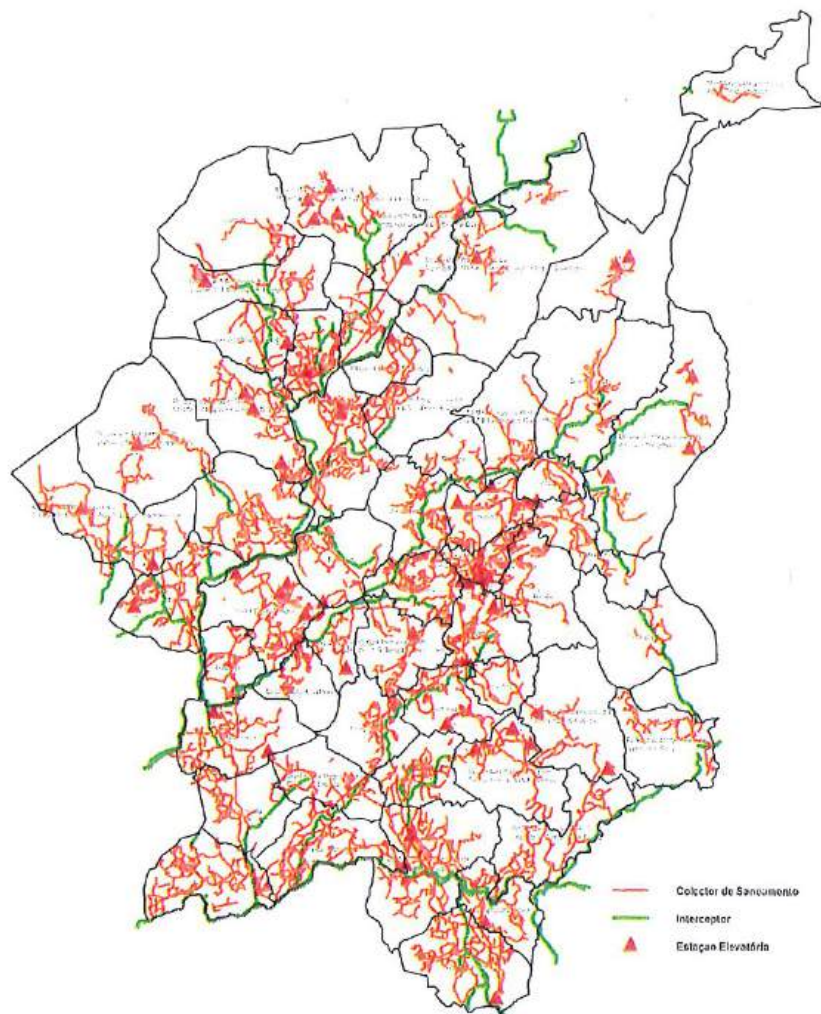
É nestas áreas que se geram a quase totalidade dos rendimentos da Empresa, representando, também, a parte mais significativa dos seus gastos operacionais.

Infraestruturas do sistema de abastecimento de água



A extensão de condutas de água, executadas no âmbito das obras por empreitada, com receção provisória de 2024, totalizou um valor de 5,1 km.

Infraestruturas do sistema de saneamento de águas residuais



- 932,5 Km de coletores de saneamento de águas residuais
- 97 Estações elevatórias
- 16 Fossas Sépticas
- 48.528 Ramais

A extensão de coletores de saneamento de águas residuais, executada no âmbito das obras por empreitada, com receção provisória de 2024, totalizou um valor de 6,5 km.

Gestão Patrimonial de Infraestruturas

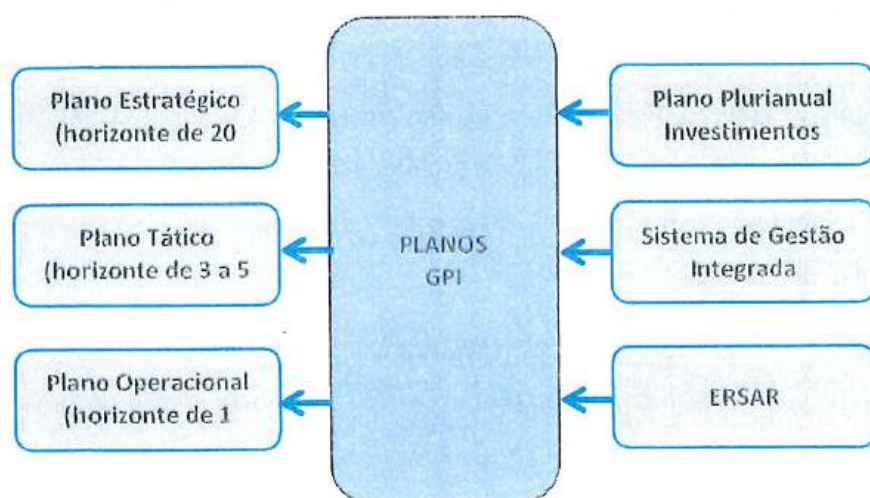
Baseado na continuidade da qualidade do serviço prestado, na vertente de assegurar a sustentabilidade do serviço, infraestrutural e económica a longo prazo, a Vimágua definiu um conjunto de projetos e iniciativas, no sentido de garantir uma melhor e maior eficácia e eficiência na sua atuação. Enquadrada pela exigência legal do Decreto-Lei n.º 194/2009, e com base nas recomendações técnicas da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e do Laboratório Nacional

de Engenharia Civil (LNEC), constantes dos Guias Técnicos 16 e 17, procedeu-se à implementação, em 2017, da Gestão Patrimonial de Infraestruturas (GPI) ajustado à realidade da Vimágua como Entidade Gestora, tendo sido aprovado o *"Plano Estratégico de Gestão Patrimonial de Infraestruturas - 2018 - 2038"*.

O plano de Gestão Patrimonial de Infraestruturas articula-se com os seguintes instrumentos de planeamento:

- Plano Plurianual de Investimentos (PPI);
- Política do Sistema de Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança;
- Política da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR);
- Plano Estratégico de GPI;
- Planos Táticos de GPI;
- Planos Operacionais de GPI.

A figura seguinte esquematiza de forma gráfica as relações entre os vários instrumentos de planeamento:



Abastecimento de água

A gestão do abastecimento de água nos concelhos de Guimarães e Vizela é uma das principais responsabilidades da Vimágua, que, no âmbito do serviço público, gere tanto o "sistema em baixa" como o "sistema em alta". Este modelo abrange a produção, tratamento, armazenamento e distribuição de água aos consumidores finais, operando de forma independente de qualquer sistema multimunicipal.

Atualmente, a Vimágua é responsável pela gestão de um parque composto por 50 reservatórios, 23 Estações Elevatórias (EEA) e 17 hidropressores (Hid.), que, no conjunto, disponibilizam uma capacidade de reserva total próxima dos 60.000 metros cúbicos.

O transporte e distribuição da água são realizados através de uma extensa rede de condutas, com 1.369,4 quilómetros de tubagens adutoras e distribuidoras, interligadas a 63.475 ramais domiciliários. A água fornecida pela Vimágua provém de duas captações superficiais — Prazins Santa Eufémia e Gondomar — e de cinco captações subterrâneas — Rocha, Senhoras do Monte, Minas da Penha (nascente e poente) e Castelões.

A Estação de Tratamento de Água de Santa Eufémia de Prazins, inaugurada em 1950, é a principal unidade de captação e tratamento da Vimágua. Situada na freguesia de Prazins Santa Eufémia, no concelho de Guimarães, a estação foi modernizada ao longo dos anos, com destaque para as intervenções de 2014, que introduziram a ultrafiltração por membranas, e a instalação de um sistema de tratamento de água por ultravioleta em 2021. Atualmente, a Vimágua capta e trata, em média, 10 milhões de metros cúbicos de água por ano, distribuídos pelos municípios de Guimarães e Vizela.

O crescimento da rede de abastecimento, o aumento da população servida e os elevados parâmetros de qualidade exigidos para a água fornecida, têm impulsionado investimentos contínuos em novas tecnologias de tratamento e desinfecção. Além disso, as consequências das alterações climáticas, que afetam a qualidade da massa de água do Rio Ave, impõem desafios adicionais em termos de resiliência e eficiência do sistema de captação e tratamento, exigindo uma capacidade de resposta rápida a alterações súbitas da qualidade da água.

Embora tenham passado mais de sete décadas desde a inauguração da estação de tratamento de Santa Eufémia de Prazins, a Vimágua mantém o seu compromisso com a disponibilização de uma água segura, natural e equilibrada, tendo evoluído ao longo dos anos para garantir a excelência no serviço prestado.

A qualidade da água distribuída é monitorizada através de 28 postos de recloragem e de correção de pH, estrategicamente localizados. Além disso, devido à orografia dos concelhos de Guimarães e Vizela, é fundamental manter as pressões de serviço com a instalação de válvulas redutoras e estabilizadores de pressão (VRP's), presentes nas redes distribuidoras gravíticas. Em 2024, foram acrescentadas 7 novas VRP's às 175 já existentes, elevando para 182 o total de válvulas no sistema. A maioria destas válvulas foi equipada com sistemas de telemetria, permitindo monitorizar em tempo real os valores de pressão e realizar operações remotas. A Vimágua prevê continuar a expandir a monitorização para mais equipamentos até 2025.

Além disso, a Vimágua tem vindo a investir na construção de novas ligações domiciliárias, tanto a pedido dos clientes, como por iniciativa própria. Em 2024, foram executadas 543 novas ligações domiciliárias à rede pública de água e alteradas 125 ligações existentes que precisaram de intervenção corretiva ou substituição. Foram também executadas 7 ligações a loteamentos e 7 a hidrantes, 11 a edifícios de habitação coletiva e 7 prolongamentos de condutas.

No âmbito da operação do sistema de abastecimento, os objetivos da Vimágua são claros: garantir a qualidade contínua do serviço público, para isso implementando as seguintes ações:

- Planos de higienização regulares para reservatórios, estações elevatórias e hidropressores;
- Planos de vigilância e manutenção de equipamentos essenciais, como válvulas redutoras de pressão e sistemas de bombagem;
- Ações de pesquisa ativa de fugas e a redução do tempo de resposta na sua reparação;
- Aumento da eficácia nas reparações realizadas.

Em 2024, a Vimágua realizou 2.853 intervenções de manutenção corretiva, 1.048 para a correção de anomalias em hidrantes e ramais domiciliários, 133 intervenções para a ligação de novas redes e 4.239 ações de manutenção preventiva em equipamentos afetos ao abastecimento de água.

A qualidade do serviço e a eficiência energética também foram asseguradas com a remodelação de diversas instalações, como o Hidropressor de Atães e o Hidropressor de Pencelo. Essas unidades receberam variadores de velocidade para os GEBs, novas instalações elétricas e sistemas automatizados com telemetria, permitindo o monitoramento em tempo real dos parâmetros de caudal, nível de cloro residual e pH. A remodelação da Estação Elevatória de Abação e do reservatório da Mãe d'Água também envolveu melhorias no sistema de funcionamento, incluindo a atualização dos quadros elétricos e a substituição de grupos de eletrobombas, otimizando a eficiência energética e a capacidade de elevação.

Além disso, a Vimágua implementou sistemas de rearme automático nos Hidropressores de Atães e no hidropressor provisório do Parque Industrial de Pencelo, garantindo a continuidade do serviço, mesmo em situações de interrupção no fornecimento de energia.

A segurança das instalações também foi reforçada com a instalação de sistemas de proteção e controlo de acessos, permitindo um acompanhamento remoto e a rastreabilidade das ações, o que aumenta a resiliência do sistema e a segurança da água fornecida à população.

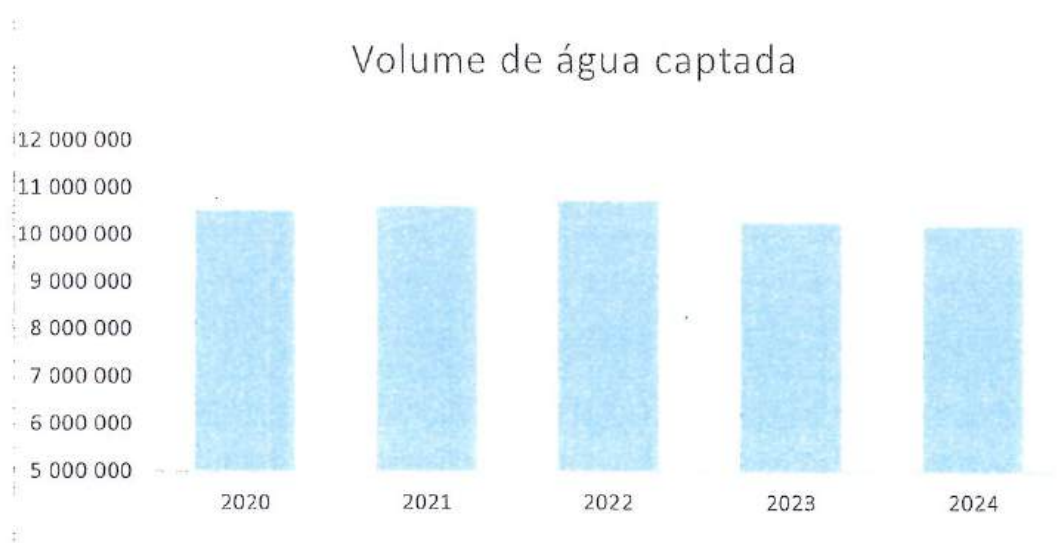
A Vimágua é responsável pela gestão de um parque de contadores composto por aproximadamente 75.200 unidades, que variam em marcas, modelos, tecnologias e calibres. Ao longo de 2024, foram realizadas as seguintes operações:

Tipo de intervenção	2020	2021	2022	2023	2024
Instalação de contadores	3 397	3 652	3 496	3 607	3 376
Substituição de contadores	4 161	6 020	6 557	3 407	1 250
Levantamento contadores	1 387	1 490	1 330	1 213	1 339
Cortes por dívida	854	29	523	492	523
Religação do serviço	352	0	164	159	338
Reparação da instalação	2 682	3 108	2 340	2 052	3 542

Por fim, no que diz respeito à gestão do parque de contadores, a Vimágua realizou diversas operações de verificação metrológica com o objetivo de garantir a precisão na medição da água consumida e a correta faturação dos volumes de água. Durante o ano de 2024, foram verificados metrologicamente 2.924 contadores, dos quais 1.473 foram reutilizados e realocados para novas instalações, enquanto 1.451 foram retirados do parque e encaminhados para sucata, assegurando, assim, a fiabilidade das medições e a precisão na faturação dos volumes consumidos.

Produção e Distribuição de Água

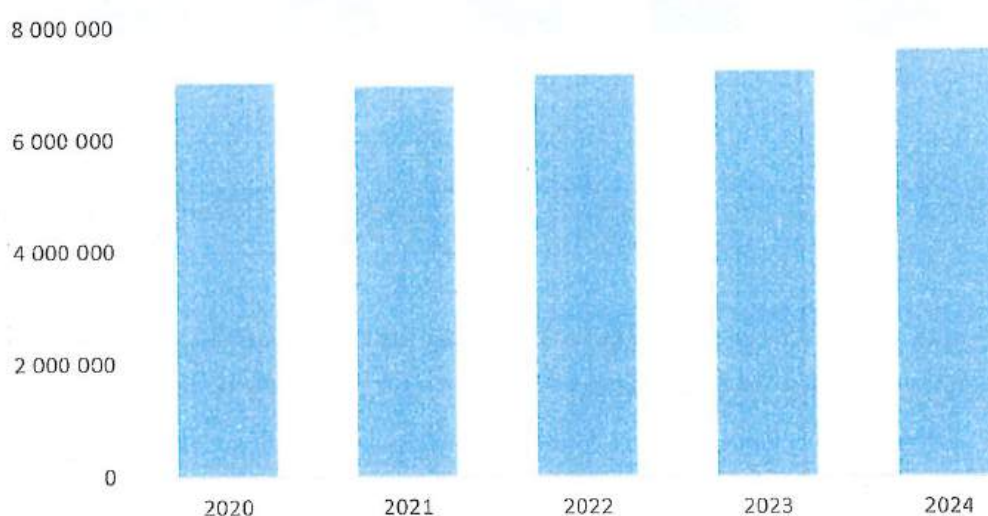
A gestão eficiente dos recursos hídricos é um pilar fundamental da estratégia da Vimágua, refletindo-se na melhoria contínua da eficiência operacional e na sustentabilidade do serviço prestado. Em 2024, a empresa captou um volume total de 10.204.738 metros cúbicos de água, registando um ligeiro decréscimo de aproximadamente 1% face a 2023, em linha com a tendência de redução iniciada em 2022.



Em contrapartida, o volume de água faturada aos utilizadores do serviço público de abastecimento atingiu 7.630.583 metros cúbicos, traduzindo um crescimento expressivo de 5,15% (+373.625 m³) relativamente ao ano anterior. Este aumento do volume faturado, a par da redução da água captada, reflete um progresso notável na eficiência da gestão da rede, impulsionado pelo crescimento do número de clientes, pela maior adesão à água da rede pública e, sobretudo, pela redução das perdas hídricas.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Volume de água faturada



A água não faturada, calculada pela diferença entre a água entrada no sistema e o consumo autorizado faturado, registou uma redução significativa, consolidando a trajetória descendente dos últimos anos. O indicador passou de 33,2% em 2022 para 29,4% em 2023 e atingiu 25,1% em 2024, evidenciando o sucesso das medidas de otimização implementadas no âmbito do Plano de Gestão de Redução de Perdas.

Esta melhoria substancial comprova a eficácia das estratégias adotadas pela Vimágua e reafirma o compromisso da entidade com a sustentabilidade económica e ambiental do serviço. A redução da água não faturada não só melhora a eficiência dos recursos hídricos, como também assegura maior equidade no acesso ao serviço e otimiza os custos operacionais, com benefícios diretos para os consumidores e para o meio ambiente.



Para consolidar esta trajetória de sucesso, a Vimágua deu continuidade a um conjunto de medidas estruturais e operacionais, destacando-se:

- Reabilitação e substituição de condutas em locais críticos, garantindo a renovação das infraestruturas com menor desempenho.
- Reforço da deteção e reparação de fugas, com equipas especializadas que asseguram uma intervenção rápida e eficaz.
- Otimização das pressões nas redes de distribuição, reduzindo o risco de ruturas e prolongando a vida útil das infraestruturas.
- Criação de novas zonas de monitorização e controlo, incluindo a instalação de mais dois setores de controlo no subsistema de Moreira de Cónegos, permitindo um acompanhamento detalhado do balanço hídrico e do comportamento dos consumos.
- Expansão da telegestão e monitorização remota, permitindo um controlo contínuo dos caudais captados e distribuídos, dos níveis de pressão e do desempenho dos equipamentos.

No âmbito das ações de fiscalização, a Vimágua intensificou os esforços para detetar e eliminar consumos ilícitos, contribuindo para a redução das perdas aparentes.

A mitigação das perdas no sistema urbano de abastecimento é um objetivo estratégico, com impacto direto na sustentabilidade ambiental e na eficiência económica da operação. A continuidade das ações implementadas permitirá consolidar a tendência de redução da água não faturada, reforçando o

posicionamento da Vimágua como uma referência na gestão sustentável dos recursos hídricos em Guimarães e Vizela.

Qualidade da Água

A qualidade da água fornecida aos consumidores é uma prioridade absoluta para a Vimágua, refletindo-se na manutenção de padrões de excelência em toda a extensão do sistema de abastecimento. Desde a captação dos recursos hídricos até à torneira dos utilizadores, a empresa assegura um rigoroso controlo, garantindo uma água segura e de elevada qualidade.

O Programa de Monitorização da Qualidade da Água da Vimágua assenta em duas vertentes fundamentais:

1. Controlo Legal – Implementação do Plano de Controlo da Qualidade da Água, aprovado pela ERSAR, que certifica o cumprimento dos valores paramétricos exigidos pela legislação em vigor (Decreto-Lei n.º 306/2007, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017).
2. Controlo Operacional e Vigilância – Monitorização contínua das origens de água (captações superficiais e subterrâneas), dos reservatórios de água tratada, da eficiência dos processos de tratamento nas Estações de Tratamento de Água (ETA) e da rede de abastecimento, permitindo a deteção e correção rápida de eventuais anomalias.

Os resultados de 2024 refletem o compromisso contínuo com a qualidade e segurança da água. O cumprimento integral dos valores paramétricos exigidos por lei garantiu que a água distribuída pela Vimágua fosse classificada, uma vez mais, como 100% segura, de acordo com o Guia de Avaliação da Qualidade de Serviço da ERSAR.



O compromisso da Vimágua com a transparência é reforçado através da publicação trimestral dos Relatórios da Qualidade da Água no site oficial www.vimagua.pt, permitindo que os consumidores acompanhem a conformidade da água que recebem.

Adicionalmente, a empresa implementa o Plano de Segurança da Água (PSA), que abrange todo o sistema de abastecimento, desde as origens hídricas até às torneiras dos consumidores. Este plano visa antecipar riscos e reforçar a segurança da água, garantindo a sua conformidade com os mais elevados padrões nacionais e internacionais.

Em 2024, no âmbito do PSA, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Compilação e análise de dados da qualidade da água de 2023, abrangendo os parâmetros monitorizados no Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA).
- Submissão dos dados à ERSAR, para suportar a avaliação de riscos e definir os parâmetros e frequências de monitorização para 2024.

Pelo quarto ano consecutivo, a Vimágua foi distinguida pela ERSAR com o Selo de Qualidade Exemplar de Água para Consumo Humano, um reconhecimento que atesta a excelência e fiabilidade do serviço prestado. Esta distinção é atribuída apenas às entidades que garantem um nível de qualidade de água superior, reforçando a confiança dos consumidores e a posição da Vimágua como referência na gestão da água em Guimarães e Vizela.

Os consumidores podem aceder aos mapas estatísticos das análises de conformidade trimestralmente no site

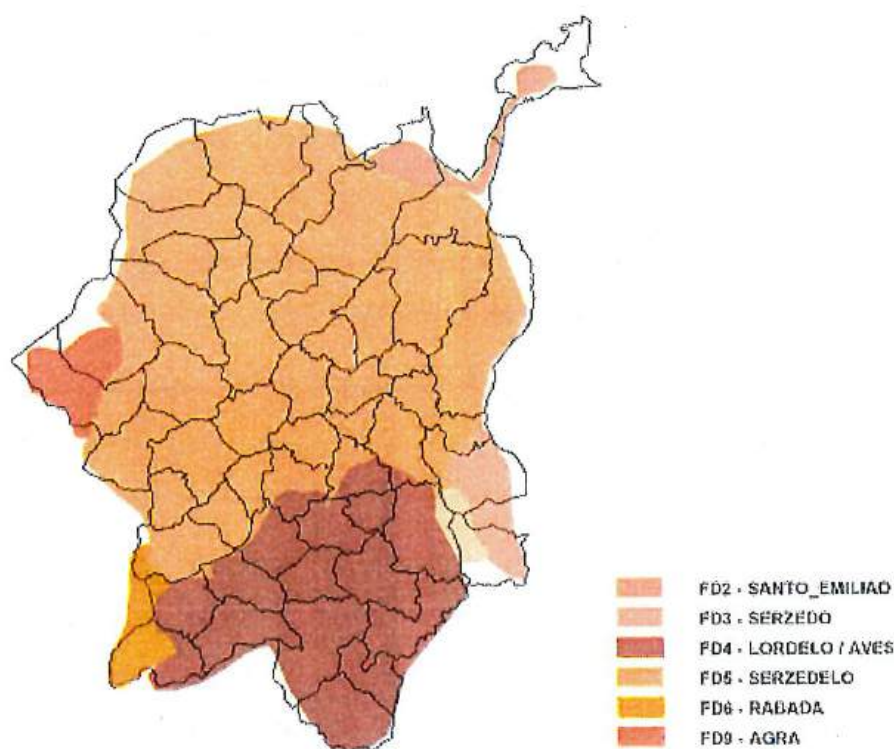
oficial da Vimágua, reforçando a transparência e o compromisso com a segurança e confiança no serviço prestado.



Águas Residuais

A gestão do serviço de saneamento de águas residuais urbanas a cargo da Vimágua incide sobre o "sistema em baixa", que compreende a recolha e encaminhamento das águas residuais até ao sistema de tratamento em alta, explorado pelo sistema multimunicipal do Norte de Portugal, sob regime de concessão.

Mapa de enquadramento do Sistema de Drenagem de Águas Residuais



Neste contexto, a Vimágua gere uma rede de 932,46 quilómetros de coletores, aos quais estão ligados 48.528 ramais domiciliários, e administra 97 Estações Elevatórias de Águas Residuais (EEAR).

A atividade operacional tem como objetivo garantir um serviço público de qualidade, sendo sustentada pelos seguintes pilares:

- Implementação de planos de manutenção preventiva das redes de drenagem;
- Implementação de planos de vigilância e manutenção das EEAR;
- Implementação de planos de manutenção preventiva das Fossas Sépticas Coletivas (FSC).

Em 2024, no que respeita aos equipamentos instalados na rede de coletores, foram construídas três caixas de visita para instalação de medidores de caudal permanentes. Estes, juntamente com outros seis instalados em caixas de visita existentes, permitem uma monitorização contínua da rede de

[Handwritten signature]

drenagem. Para campanhas temporárias, foram disponibilizados mais oito medidores, contribuindo para a rápida identificação de aflúências indevidas de águas pluviais.

Adicionalmente, foram instaladas câmaras de gradagem e de manobras em quatro EEAR, aumentando a proteção dos Grupos Eletrobombas (GEB) contra sólidos que possam comprometer o funcionamento dos equipamentos. A construção destas câmaras também facilita a manutenção periódica sem necessidade de entrada no poço de bombagem.

[Handwritten signature]

Para melhorar o acompanhamento remoto e em tempo real das instalações, foram adquiridas seis sondas hidrostáticas e adicionados seis novos dispositivos de recolha de dados à rede de 81 *loggers*/autômatos existentes. Esta monitorização online permite uma resposta rápida a eventuais falhas e minimiza riscos de derrames na via pública.

A Vimágua também gere pequenas redes de drenagem de águas residuais ligadas a fossas coletivas, cuja conexão às redes principais não é economicamente viável, garantindo a manutenção de 16 FSC.

Durante 2024, foram realizadas 333 novas ligações domiciliárias e intervenções corretivas em três ligações existentes. Também foram executadas quatro ligações a novos loteamentos, uma ligação a um edifício de habitação coletiva e seis prolongamentos de coletores de saneamento.

No âmbito da manutenção preventiva, foram limpos 191.027 metros de coletores e 1.636 ramais domiciliários. Para detetar anomalias, foram realizadas inspeções por vídeo CCTV em 4.584 metros de coletores, 140 caixas de visita e 34 caixas de ramal de ligação. Inspeções visuais abrangeram 3.418 caixas de visita e 6.141 caixas de ramal de ligação, num total de 105.618 metros de rede analisados.

Aflúências Pluviais Indevidas

A presença de águas pluviais indevidas nas redes de drenagem compromete o desempenho dos sistemas, causando sobrecarga hidráulica e extravasamentos. Para mitigar este problema, a Vimágua implementou o Plano de Redução de Aflúências Indevidas nas Redes de Drenagem, em colaboração com entidades municipais e regionais.

Em 2024, foram inspecionadas 3.418 caixas de visita e 6.141 caixas de ramal, identificando-se 682 ligações indevidas. Destes casos, 170 foram resolvidos, correspondendo à eliminação de 58.800 m³ de água pluvial indevidamente direcionada para o sistema de drenagem.

Afluências Indevidas 2024		
Estado Resolução	Volume Afluências (m³)	Ligações Detetadas (nº)
Resolvidas	58.800	1.470
Por Resolver	2.820	8
Fiscalização	79.425	420
Total	141 045	682

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Para o controlo destas afluições, destacam-se intervenções prioritárias, como:

- Duplicação de caixas de ramal em diversas ruas;
- Instalação de rede pluvial e eliminação de redes obsoletas;
- Correção de anomalias nas infraestruturas públicas de drenagem.

Em campanhas realizadas em tempo húmido, foram inspecionadas bacias associadas a várias EEAR, abrangendo 7.577 metros de rede e resultando na identificação de afluições indevidas e necessidade de impermeabilização de componentes da rede.

A rejeição inadequada de efluentes nas linhas de água é uma preocupação ambiental. A resolução das afluições indevidas e a proteção das linhas de água são metas estratégicas da Vimágua, refletindo o compromisso com a gestão eficiente do saneamento e a preservação ambiental.

**Adequa as descargas
e poupa água.**

Constrói o teu futuro!



Gestão de Clientes





A água da rede pública é segura
e cem vezes mais barata que
água engarrafada. Traz a tua
garrafa e bebe água da torneira.
A opção segura e mais económica!
Sempre pronta a servir!

vi^{ma}agua



Gestão de Clientes

A missão e a cultura de atuação da Vimágua têm como pilares fundamentais os valores anteriormente enunciados, orientando-se pela satisfação dos clientes como principal referência. Este compromisso reflete-se na estratégia de melhoria contínua do serviço prestado, assegurando um crescimento sustentado da base de clientes e um aumento da adesão às redes públicas de abastecimento de água e saneamento.

Clientes em números

Nos últimos cinco anos, a Vimágua registou um crescimento constante do número de clientes:

Tipo de cliente	2020	2021	2022	2023	2024
Doméstico	61 536	63 109	64 644	66 329	67 561
Não Doméstico	10 141	10 522	10 821	11 057	11 382
Total	71 677	73 631	75 465	77 386	78 943

No final de 2024 o número total de clientes da Vimágua era de 78.943, sendo 76.731 clientes de água e 71.967 clientes de saneamento.

Os clientes totais da Vimágua cresceram 2,01% comparativamente ao final do ano de 2023.



- Crescimento acumulado quinquenal: +9.024 clientes (+12,29%).
- Crescimento médio anual: 2,46%.

Desde 2002, a empresa registou um acréscimo de 35.299 clientes, correspondendo a uma taxa de crescimento de 80,88% e uma taxa média de crescimento anual de 3,68%.

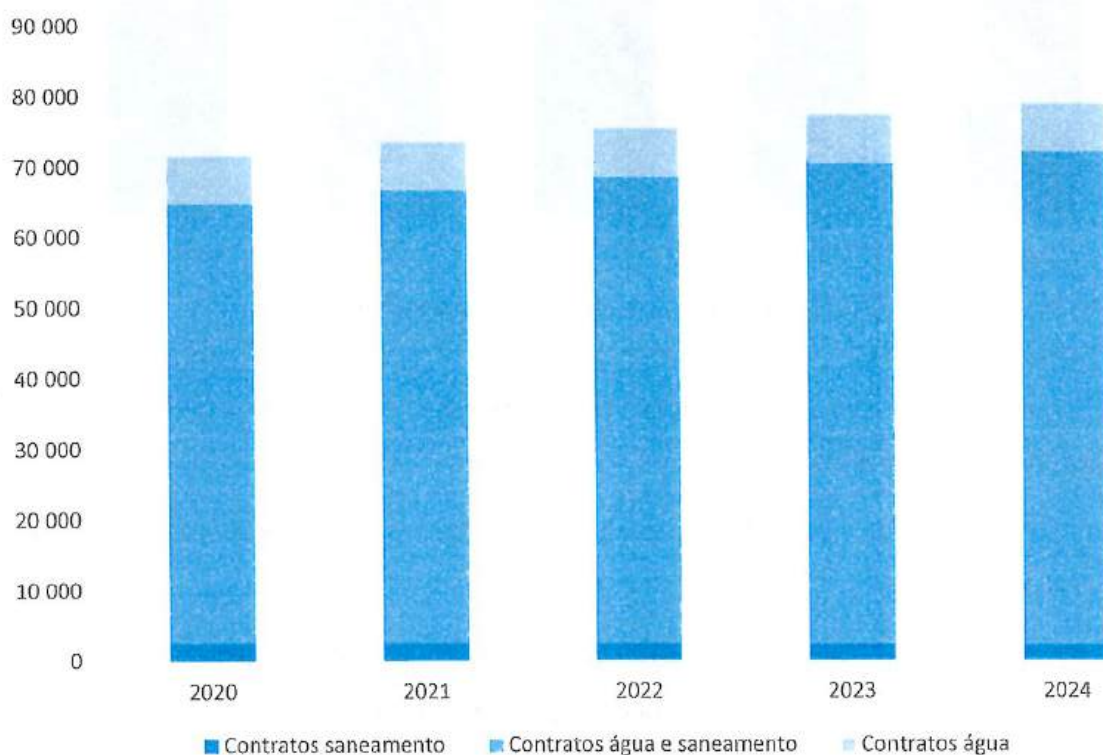
Este crescimento sustentado deve-se à expansão das redes, bem como ao reforço da fiscalização e das notificações para adesão ao serviço.



A Vimágua opera com três tipologias de contratos:

1. Contratos de água e saneamento (contrato único);
2. Contratos apenas de água;
3. Contratos apenas de saneamento.

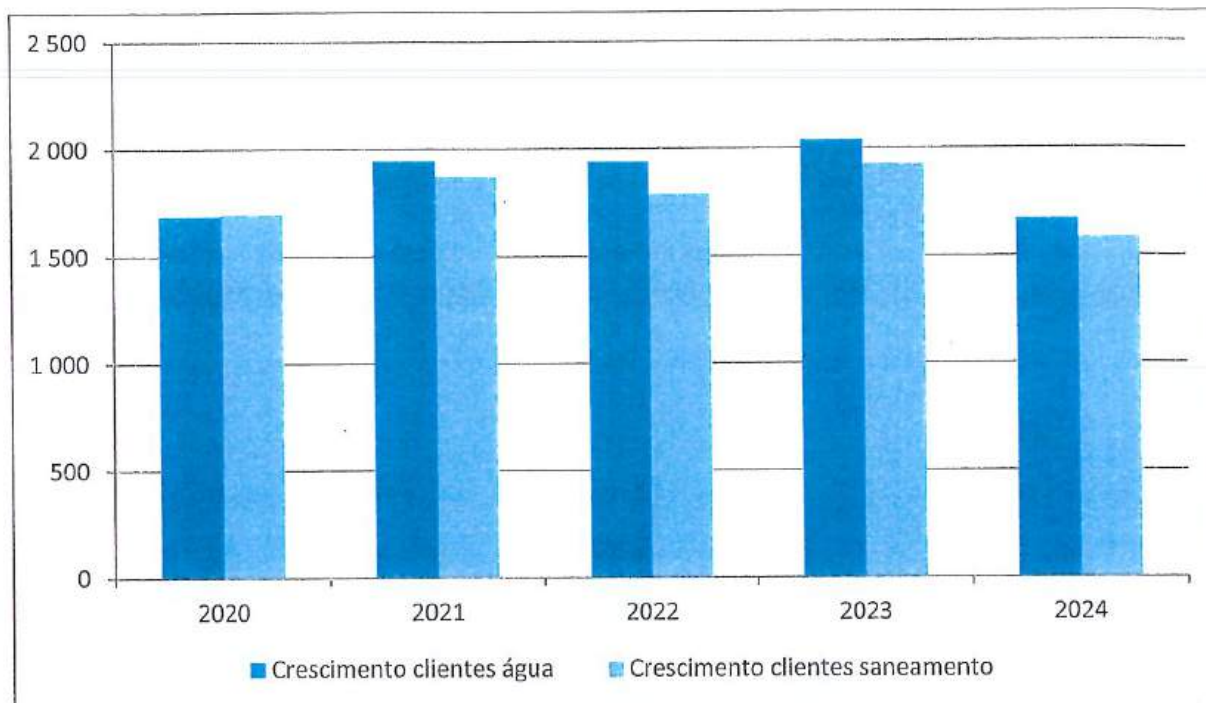
Tipo de contratos	2020	2021	2022	2023	2024
Contratos saneamento	2 545	2 555	2 448	2 328	2 212
Contratos água e saneamento	62 253	64 114	66 009	68 054	69 755
Contratos água	6 879	6 962	7 008	7 004	6 976
Total	71 677	73 631	75 465	77 386	78 943



Nos últimos cinco anos, verificou-se um aumento expressivo nos contratos únicos, acompanhado por uma redução gradual dos contratos exclusivos de saneamento e uma estabilização dos contratos apenas de água.

O decréscimo de contratos exclusivos de saneamento resulta, na maioria dos casos, da adesão destes clientes ao sistema público de abastecimento de água, um fator positivo que reflete o impacto das iniciativas promovidas pela Vimágua.

O crescimento de clientes em 2024 manteve-se acima dos 1.500, com um aumento significativo tanto no serviço de saneamento (+1.585 clientes) quanto no abastecimento de água (+1.673 clientes). Destaca-se que a tipologia de água apresentou um crescimento superior.



A evolução dos últimos cinco anos confirma o crescimento sustentado da base de clientes da Vimágua, impulsionado por quatro fatores essenciais:

- O investimento contínuo na expansão das redes, visando a universalização dos serviços de água e saneamento;
- O reforço das ações de fiscalização e sensibilização para controlo das ligações à rede pública de saneamento sem contrato, promovendo a regularização de ligações;
- A implementação do procedimento de obrigatoriedade de ligação às redes e de contratação dos serviços, promovendo uma adesão mais abrangente e sustentável aos sistemas públicos;
- Tendência de conversão de contratos exclusivos de saneamento para contratos únicos, refletindo maior integração dos serviços.

Os resultados demonstram o sucesso da estratégia de universalização dos serviços públicos de água e saneamento, consolidando a Vimágua como uma entidade de referência no setor.

Cientes de água

O número total de clientes de água, em 31 de dezembro de 2024, era de 76.731 representando uma taxa de crescimento anual de 2,23%.

Tipo de cliente	2020	2021	2022	2023	2024
Doméstico	59 146	60 714	62 370	64 172	65 532
Não Doméstico	9 986	10 362	10 647	10 886	11 199
Total	69 132	71 076	73 017	75 058	76 731

Assim, no final de 2024 a Vimágua passou a contar com mais 1.673 clientes, comparativamente com o final do ano anterior.

O crescimento dos clientes de água tem sido constante, impulsionado pela expansão das redes e pelo reforço da fiscalização:

A distribuição dos clientes de água continua a ser dominada pelo segmento doméstico, em particular nas zonas de expansão urbana. No entanto, os clientes não domésticos mantiveram uma evolução consistente ao longo dos anos.



O crescimento dos clientes de água tem sido constante, impulsionado pela expansão das redes e pelo reforço da fiscalização. Nos últimos cinco anos, a Vimágua registou um acréscimo de 9.288 clientes de água, o que corresponde a um crescimento de 13,77%.

A distribuição dos clientes de água continua a ser dominada pelo segmento doméstico, especialmente nas zonas de expansão. Contudo, o segmento não doméstico tem apresentado uma evolução consistente ao longo dos anos. Em 2021, o crescimento relativo dos clientes não domésticos foi superior ao dos clientes domésticos, enquanto em 2022 e 2023 ambos os segmentos registaram taxas de crescimento idênticas. Em 2024, o crescimento voltou a ser relativamente mais expressivo no segmento doméstico.

Desde o final de 2002, o número de clientes de água aumentou em 33.087 clientes, correspondendo a uma taxa de crescimento de 75,81%, com um crescimento médio anual de 3,45%.

O aumento do número de clientes de água também reflete a progressiva adesão às redes públicas, resultado do trabalho contínuo da Vimágua na promoção da ligação dos consumidores às infraestruturas disponíveis.

Cientes de saneamento

O número total de clientes de saneamento, em 31 de dezembro de 2024, era de 71.967, o que representa um crescimento anual de 2,25%.

Tipo de cliente	2020	2021	2022	2023	2024
Doméstico	57 054	58 660	60 201	61 957	63 263
Não Doméstico	7 744	8 009	8 256	8 425	8 704
Total	64 798	66 669	68 457	70 382	71 967

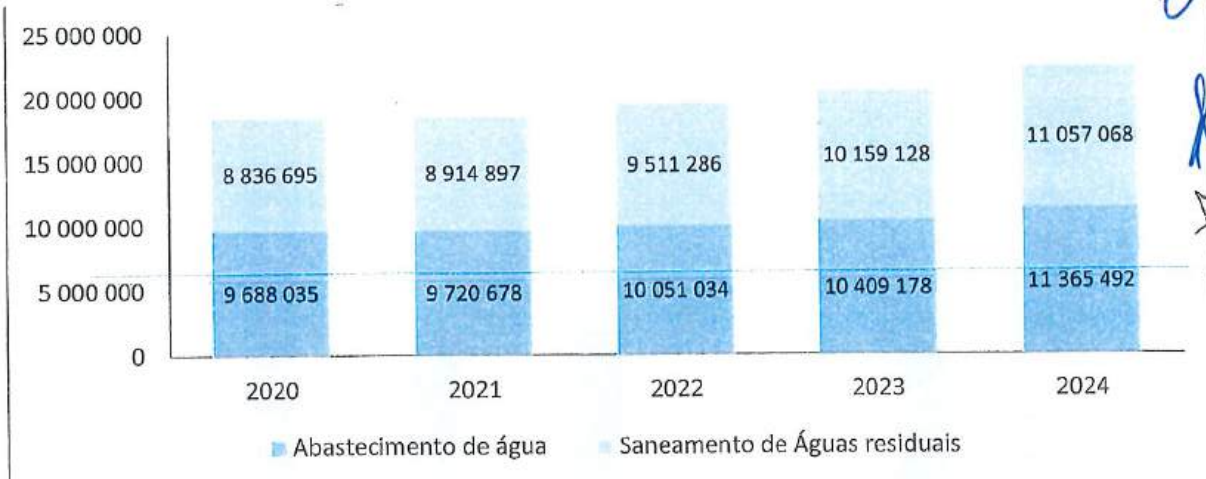
Entre 2020 e 2024, a Vimágua registou um acréscimo de 8.866 clientes de saneamento, correspondendo a um crescimento de 13,32%.



A adesão ao sistema público de saneamento continua a crescer, impulsionada pelo trabalho de fiscalização e notificação dos consumidores. O investimento em novas redes tem permitido alargar a cobertura e consolidar o compromisso da Vimágua com a universalização dos serviços de água e saneamento.

Dados de Faturação

A faturação periódica de clientes, referente aos serviços prestados pela Vimágua, totalizou no exercício de 2024 o valor de 22.422.559 euros, representando um crescimento de 9,02% face ao ano anterior.



- Crescimento acumulado quinquenal: 1.959.266 euros
- Crescimento médio anual: +4,85%

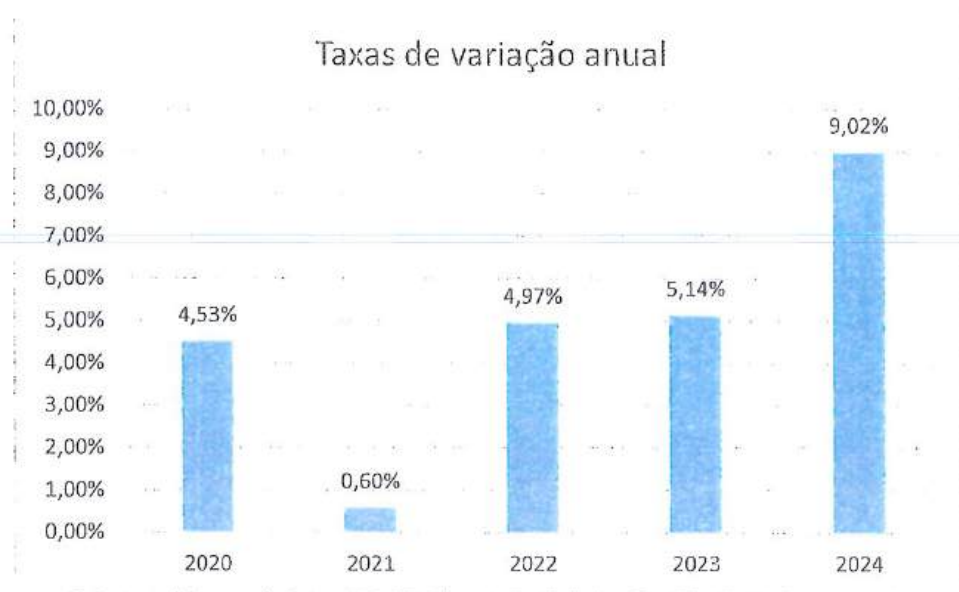
Atividade	Valor (€)					Variação 24/23
	2020	2021	2022	2023	2024	
Abastecimento de água	9 688 035	9 720 678	10 051 034	10 409 178	11 365 492	9,19%
- Tarifa Variável	6 403 657	6 362 510	6 685 107	6 743 235	7 429 253	10,17%
- Tarifa Fixa	3 284 378	3 358 168	3 365 927	3 665 943	3 936 238	7,37%
Saneamento de Águas residuais	8 836 695	8 914 897	9 511 286	10 159 128	11 057 068	8,84%
- Tarifa Variável	6 180 839	6 182 631	6 682 334	7 082 608	7 777 503	9,81%
- Tarifa Fixa	2 095 696	2 160 900	2 256 974	2 465 309	2 648 806	7,44%
- Contrato autónomo	560 161	571 365	571 978	611 211	630 759	3,20%
TOTAL	18 524 730	18 635 575	19 562 321	20 568 306	22 422 559	9,02%

A análise da faturação, tanto em valor como em quantidade, demonstra um crescimento sustentado, impulsionado pelo aumento do número de clientes e pela maior adesão aos serviços públicos de abastecimento de água e saneamento.

O crescimento das tarifas fixas evidencia a expansão e consolidação dos serviços de abastecimento de água e saneamento, mesmo num período em que:

- Houve três anos sem aumento das tarifas de água;
- Nos outros dois anos, o crescimento foi inferior à inflação;
- O aumento das tarifas de saneamento acompanhou apenas a evolução das tarifas do sistema multimunicipal em alta.

A faturação das tarifas variáveis registou um acréscimo significativo nos serviços de abastecimento de água e saneamento, refletindo uma maior adesão aos sistemas públicos e um aumento no consumo de água segura.



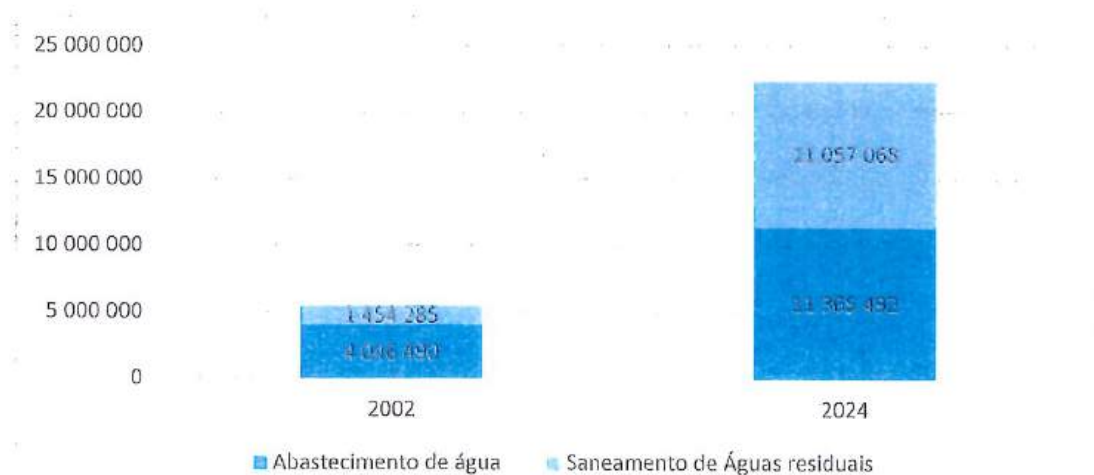
[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Os rendimentos relativos a estes serviços alcançaram o maior crescimento do quinquénio, consolidando um crescimento superior ao registado nos anos anteriores:

- +9,19% no serviço de abastecimento de água;
- +8,84% no serviço de saneamento de águas residuais.

Desde o início da atividade da Vimágua, em fevereiro de 2002, os rendimentos provenientes das principais prestações de serviço registaram um crescimento acumulado superior a 300%. Este crescimento resulta da expansão da atividade da empresa, do rigor na contratação e faturação, e do reforço da adesão aos serviços públicos essenciais nos concelhos de Guimarães e Vizela.

Destaca-se, em particular, a evolução do serviço de saneamento, que passou de um peso relativo de 24,44% em 2002 para 49,31% em 2024, demonstrando a crescente relevância e cobertura deste serviço.



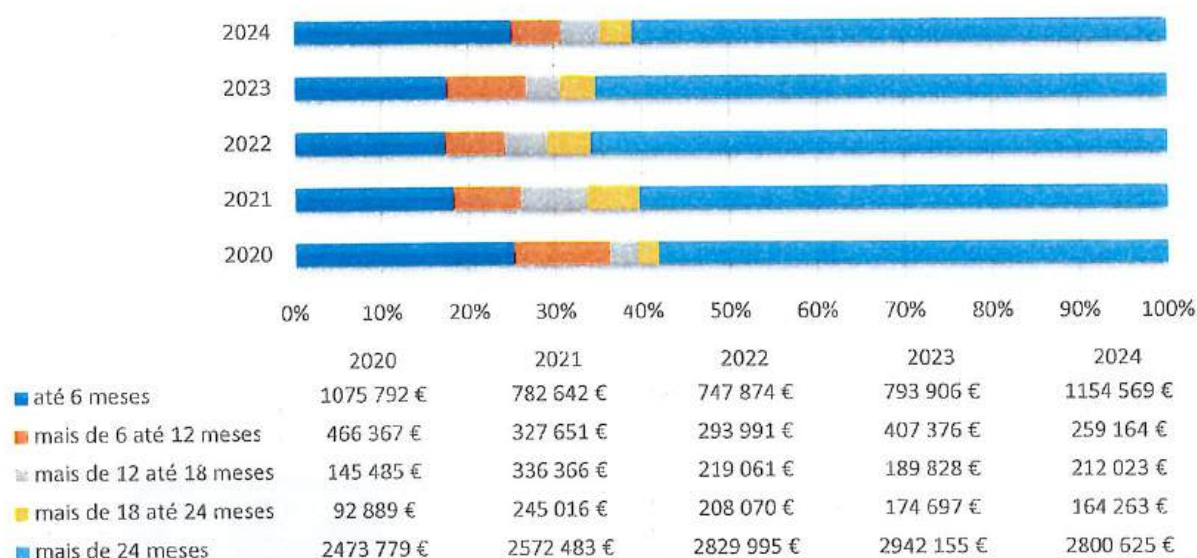
A evolução da faturação entre 2020 e 2024 evidencia o crescimento sustentado da Vimágua, suportado por investimentos estratégicos em infraestruturas e na melhoria da gestão dos serviços públicos.

Dados de Cobrança

A cobrança coerciva das receitas da Vimágua mantém-se a ser feita por meio do processo de execução fiscal, sendo o mesmo tramitado pelos serviços da Autoridade Tributária, ao abrigo de um protocolo firmado entre as partes, em janeiro de 2018 e de acordo com o previsto nos Estatutos da Empresa e Regulamento de Serviço em vigor.

O retrato da situação de dívida a 31 de dezembro de 2024 e nos quatro anos anteriores, consta do quadro e do gráfico seguinte:

Dívida Total Clientes - dezembro 2024



A dívida vencida até 6 meses, tem cum aumento significativo a 31 de dezembro 2024, pelo facto de não terem sido enviadas aos bancos para cobrança as faturas vencidas nas últimas duas semanas do ano, na decorrência de um processo de atualização do sistema informático de faturação e cobrança. Estas cobranças foram, no entanto, totalmente recuperadas no início de janeiro de 2025.

A dívida com uma maturidade de mais de 24 meses tem, ainda, bastante expressão. Nesta maturidade, encontra-se dívida que foi reclamada judicialmente, todavia os respetivos processos não se encontram, ainda, findos.

No decorrer do ano de 2024, mantivemos com os serviços jurídicos da Vimágua um trabalho intensivo e sistemático de análise desta dívida, no sentido de aferir o que poderá ser cobrável e o que deverá ser conduzido para incobrável, o que se manterá no decorrer do ano de 2025.

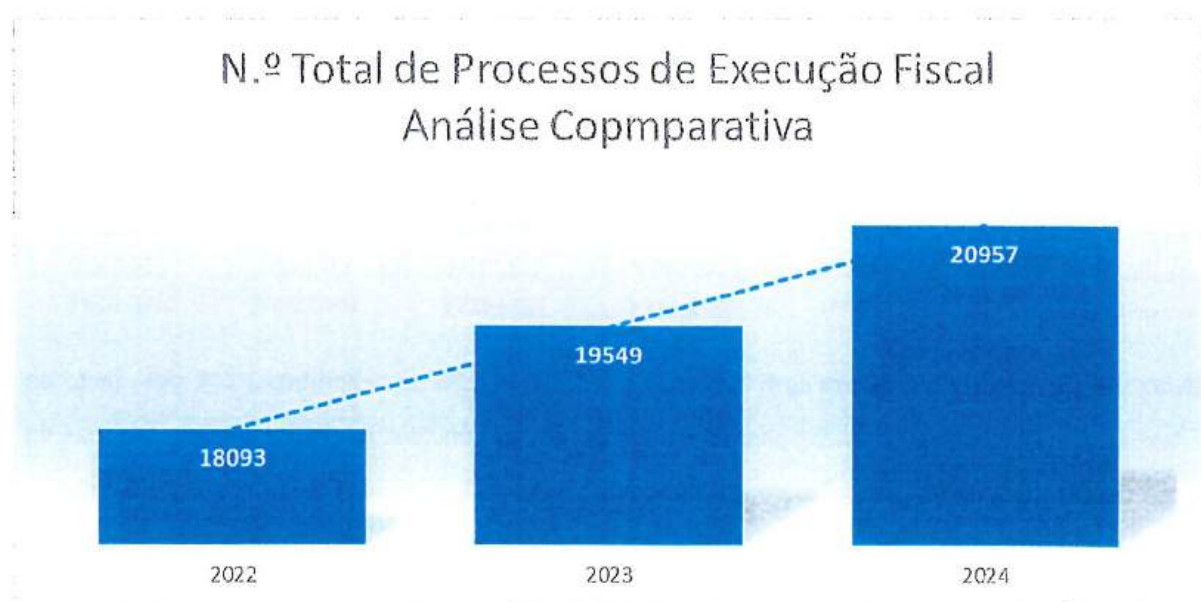
Com efeito, procuraremos, durante o ano de 2025, prosseguir este trabalho, tendo em vista a recuperação da dívida ou a sua anulação por incobrável.

Relativamente às restantes maturidades, trata-se de dívida, na sua generalidade, cobrável, voluntariamente, em sede de execução fiscal ou através do processo de corte do serviço.

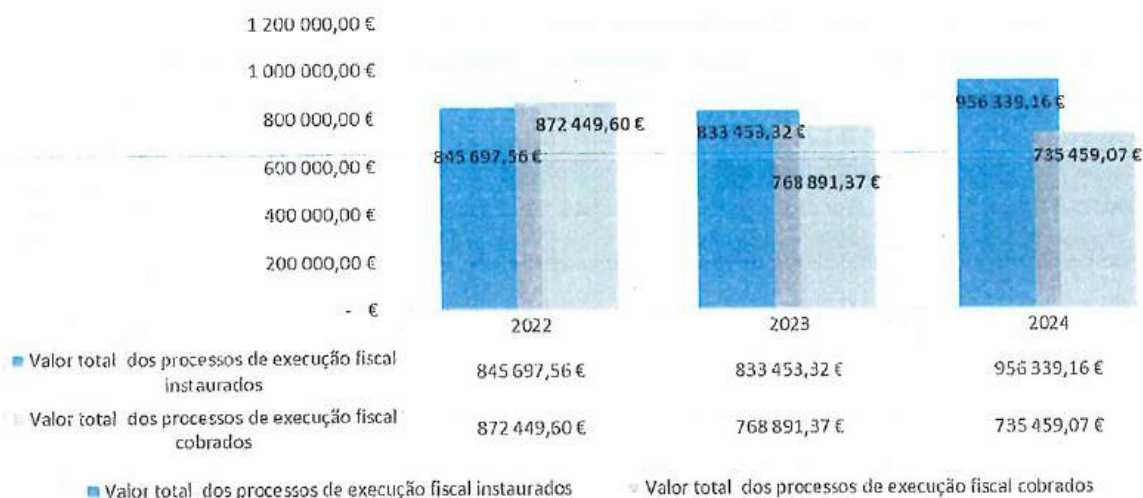
A interrupção do serviço de fornecimento de água, com fundamento na mora, continua a ser uma segunda linha de atuação, sendo utilizado este recurso para as situações em que a dívida não é regularizada junto dos serviços da Autoridade Tributária, gerando, a cada mês, outras dívidas.

No que à atividade da instauração de execuções fiscais concerne, verificámos uma tendência crescente no número de processos insaturados, à semelhança dos anos anteriores, decorrente de uma cada vez maior automatização e otimização dos procedimentos.

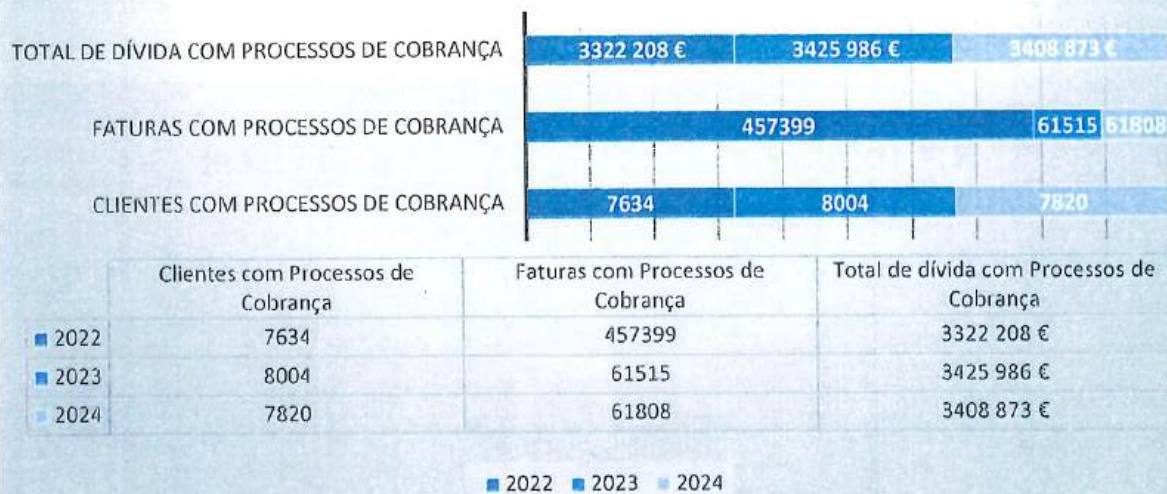
Mantemos, assim, uma trajetória sustentada de instauração de processos de execução fiscal e cobrança:



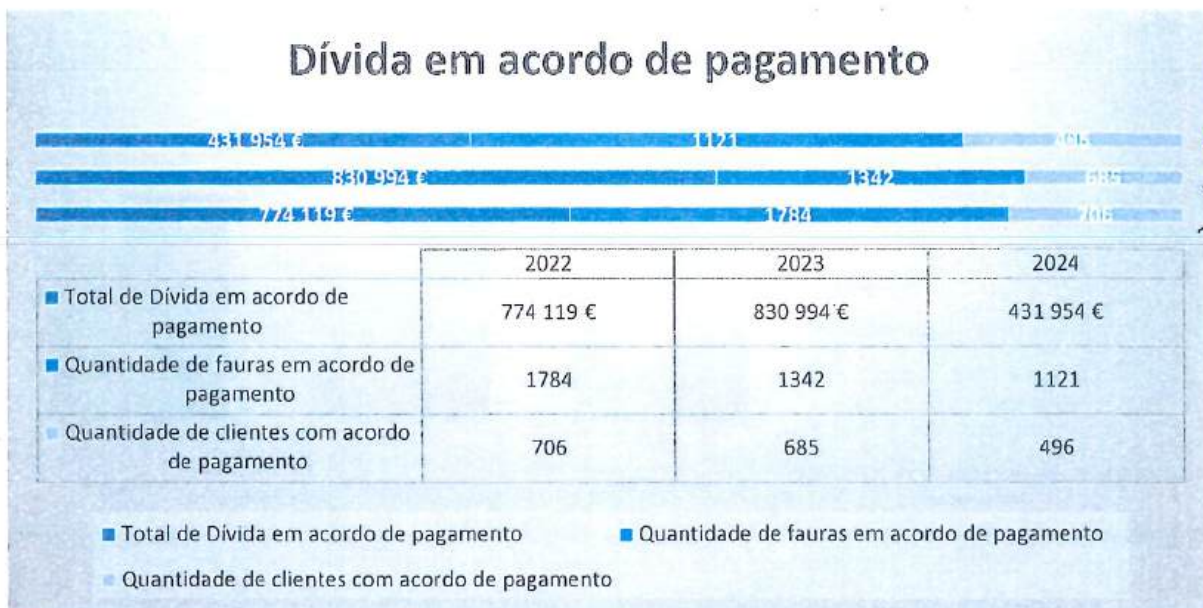
Valor total de processos instaurados e valor total de processos pagos



Totais Dívida com Processos de Cobrança



Já no que concerne à dívida total a ser paga em acordos de pagamento a situação é a seguinte:

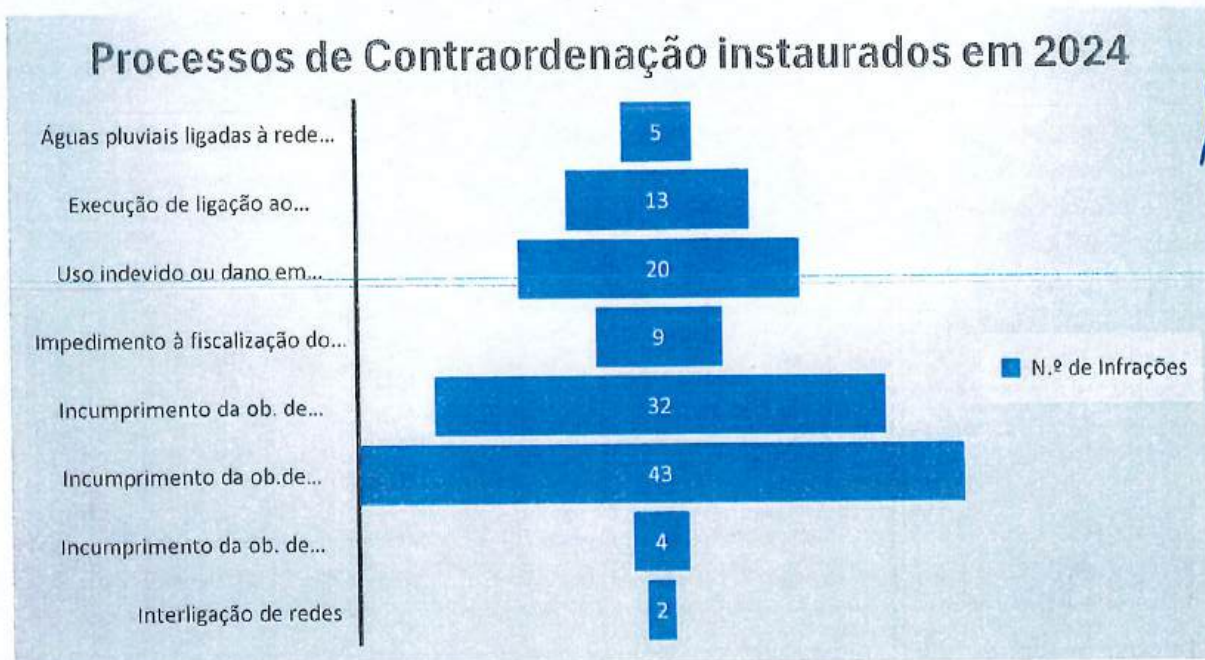


Durante o ano de 2025, prosseguiremos com o desenvolvimento de técnicas e procedimentos, tendentes a uma maior automatização do tratamento da dívida e da cobrança de dívida.

Dados de Contraordenações

No ano de 2024, foram instaurados 128 processos de contraordenação

N.º de Infrações	Descrição da Infração
5	Águas pluviais ligadas à rede pública de saneamento
13	Execução de ligação ao sistema público sem autorização
20	Uso indevido ou dano em equipamento público
9	Impedimento à fiscalização do cumprimento das normas que regem o sistema público
32	Incumprimento da ob. de ligação do prédio à rede pública de saneamento
43	Incumprimento da ob. de ligação do prédio à rede pública de abastecimento de água
4	Incumprimento da ob. de ligação à rede pública de saneamento e à rede pública de abastecimento de água
2	Interligação de redes
128	



Dos processos instaurados, 62% das infrações estão relacionadas com o incumprimento da obrigação de ligação à rede pública de água e saneamento, infração prevista no art. 72º nº2 al. b) do DL nº 194/2009 de 20 de agosto.

As infrações de uso indevido ou dano em equipamento público representam 16%, valor inferior ao do ano de 2022 (48,33%) e superior à do ano de 2023 (7,67%).

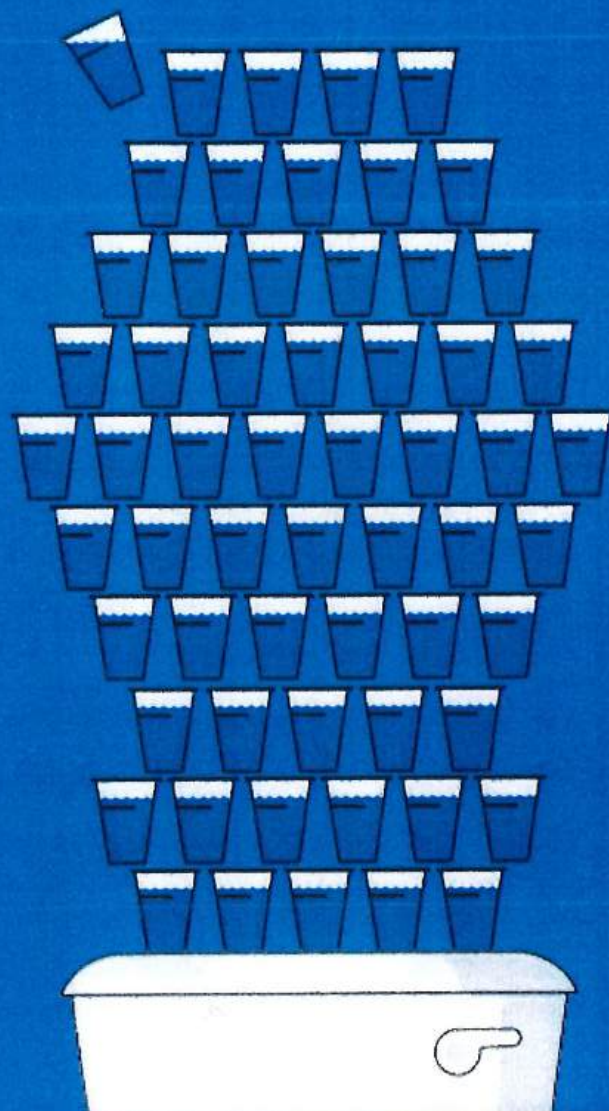
Entre 2023 e 2024 as infrações de incumprimento da obrigação de ligação do prédio à rede pública de água e saneamento demonstraram um valor idêntico, de 68,15% e 62%, respetivamente.

Em 2024, foram arquivados 358 processos e proposta a aplicação de coima em 2 processos. De ressaltar que estando a maioria dos processos instaurados associada ao cumprimento da obrigação de ligação dos prédios aos sistemas públicos de água e saneamento, uma vez cumprida a obrigação, é proposto o arquivamento do processo.

No decorrer do ano de 2025, prevemos intensificar o trabalho na área das contraordenações, para efeitos de recuperação de prazos de conclusão dos processos já intentados.

Investimento





Um autoclismo gasta entre 10 e 12 litros de água, o equivalente a cerca de 60 copos. Adequa as descargas e poupa água. Constrói o teu futuro!

viagua

Investimento

Desde o início da sua atividade, em 2002, até ao final de 2024, a Vimágua investiu mais de 114 milhões de euros na expansão e melhoria dos seus serviços, evidenciando a sua capacidade de autofinanciamento e recurso a capitais bancários para concretizar os seus objetivos. Apesar do baixo nível de subsídios a fundo perdido, que representaram apenas 22,08% do total investido, a Vimágua tem conseguido manter uma política de moderação tarifária, garantindo a sustentabilidade dos serviços públicos essenciais e reforçando a sua missão de servir as populações de Guimarães e Vizela com qualidade e eficiência.



O Plano Plurianual de Investimentos da Vimágua está alinhado com os princípios definidos pelo PENSARP 2030 – o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais – que orienta as políticas para o ciclo urbano da água. Este plano estabelece quatro objetivos estratégicos fundamentais:

1. Eficácia dos serviços – garantindo acessibilidade, continuidade e qualidade no abastecimento e saneamento, segurança, resiliência e ação climática.
2. Eficiência dos serviços – promovendo a modernização, digitalização, gestão eficiente de recursos, eficiência hídrica e energética e descarbonização.
3. Sustentabilidade dos serviços – assegurando viabilidade económica e financeira, recuperação de recursos naturais e inovação.

4. Valorização ambiental, económica e societal – reforçando a economia circular, a transparência e a cooperação internacional.

A concretização destes objetivos passa por 70 medidas estratégicas, entre as quais a redução de perdas de água, o reforço da eficiência hídrica e energética, e a aposta em energias renováveis para autoconsumo.

O investimento global realizado pela Vimágua em 2024 ascendeu a 5.265.821 euros, distribuído entre:

- Infraestruturas de abastecimento de água e saneamento, com intervenções organizadas por sistemas de abastecimento e frentes de drenagem.
- Outros investimentos relacionados com a modernização dos serviços.

A execução do Plano de Investimentos de 2024 atingiu 54,60% do valor previsto, refletindo o compromisso da Vimágua com a melhoria contínua das suas infraestruturas e serviços, sempre com o objetivo de garantir um abastecimento de qualidade e sustentável para a população.

Investimentos das Infraestruturas de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais

Rubrica Investimento	2024	2024	%	Desvio	
	Previsão	Execução		Valor	%
Captação e ETA de Prazins (0101)	899 748	505 208	56,15%	-394 540	-43,85%
Captação e ETA de Gondomar (0102)	20 000	6 753	33,77%	-13 247	-66,23%
Outras Infraestruturas de Captação / Tratamento (0103)					
Reservatórios e Estações Elevatórias AA (0104)	81 285	77 011	94,74%	-4 274	-5,26%
Outros Equipamentos AA (0105)	188 663	23 655	12,54%	-165 008	-87,46%
Condutas Adutoras em Alta (0106)	74 994	71 884			
Estações Elevatórias e outros Equipamentos AR (0107)	63 200			-63 200	-100,00%
Execução de novas redes de AR (0201)	2 903 776	1 191 235	41,02%	-1 712 541	-58,98%
Execução de novas redes de AA (0202)	933 754	385 612	41,30%	-548 142	-58,70%
Substituição e Remodelação de Redes AR (0203)	769 420	387 505	50,36%	-381 915	-49,64%
Substituição e Remodelação de Redes AA (0204)	2 612 671	1 656 963	63,42%	-955 709	-36,58%
Execução de ramais de AA (0205)	332 148	380 565	114,58%	48 417	14,58%
Execução de ramais de AR (0206)	238 187	261 610	109,83%	23 423	9,83%
TOTAIS	9 117 846	4 948 001	54,27%	-4 166 734	-45,70%

Outros Investimentos

Rubrica Investimento	2024	2024	%	Desvio	
	Previsão	Execução		Valor	%
Projetos de infra-estruturas de água e saneamento (0301)	48 500	4 300	8,87%	-44 200	-91,13%
Outros estudos e projetos (0302)					
Terrenos (0303)	39 818	3 661	9,19%	-36 157	-90,81%
Máquinas e Viaturas (0304)	98 800	61 924			
Equipamentos/Instrumentação para monitorização e controlo (0305)	168 283	112 751	67,00%	-55 532	-33,00%
Equipamentos e Ferramentas (exploração e produção) (0306)	25 265	29 109	115,22%	3 844	15,22%
Equipamento Informático e Software (0307)	22 838	5 488	24,03%	-17 351	-75,97%
Equipamento administrativo (0308)	10 000	630	6,30%	-9 370	-93,70%
Edifícios Sede e Armazém/Oficinas (0309)	5 000			-5 000	-100,00%
Instalações e equipamentos para produção de energia (0312)	103 284	102 864	99,59%	-420	-0,41%
Outros investimentos (0399)	10 000	93	0,93%	-9 907	-99,07%
TOTAIS	531 788	320 820	60,33%	-174 092	-32,74%

TOTAIS DO PLANO DE INVESTIMENTOS	9 649 633	5 268 821	54,60%	-4 340 826	-44,98%
---	------------------	------------------	---------------	-------------------	----------------

A seguir evidenciamos os dados relativos às empreitadas concluídas em 2024.

Tabela resumo das extensões de redes – obras de empreitada

Ord.	Nome obra	Município	Freguesia	Extensão AA (m)	Extensão AR (m)
CP 19/2022	EXTENSÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REDES DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NAS FREGUESIAS DE BARCO E BRITO E NA U.F. DE PRAZINS STO. TIROSO E CORVITE - GUIMARÃES	GUIMARÃES	Brito	327.60	594.19
CP 07/2023	SUBSTITUIÇÃO E EXTENSÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REDES DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NAS FREGUESIAS DE MOREIRA DE CÔNEGOS, NESPEREIRA E POLVOREIRA E NA U.F. DE CANDOSO SÃO TIAGO E MASCOTELOS E U.F. DE CONDE E GANDARELA	GUIMARÃES	Polvoreira	79.10	
			Nespeira		36.59
CP 08/2023	SUBSTITUIÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA PADRE ANTÔNIO P. DA SILVA (GANDARELA), RUA GENERAL HUMBERTO DELGADO (SERZEDELO), RUA DE PEREIRINHAS (M. DE CÔNEGOS) E REFORÇO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA ZONA ALTA DA REDE PROVENIENTE DO R2, EM COTEÃES (GUARDIZELA) - GUIMARÃES	GUIMARÃES	Guardizela	658.20	
CP 10/2023	EXTENSÃO E SUBSTITUIÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS E PLUVIAIS NA FREGUESIA DE RONFE - CONCELHO DE GUIMARÃES	GUIMARÃES	Ronfe	316.00	534.99
CP 13/2023	EXTENSÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REDES DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NA ZONA INDUSTRIAL DE PENVELO E SELHO SÃO LOURENÇO – CONCELHO DE GUIMARÃES	GUIMARÃES	União das freguesias de Selho São Lourenço e Gominhões	210.00	
			Pencelo	450.20	318.75
CP 16/2023	INSTALAÇÃO DE UMA CONDUTA DE LIGAÇÃO ENTRE O RESERVATÓRIO DE SOBRADELO DA GOMA E O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE CASTELÕES DO CONCELHO DE GUIMARÃES	GUIMARÃES	Concelho vizin	1542.40	
CP 20/2023	EXTENSÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REDES DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NA FREGUESIA DE PRAZINS (SANTA EUFÉmia) E NA U.F. DE SOUTO SANTA MARIA, SOUTO SÃO SALVADOR E GONDOMAR	GUIMARÃES	União das freguesias de Souto Santa Maria, Souto São Salvador e Gondomar	225.10	1144.64
			Prazins (Santa Eufémia)		841.79
CP 21/2023	EXTENSÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REDES DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NA U.F. DE ABAÇÃO E GÊMEOS E U.F. DE SERZEDELO E CALVOS - GUIMARÃES	GUIMARÃES	União das freguesias de Abação e Gêmeos	40.80	652.90
			União das freguesias de Serzedo e Calvos		113.31
CP 22/2023	EXTENSÃO DE REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NA RUA E TRAVESSA DO FUNDÃO NA FREGUESIA DE LORDELO - GUIMARÃES	GUIMARÃES	Lordelo		550.16
CP 25/2023	SUBSTITUIÇÃO E EXTENSÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REDES DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NAS FREGUESIAS DE GUARDIZELA, LORDELO E	GUIMARÃES	Lordelo	499.20	703.02
			Guardizela		540.00
CP 26/2023	EXTENSÃO E SUBSTITUIÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NAS FREGUESIAS DE CREIXOMIL, PENVELO E PRAZINS (SANTA EUFÉmia)	GUIMARÃES	Prazins (Santa	325.60	
CP 02/2023	EXTENSÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA E TRAVESSA COMBATENTES DO ULTRAMAR E NA TRAVESSA DA BOAVISTA NA FREGUESIA DE GUARDIZELA	GUIMARÃES	Guardizela	410.00	
CP 10/2024	EXTENSÃO DE REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NA RUA DE VILA CORNEIRA NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE TAGILDE E VIZELA (SÃO PAIO) - CONCELHO DE VIZELA	VIZELA	União das freguesias de Tagilde e Vizela (São Paio)		496.37

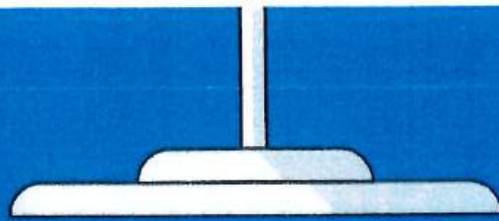
Tabela resumo das substituições de redes água e águas residuais – obras de empreitada

Ref.	Nome da Obra	Comunidade	Substituição de Água (m)	Substituição de Águas Residuais (m)
CP 01/2023	SUBSTITUIÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REDES DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NAS FREGUESIAS DE SELHO (SÃO CRISTOVÃO) E CANDOSO (SÃO MARTINHO)	GUIMARÃES	993.60	680.21
P 02/2023	SUBSTITUIÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CALDAS DE VIZELA (S. MIGUEL E S. JOÃO) - CONCELHO DE VIZELA	VIZELA	1077.20	
CP 04/2023	SUBSTITUIÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA SANTA MARINHA DA COSTA E NA RUA DA PONTE NA FREGUESIA DA COSTA - GUIMARÃES	GUIMARÃES	886.30	
CP 07/2023	SUBSTITUIÇÃO E EXTENSÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REDES DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NAS FREGUESIAS DE MOREIRA DE CÔNEGOS, NESPEREIRA E POLVOREIRA E NA U.F. DE CANDOSO SÃO TIAGO E MASCOTELOS E U.F. DE CONDE E GANDARELA	GUIMARÃES	1424.40	
CP 08/2023	SUBSTITUIÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA PADRE ANTÓNIO P. DA SILVA (GANDARELA), RUA GENERAL HUMBERTO DELGADO (SERZEDELO), RUA DE PEREIRINHAS (M. DE CÔNEGOS) E REFORÇO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA ZONA ALTA DA REDE PROVENIENTE DO R2, EM COTEÃES (GUARDIZELA) - GUIMARÃES	GUIMARÃES	2335.60	
CP 09/2023	SUBSTITUIÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA DE VISTA ALEGRE E RUA LUÍS LOUREIRO NA U.F. DE CANDOSO SÃO TIAGO E MASCOTELOS - CONCELHO DE GUIMARÃES	GUIMARÃES	531.60	
CP 11/2023	REABILITAÇÃO DE COLECTORES DE ÁGUAS RESIDUAIS COM RECURSO À TECNOLOGIA CIPP, NOS CONCELHOS DE GUIMARÃES E VIZELA			1206
AD 04/2023	REABILITAÇÃO DE COLETORES DE ÁGUAS RESIDUAIS COM RECURSO À TECNOLOGIA CIPP NA RUA CAPITÃO ALFREDO GUIMARÃES NA FREGUESIA DE AZURÉM - CONCELHO DE GUIMARÃES			
CP 12/2023	SUBSTITUIÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA DA CRUZ E NA RUA DO OUTEIRO NA FREGUESIA DE BRITO - CONCELHO DE GUIMARÃES	GUIMARÃES	826.60	
CP 15/2023	SUBSTITUIÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA FREGUESIA DE LORDELO - GUIMARÃES	GUIMARÃES	2079.50	
CP 24/2023	REFORÇO E SUBSTITUIÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA FREGUESIA DE AZURÉM	GUIMARÃES	214.80	
CP 25/2023	SUBSTITUIÇÃO E EXTENSÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REDES DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NAS FREGUESIAS DE GUARDIZELA, LORDELO E MOREIRA DE CÔNEGOS	GUIMARÃES	1239.90	
P 26/2023	EXTENSÃO E SUBSTITUIÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NAS FREGUESIAS DE CREIXOMIL, PENCELO E PRAZINS (SANTA EUFÉMIA)	GUIMARÃES	1858.20	

Recursos Humanos



Handwritten signatures and initials in blue ink.



Um minuto de chuveiro gasta
cerca de 10 litros de água.
Fechar a água da torneira
enquanto te ensaboas pode
poupar mais de 560 litros de
água por mês. Cada gota conta!
Constrói o teu futuro!

vivagua



Recursos Humanos

A política e gestão de recursos humanos da Vimágua evoluíram de forma alinhada com as diretrizes estratégicas da empresa, promovendo um modelo integrado que reforça a qualidade dos serviços públicos prestados e otimiza a eficiência organizacional. Em 2024, a empresa manteve o seu compromisso com a valorização dos trabalhadores, garantindo a estabilidade laboral e a progressão das carreiras em conformidade com o enquadramento legal vigente e o seu Acordo de Empresa.

Atualizações Legislativas e Impacto na Remuneração

A Lei do Orçamento de Estado para 2024 (Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro) não introduziu alterações ao regime das carreiras no que se refere a progressões, mudanças de nível ou escalão. No entanto, o Decreto-Lei n.º 13/2024, de 10 de janeiro, trouxe medidas de valorização salarial, como a revisão da Tabela Remuneratória Única e ajustes na estrutura da carreira de técnico superior.

Além disso, o Decreto-Lei n.º 108/2023, de 22 de novembro, fixou o valor da base remuneratória da Administração Pública (BRAP) em €821,83 e determinou os seguintes aumentos:

- €52,63 para salários entre €769,20 e €1.754,49;
- 3% para remunerações iguais ou superiores a €1.754,50.

Os suplementos remuneratórios indexados à função pública também foram atualizados em 3%.

Implementação na Vimágua

A aplicação das novas regras seguiu a Cláusula 68ª do Acordo de Empresa celebrado entre a Vimágua e o STAL, assegurando a atualização automática das remunerações. Assim, a Tabela de Carreiras e Remunerações foi ajustada conforme os decretos mencionados.

Os trabalhadores da Vimágua com vínculo de emprego público, incluindo os cedidos pelo Município de Guimarães, receberam as atualizações salariais tanto no vencimento de origem quanto no vencimento de exercício, garantindo a opção pelo regime mais favorável.

Os gestores públicos mantiveram a redução de 5% na remuneração fixa mensal, em conformidade com a Lei n.º 12-A/2010.

O subsídio de refeição permaneceu nos €6,00, conforme a Portaria n.º 107-A/2023, de 18 de abril.

Promoções e Progressões de Carreira

No decorrer de 2024, a Vimágua implementou alterações nas progressões salariais e enquadramento profissional dos trabalhadores com vínculo de emprego público, incluindo:

- 14 assistentes operacionais promovidos conforme o Decreto-Lei n.º 84-F/2022;
- 4 técnicos superiores reposicionados em virtude do Decreto-Lei n.º 13/2024;
- 23 trabalhadores beneficiados pelo Regime Especial de Aceleração do Desenvolvimento das Carreiras (Decreto-Lei n.º 75/2023).

Todas estas mudanças foram implementadas com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2024.

Recrutamento e Rotatividade

Em 2024, manteve-se a autorização para recrutamento no setor empresarial local, permitindo que a Vimágua reforçasse a sua equipa. O Plano de Recrutamento, aprovado pela Assembleia Geral, permitiu a contratação de 8 novos trabalhadores.

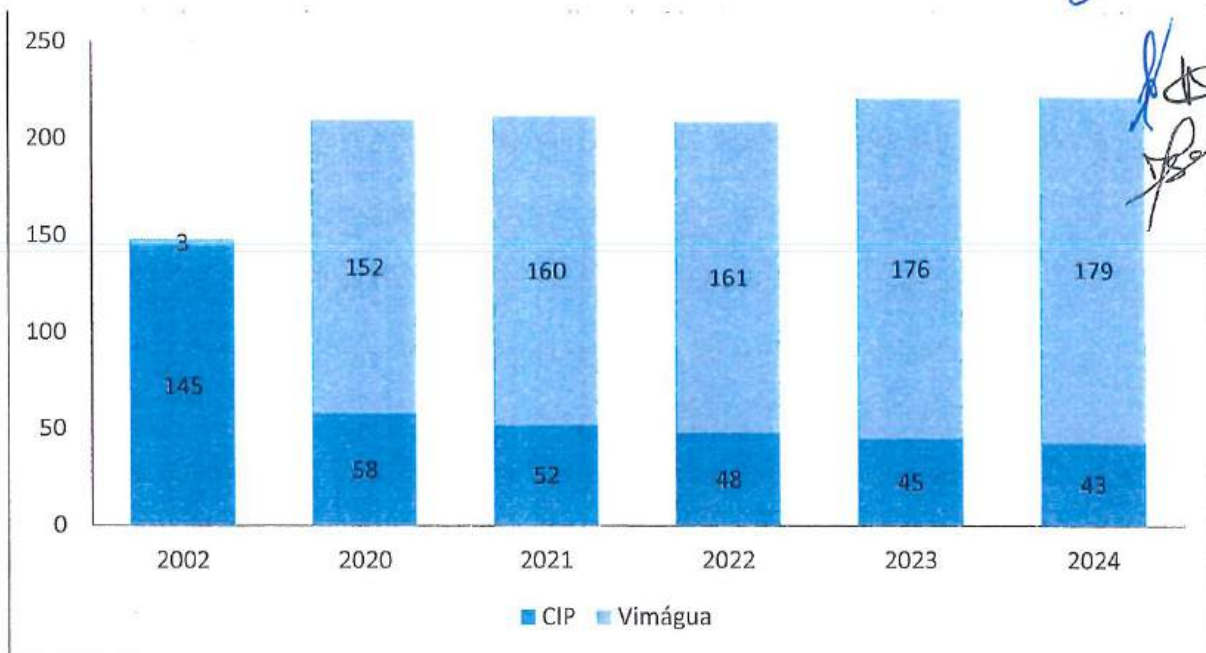
Paralelamente, 7 trabalhadores cessaram funções, sendo 3 por aposentação e 4 por iniciativa própria.

Estrutura e Composição do Quadro de Trabalhadores da Vimágua, conforme designação da DGAL

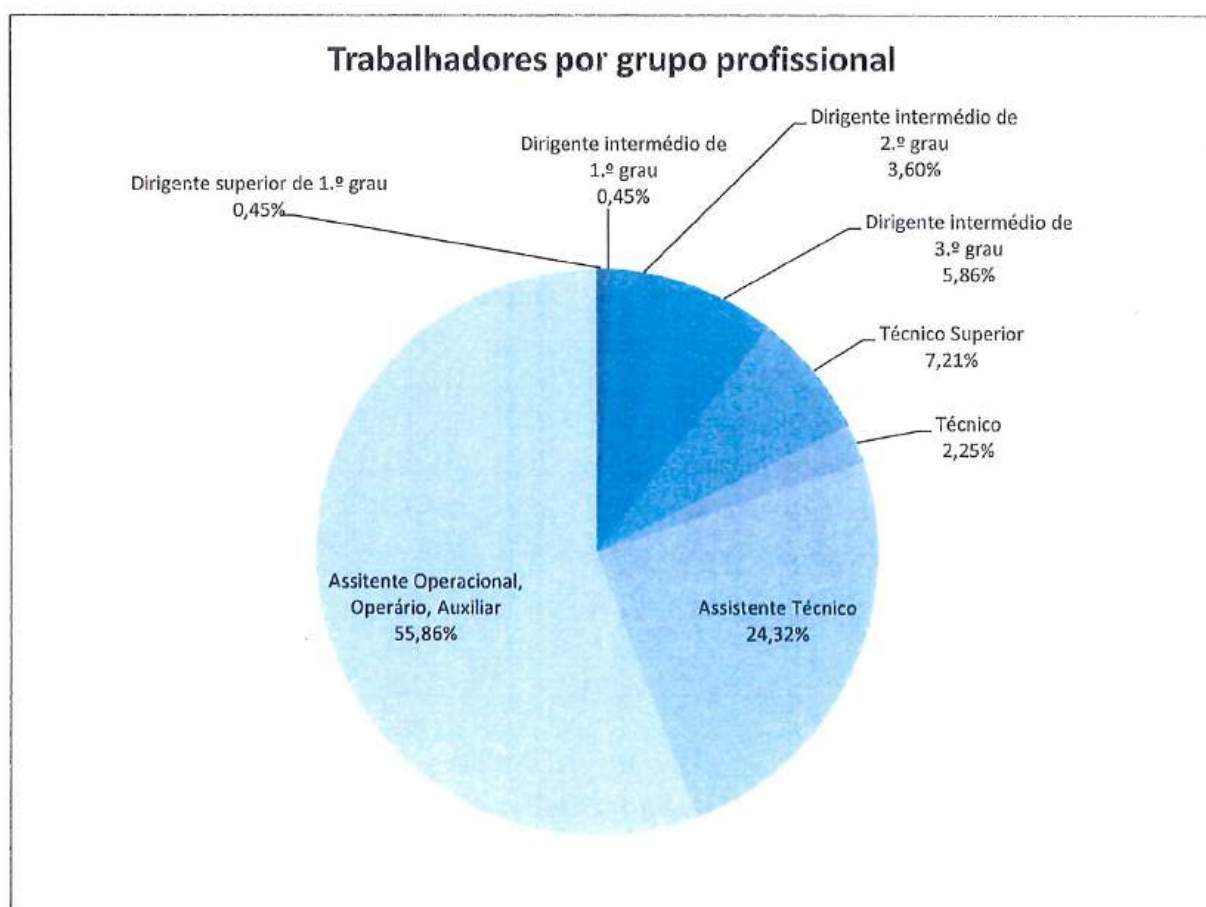
Até 31 de dezembro de 2024, a Vimágua contava com 222 trabalhadores, refletindo um ligeiro aumento em relação ao ano anterior.

Grupo Profissional	Mobilidade de		Total
	Interesse Público (MIG e ME)	Vimágua	
igente superior de 1.º grau	1		1
igente intermédio de 1.º grau	1		1
igente intermédio de 2.º grau	3	5	8
igente intermédio de 3.º grau	7	6	13
ênico Superior		16	16
ênico		5	5
istente Técnico	10	44	54
istente Operacional, Operário, Auxiliar	21	103	124
ais Gerais	43	179	222

- 80,63% dos trabalhadores foram recrutados diretamente pela Vimágua, enquanto 19,37% pertenciam ao quadro do Município de Guimarães em regime de Cedência de Interesse Público (CIP).

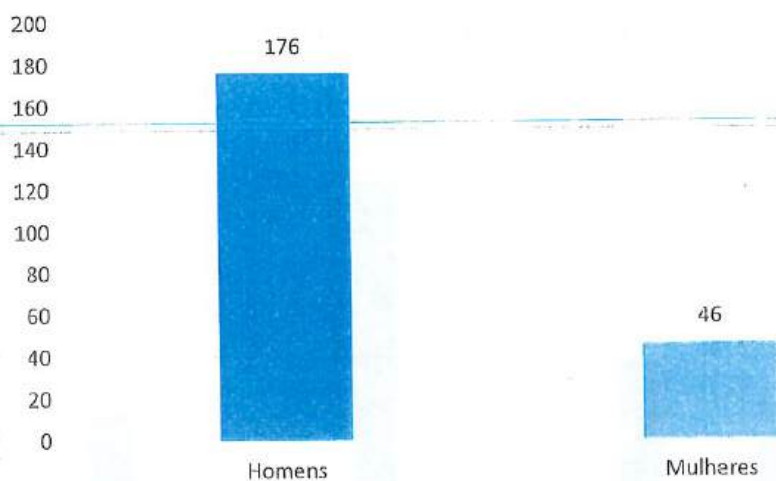


- O grupo mais representativo é o de Assistente Operacional, Operário e Auxiliar, com 55,86% do total de funcionários.



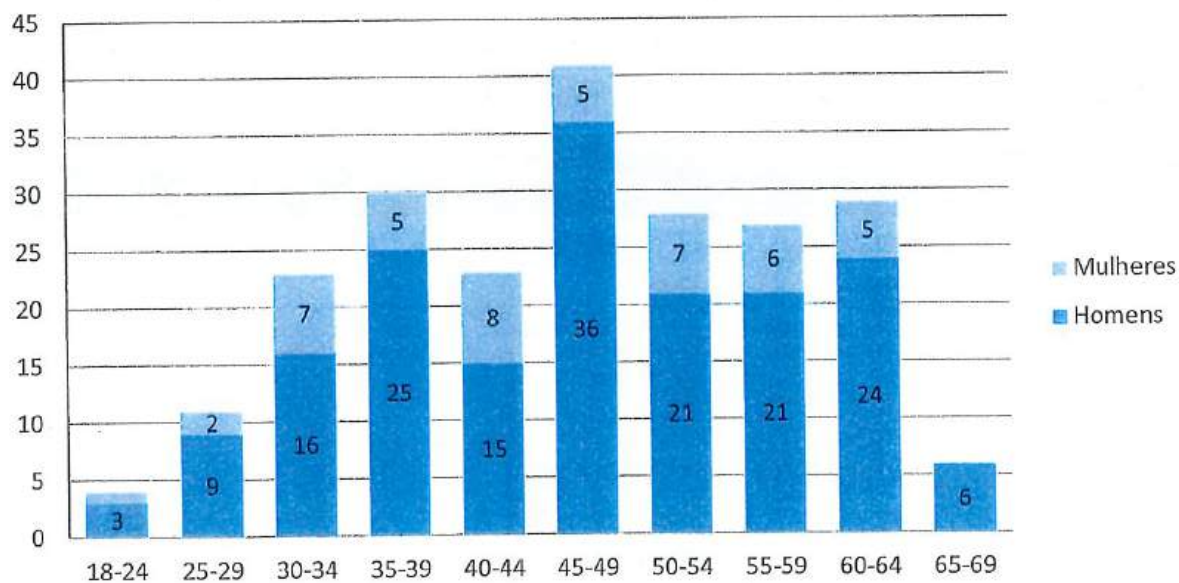
- 79,28% da força de trabalho é masculina, enquanto 20,72% são mulheres.

Distribuição de Trabalhadores por gênero



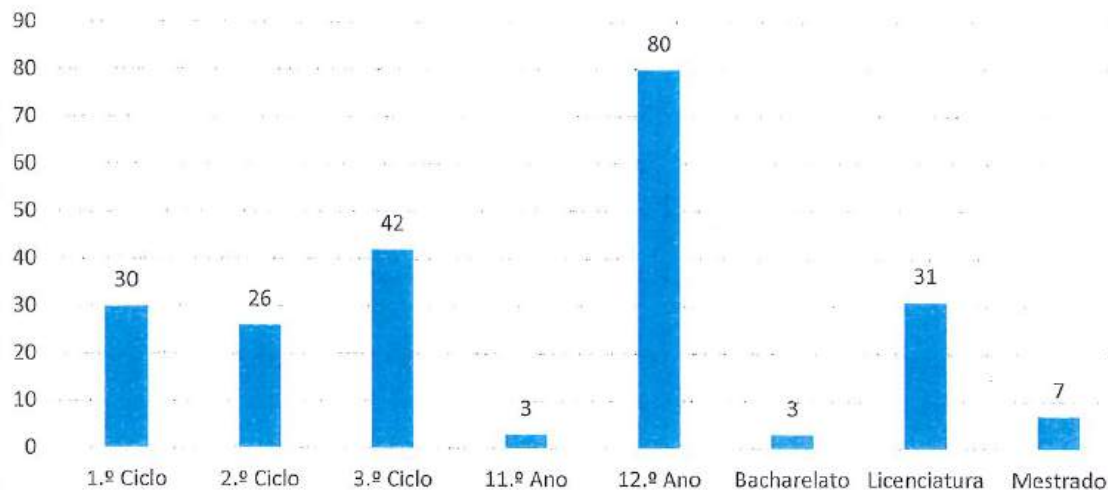
- 59,46% dos trabalhadores têm menos de 50 anos, indicando uma estrutura etária equilibrada.

Distribuição de colaboradores por escalão etário



- 18,47% possuem formação superior, 36,04% concluíram o ensino secundário e 13,51% apenas o primeiro ciclo do ensino básico.

Distribuição de trabalhadores segundo as habilitações literárias



Importa, contudo, destacar a distribuição dos trabalhadores no Quadro de Pessoal da Vimágua, em conformidade com a estrutura de carreiras e categorias definida no Acordo de Empresa celebrado entre a Vimágua e o STAL, publicado no BTE n.º 29, de 08/08/2022.

Grupo Profissional	Carreira/Comissão de Serviço	Categoria/Função	N.º Trabalhadores
Gestor Público	Presidente	Presidente Executivo	1
Direção e Chefia	Diretor	Diretor	1
	Chefe de Divisão	Chefe de Divisão	8
	Chefe de Setor	Chefe de Setor N2	5
		Chefe de Setor N1	6
	Chefe de Equipa	Chefe de Equipa	2
Técnico Superior	Técnico Superior	Técnico Sup. Jurista	4
		Técnico Sup. Contabilista e Gestão	1
		Técnico Sup. Gestão de Redes	0
		Técnico Sup. SIG	1
		Técnico Sup. Civil	4
		Técnico Sup. Eletrotécnica	0
		Técnico Sup. HS no Trabalho	2
		Técnico Sup. Engenharia	0
		Técnico Superior	4
Técnico	Técnico	Técnico de automação	2

Grupo Profissional	Careira/Comissão de Serviço	Categoria/Função	N.º Trabalhadores
		Técnico de Informática	1
		Desenhador	0
		Topógrafo	2
		Técnico de Laboratório	0
Técnico Profissional	Técnico de Serviços	Administrativo	35
		Tesoureiro	1
		Fiscal	6
		Técnico Pesq. e Detecção de Fugas	5
		Técnico Pesq. e Detecção de Afl. Indevidas	4
		Técnico Auxiliar de Cadastro	1
		Técnico Auxiliar - Desenho e Topografia	0
		Medidor Orçamentista	2
	Técnico de Operação	Eletricista	3
		Mecânico de Contadores	1
		Mecânico	1
		Técnico de Colheitas	1
		Técnico de Sistemas de Recloragem	2
		Técnico de ETA	9
		Técnico de Armazém	2
		Condutor Manobrador Máq. Veículos Especiais	10
Operador	Operador Qualificado	Canalizador Qualificado	25
		Construção Civil (Trolha)	12
		Operador de Pavimentação	5
		Leitor de Consumos	10
		Operador de EEAR	1
		Instalador de Contadores	8
		Serralheiro	1
	Operador	Canalizador Operador de Redes	11
		Limpa Coletores	3
		Op. Serviços Gerais	11
		Op. Serviços Administrativos	2
		Op. Limpeza	5
		Telefonista - Rececionista	1
		Específica e de período de duração limitado	0
			222

Formação Profissional e Desenvolvimento

Em 2024, a Vimágua reforçou a qualificação dos seus profissionais, promovendo ações internas e externas de formação.

- 60 ações de formação interna totalizaram 95 horas de capacitação;
- 109 ações externas contabilizaram 459 horas;
- 2 trabalhadores-estudantes frequentaram 147 horas de formação académica;
- 8 trabalhadores contratados receberam 56 horas de formação de acolhimento.

Segue-se o quadro discriminativo de todas as ações de formação realizadas em 2024, abrangendo diversas áreas estratégicas para o desenvolvimento profissional dos trabalhadores.

Ações de Formação 2024
Curso de Suporte Básico de Vida com DAE
Receção de Pedidos de Serviço e Atribuição para Execução
Registo de Movimento de Contadores no Programa NAVIA
Webinar - Compreender o suprimento de irregularidades formais das propostas
Gestão Documental - Future Doc
Orçamento de Estado 2024
Elaboração de Informações e Pareceres na Administração Pública - 2ª Edição
Gestão da Infraestrutura de Suporte às Aplicações FutureDoc e ScOG
A Digitalização nas Organizações - "Qual o Impacto para a Segurança e Saúde no Trabalho?"
Formação Contínua de Operador de Máquinas e Equipamentos de Movimentação de Terras
Entrevista a Maria João Martins: "A Abordagem da ACA aos ODS, Partes Interessadas e Análise da Materialidade"
Workshop Avançado para os Gestores de Contrato
"Revisão de Preços"
A Aplicação do Código do Procedimento Administrativo para Profissionais NÃO Juristas - 8ª Ed
A Função do Gestor do Contrato
Serviços de Formação no Âmbito do FutureDoc e ScOG
Inovação nos Sistemas de Gestão e Medidas de Autoproteção
QTalks Refresh Funcionalidades do SINGAP-RH
Proteção de Dados
Legionella - Importância dos Registos nos Mapas Mensais

X. 9

Ações de Formação 2024
Trabalhos em Espaços Confinados e Contato com Produtos Químicos
Webinar "1º Tópico Áreas Prioritárias - Trabalho em Plataformas Digitais"
Variadores VACON 100 para Centrais Hidropressoras
Formação Inicial no Programa de Gestão Documental - FutureDoc
Formação de Renovação de CAM
Técnicas de Amostragem de Águas Balneares
Análise e Avaliação das Propostas em Procedimentos de Contratação Pública
Elaboração do Critério de Adjudicação, Júri, Análise de Propostas e Elaboração dos Relatórios
A Execução do Contrato de Empreitadas de Obra Pública - 4ª Ed
Sinalização Temporária de Obras
Formação Sobre a Produção de Documentos no FutureDoc
Delegation Meetup Portugal
Seminário - "É preciso sair da linha!"
Ensaio de Fumos na Atividade de Afluências Indevidas
Formação Fiscalização
Seminário Nacional de Abastecimento de Água - SENAG 2024
Curso ChatGPT 3ª edição
Urban Water Summit 2024
Gestão de Emergência do Edifício Sede
Colheitas de Amostras de Água destinadas a análise de Legionella em diversos tipos de água, incluindo Água para Consumo Humano
A Portaria n.º 112/2023: um ano depois, que balanço?
Metodologias, materiais e procedimentos para reabilitação de caixas de visita de águas residuais
Colóquio "A Economia do Setor da Água - Realidade e Planeamento"
O Regime de Prevenção da Corrupção
Formação de Renovação de CAM
Modelação de Sistemas de Abastecimento de Água para Consumo Humano
Encontro de Engenharia Sanitária e Ambiental - ENaSB 2024
Encerramento de Contas 2024
Formação U@cloud

X. 9

A Vimágua também participou em seminários nacionais e internacionais, fortalecendo a inovação e atualização contínua das suas práticas.



Desempenho em Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

Avaliação de Riscos

Foi atualizada a metodologia de avaliação de riscos, adotando-se o método das Matrizes, mais adequado às especificidades da atividade da empresa.

Consulta aos Trabalhadores sobre SST

Em conformidade com o artigo 18.º da Lei n.º 3/2014, de 28 de janeiro, e o Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro, a Vimágua realizou, ao longo de 2024, duas consultas aos trabalhadores, visando avaliar o seu nível de satisfação e conhecimento sobre Segurança e Saúde no Trabalho (SST).

A avaliação foi realizada através de questionários disponibilizados em formato físico e eletrónico, reforçando a aposta na inovação, sustentabilidade e incentivo à participação ativa dos trabalhadores.

Principais Resultados:

- Consulta SST:
 - Registou-se uma ligeira redução de 1% na participação comparativamente a 2023.
 - O nível de satisfação/conhecimento em SST diminuiu para 50%.
- Consulta ao abrigo do Decreto-Lei 50/2005:
 - A participação manteve-se inalterada face ao ano anterior.
 - O grau de satisfação global atingiu 94%, evidenciando um aumento em relação a 2023.

Principais Necessidades e Sugestões:

- Formação:
 - Reforço da oferta de formações em Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), medidas de autoproteção, operação de máquinas e equipamentos de trabalho e primeiros socorros.
 - Na área ambiental, necessidade de formação sobre separação de resíduos.
- Melhoria das condições de trabalho:
 - Introdução de calçado de segurança adequado para inverno e verão.
 - No setor da energia, proposta de instalação de uma barragem hidroelétrica na ETA Taipas.

• Rastreios de saúde sugeridos:

- Rastreios auditivos e visuais como parte das ações de promoção da saúde ocupacional.

Face aos resultados obtidos, a Segurança e Saúde no Trabalho (SST) manterá um acompanhamento próximo dos trabalhadores em 2025, reforçando a aposta na formação especializada e implementação das melhorias sugeridas.

As sugestões e medidas resultantes desta avaliação encontram-se devidamente registadas no Livro de Avaliação de Satisfação dos Trabalhadores.

Tendências dos Últimos Anos:

Regista-se um ligeiro aumento no número de respostas, acompanhado por uma redução na satisfação global dos trabalhadores. Este facto reforça a importância da melhoria contínua das condições laborais e do envolvimento dos trabalhadores na cultura de segurança.

Para incentivar maior participação na consulta aos trabalhadores, em 2025 será implementada a prática de distribuição dos inquéritos durante as formações internas.

Além disso, manteve-se a realização de reuniões de consulta com o Grupo de Consulta, composto por trabalhadores que representam diversas atividades da Vimágua, garantindo uma abordagem diversificada e abrangente na análise das questões de SST.

Acidentes/Incidentes e Índices de Sinistralidade

Durante o ano de 2024, registaram-se 12 acidentes de trabalho, uma redução significativa em comparação com os 23 acidentes de 2023. Este decréscimo reflete o esforço contínuo da Vimágua na promoção de um ambiente de trabalho seguro.

Dos 12 acidentes registados em 2024, 5 não resultaram em dias de incapacidade. Importa também referir que não ocorreram acidentes em in itinere.

No total, os acidentes de trabalho geraram uma perda de 342 dias úteis, superior aos 213 dias de 2023. A análise dos índices de frequência (If) e de gravidade (Ig) revelou o seguinte:

- Índice de Frequência (If): 21,41
- Índice de Gravidade (Ig): 1526,33



O Índice de Frequência diminuiu em 2024, devido à redução no número de acidentes. No entanto, o Índice de Gravidade aumentou, uma vez que os acidentes que ocorreram foram de maior severidade, resultando em um maior número de dias perdidos por incapacidade.

Para análise dos índices de sinistralidade, utilizou-se a seguinte tabela como referência:

If	Ig	Pontuação	Classificação
< 15	< 250	1	Excelente
15 – 30	250 – 500	2	Bom
30 – 50	500 – 1000	3	Médio
50 – 75	1000 – 2000	4	Medíocre
> 75	> 2000	5	Mau

Fonte: Manual de Segurança de Sérgio Miguel (Porto Editora)

Importa notar que três acidentes de 2023 se prolongaram para 2024.

No que diz respeito aos acidentes de viação, registaram-se 18 acidentes, uma diminuição em comparação com os 25 acidentes de 2023. Todos os acidentes foram devidamente registados e tratados conforme os procedimentos estabelecidos.

Ao longo de 2024, foram realizadas diversas ações de sensibilização junto dos trabalhadores, principalmente durante as visitas e inspeções às obras realizadas por administração direta, e também foram implementadas formações de segurança para os trabalhadores mais expostos a riscos de acidente de trabalho.

Medicina do Trabalho e Promoção da Saúde

No âmbito da Medicina do Trabalho, a Vimágua realizou 185 exames médicos durante o ano de 2024, distribuídos da seguinte forma:

- 8 exames de admissão, assegurando a aptidão dos novos trabalhadores para as suas funções;
- 133 exames periódicos, garantindo o acompanhamento contínuo da saúde dos trabalhadores;
- 44 exames ocasionais, realizados em situações específicas, como mudanças de função ou reaparecimento de condições de saúde relevantes.

Adicionalmente, o médico do trabalho, em colaboração com os técnicos de Segurança e Saúde no Trabalho, conduziu quatro visitas a locais de trabalho externos, complementadas por visitas regulares às instalações da Vimágua. Estas ações tiveram como objetivo avaliar as condições laborais, reforçar a cultura de segurança e saúde ocupacional e implementar medidas de melhoria contínua.

Ergonomia e Bem-Estar no Trabalho

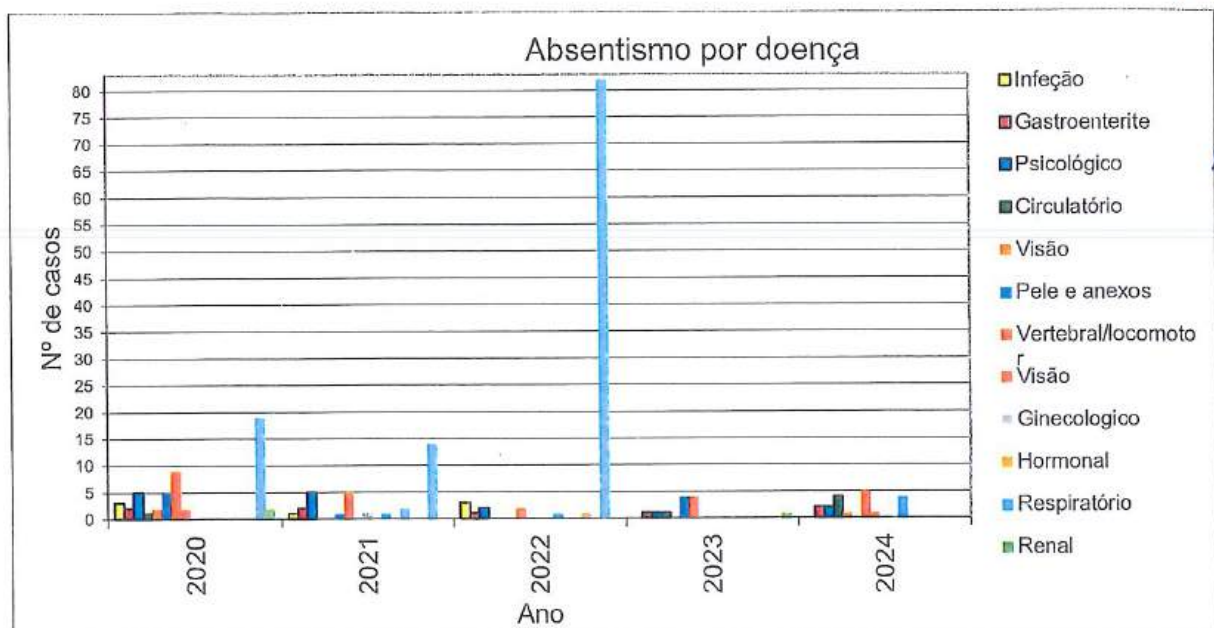
Em 2024, manteve-se o compromisso contínuo com a avaliação dos postos de trabalho, com foco na ergonomia e bem-estar dos trabalhadores. Diversas medidas foram implementadas para reduzir o risco de lesões musculoesqueléticas e melhorar o conforto no ambiente laboral, tais como:

- Colocação de suportes de monitor para ajustar a altura da tela e promover uma postura ergonómica;
- Fornecimento de tapetes de rato com apoio de pulso para reduzir a tensão nos membros superiores;
- Disponibilização de cadeiras ajustáveis com apoio lombar, adaptadas às necessidades clínicas dos trabalhadores;
- Implementação de suportes reguláveis para os pés, promovendo uma postura correta ao longo da jornada de trabalho.

Absentismo por Doença

Em 2024, o absentismo por doença totalizou 2.414 dias perdidos, representando um ligeiro aumento em relação aos 2.338 dias de 2023, mas uma diminuição significativa comparada aos 4.021 dias de 2022.

De acordo com a análise médica, o absentismo distribuiu-se por várias patologias. As principais causas de afastamento foram detalhadas, permitindo uma avaliação mais aprofundada das causas subjacentes e das estratégias preventivas a serem adotadas.



Análise Médica e Principais Patologias

A patologia vertebral/locomotora foi, pelo segundo ano consecutivo, a principal causa de absentismo, resultando em 978 dias de incapacidade. Este dado sublinha a necessidade de continuar a implementar medidas preventivas e ergonómicas, como a ginástica laboral, para mitigar o impacto dessas condições.

Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças

A Vimágua manteve várias iniciativas de promoção da saúde e bem-estar durante 2024, destacando-se:

- Rastreio contínuo de diabetes e hipertensão, disponível para todos os trabalhadores;
- Administração da vacina contra a hepatite B aos trabalhadores em contacto com águas residuais, garantindo proteção contra infeções de risco ocupacional;
- Campanha de vacinação contra a gripe sazonal, com adesão de 35% dos trabalhadores (uma ligeira redução face a 41% em 2023), devido ao aumento da cobertura pela vacinação gratuita do SNS;
- Sensibilização contínua sobre o uso de máscara em caso de doenças contagiosas, contribuindo para a redução da transmissão de infeções no ambiente de trabalho;
- Manutenção do programa de Desfibrilhador Automático Externo (DAE), sem registo de emergências durante o ano.

Estas iniciativas refletem o compromisso da Vimágua com a saúde ocupacional, criando um ambiente de trabalho mais seguro e saudável, que contribui para a redução do absentismo e a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores.

Refeitórios do Edifício Sede e de Aldão

O número de colaboradores que utilizam os refeitórios da Vimágua continua a crescer, refletindo a importância desses espaços para o bem-estar e qualidade de vida no ambiente de trabalho. Para acompanhar essa evolução, a Unidade de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde mantém um compromisso contínuo com a melhoria das condições oferecidas, garantindo um ambiente mais confortável e funcional. Além disso, os refeitórios desempenham um papel ativo na divulgação de iniciativas institucionais e na promoção de boas práticas ambientais, como a separação de resíduos.

Promoção do Bem-Estar e Saúde

Em 2024, a Vimágua também implementou ações voltadas para a promoção do bem-estar e saúde dos trabalhadores, como:

- Continuidade na distribuição de toalhas de banho nas diversas instalações da empresa;
- Afixação de cartazes informativos sobre dias temáticos, reforçando mensagens educativas sobre segurança, saúde ocupacional e boas práticas ambientais.



Ginástica Laboral

A Vimágua aderiu em 2023 a um projeto de ginástica laboral, promovido pela cooperativa Tempo Livre, com o objetivo de promover a saúde e o bem-estar dos trabalhadores, reduzir o risco de doenças ou

lesões e diminuir o absentismo relacionado a essas condições. Esta iniciativa foi bem recebida, com ampla adesão por parte dos colaboradores.

Análise do ambiente de trabalho existente

Em cumprimento ao artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 101-D/2020, foi efetuado o registo na plataforma da ASAE para avaliação da qualidade do ar interior do edifício sede. Os resultados obtidos confirmaram que todos os locais avaliados estão em conformidade, ou seja, dentro dos parâmetros regulamentares estabelecidos pela Portaria n.º 138-G/2021.

No que diz respeito à avaliação de radão nas Instalações de Aldão, foi definido um plano de ação para garantir o cumprimento do Decreto-Lei n.º 108/2018.

Em atividades que possam envolver exposição a gases ou atmosferas perigosas, foram realizadas medições sempre que houvesse risco de exposição para os colaboradores. A Vimágua dispõe de cinco aparelhos de medição devidamente calibrados, permitindo a monitorização imediata das condições de trabalho.

Coordenação de Segurança em Obra

A Coordenação de Segurança em Obra desempenha um papel essencial na prevenção de riscos e na garantia do cumprimento das normas de segurança e saúde durante a execução de projetos de construção. Em conformidade com o Decreto-Lei n.º 273/2003, em 2024, a Vimágua assegurou a coordenação de segurança de 44 empreitadas, algumas das quais começaram em 2023. Comparativamente, em 2023 foram coordenadas 40 empreitadas, 29 em 2022, 13 em 2021 e 47 em 2020.

Avaliação Geral em Termos de Segurança

Além das áreas já abordadas, como a formação em Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (SHST), a gestão de incidentes e acidentes, a análise do ambiente laboral, a resposta a emergências, a promoção da saúde, a medicina do trabalho e a avaliação da satisfação dos colaboradores, realizaram-se análises complementares com impacto direto no desempenho da SHST. Estas análises incluíram:

- Identificação de fatores de risco específicos;
- Monitorização de indicadores de segurança;
- Avaliação da eficácia das medidas preventivas implementadas;
- Análise da adequação dos planos de contingência.

Além disso, foram avaliadas as condições ergonómicas no local de trabalho, a conformidade com a legislação em vigor e a perceção dos trabalhadores sobre as práticas de segurança, permitindo uma abordagem mais estratégica e integrada na gestão da SHST.

Em 2024, foram realizadas 132 visitas técnicas aos trabalhos de exterior, mantendo-se aproximadamente o número em relação aos últimos três anos. Os resultados das visitas foram compilados em relatório próprio, e as observações feitas durante as visitas foram corrigidas de imediato.

Cada visita técnica teve como objetivo sensibilizar os colaboradores para os seguintes pontos:

- Correta separação de resíduos;
- Uso adequado de EPIs;
- Cumprimento dos planos de sinalização temporária de obras;
- Poupança de energia;
- Outras práticas relevantes.

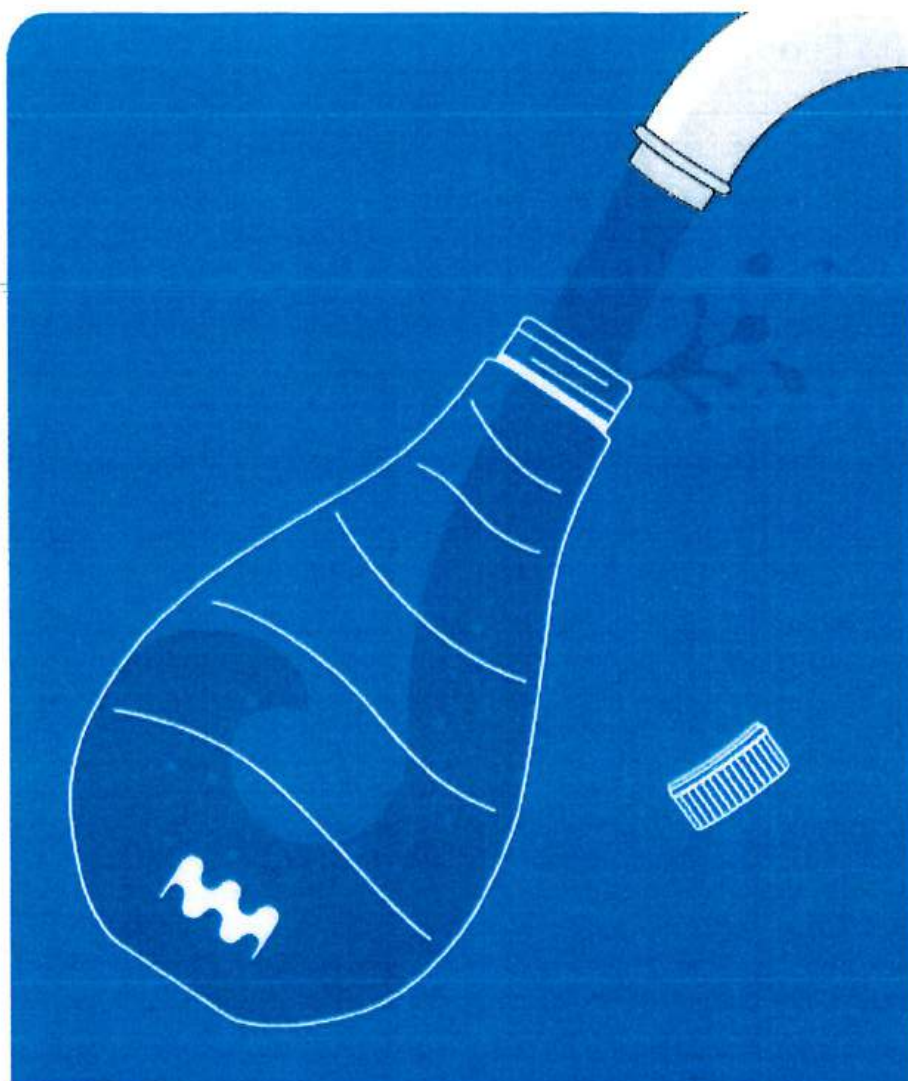
Além disso, a gestão de manutenção preventiva e curativa das máquinas foi regularmente verificada para assegurar o cumprimento do Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro.

Manteve-se a prática de medição de gases em trabalhos com águas residuais, com o intuito preventivo de garantir as condições de segurança. Não foram detectados gases nocivos à saúde durante as medições. Ao todo, foram realizadas cerca de 650 medições, distribuídas entre os cinco aparelhos existentes.

Adicionalmente, não ocorreram notificações por parte da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) durante o ano de 2024.

Desempenho Económico e Financeiro





Handwritten signatures and initials in blue ink.

A água da rede pública é segura
e cem vezes mais barata que
água engarrafada. Traz a tua
garrafa e bebe água da torneira.
A opção segura e mais económica!
Sempre pronta a servir!

viagua



Desempenho Económico e Financeiro

O presente título sintetiza os resultados alcançados pela Vimágua durante o ano de 2024, bem como a sua situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro.

O desempenho económico e financeiro da Vimágua em 2024 reflete uma situação sólida e positiva, consolidando a sua função como gestora de serviços públicos essenciais, com uma clara orientação para a moderação tarifária e a sustentabilidade financeira a longo prazo.

Esta análise deverá ser realizada em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas.

Situação Económica

A Vimágua manteve uma trajetória de crescimento sustentável durante o ano de 2024, apesar dos desafios enfrentados, especialmente no que diz respeito ao aumento significativo dos custos operacionais.

No âmbito do contrato de gestão celebrado entre a Vimágua e os Municípios de Guimarães e Vizela, a empresa deixou de reconhecer, nos exercícios de 2022 e 2023, o gasto relativo à contrapartida pela utilização das infraestruturas municipais, com base na decisão dos Municípios de extinguir essa obrigação e na expectativa da formalização do contrato de gestão delegada. Contudo, o Acórdão do Tribunal de Contas n.º 35/2024 determinou que a deliberação dos Municípios não teve efeitos jurídicos definitivos, tornando obrigatória a contabilização da contrapartida relativa a esses anos. Como resultado, em 2024, os Municípios emitiram faturas referentes a 2022 e 2023, totalizando €1.177.040,52 e €809.348,83, respetivamente. Em conformidade com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 4 (NCRF 4), a Vimágua procedeu à reexpressão retrospectiva das contas de 2022 e 2023, reconhecendo esses valores como acréscimos de gastos. Este ajustamento garante a comparabilidade e fidedignidade das demonstrações financeiras, cumprindo os princípios da especialização dos exercícios. Importa salientar que, assim, os dados económicos, financeiros e patrimoniais de 2022 e 2023 foram corrigidos, refletindo os registos da contrapartida desses anos.

Em 2024, a Vimágua encerrou com um resultado líquido positivo de 804.741 euros, o que demonstra não apenas a eficácia da gestão, mas também a capacidade de garantir a continuidade dos serviços públicos essenciais, em linha com a política pública de moderação tarifária.

Os rendimentos operacionais da empresa cresceram 7,57%, totalizando 25.066.674 euros, impulsionados principalmente pelo aumento no número de clientes e pela melhoria da faturação de

serviços, que refletem o compromisso da Vimágua em expandir e melhorar a sua atividade sem sobrecarregar os utilizadores.

Rendimentos operacionais						
euros	2020	2021	2022	2023	2024	Δ% 24/23
Vendas e prestações de serviços	19 313 073	19 425 499	20 380 460	21 474 965	23 177 028	7,93%
Venda de água	6 403 657	6 362 510	6 685 107	6 743 235	7 429 253	10,17%
Venda material	4 913	14 442	12 427	1 344	13 750	923,24%
Prestações de serviços - saneamento	9 417 723	9 558 592	10 146 080	10 895 858	11 594 201	6,41%
Prestações de serviços - água	3 310 138	3 358 452	3 377 525	3 685 618	3 964 051	7,55%
Outros serviços	176 642	131 503	159 321	148 910	175 773	18,04%
Trabalhos própria empresa	5 236	17 697	781	20 937	34 394	64,27%
Subsídios à exploração	1 688	278 316				
Outros rendimentos e ganhos	1 768 676	1 844 439	1 865 857	1 807 439	1 855 253	2,65%
Rendimentos operacionais	21 088 673	21 565 952	22 247 099	23 303 340	25 066 674	7,57%

Em 2024, os gastos operacionais da Vimágua aumentaram 6,26% face ao ano anterior, atingindo um total de 23.447.799 euros. Os principais fatores desse crescimento foram: o acréscimo nos fornecimentos e serviços externos, destacando-se a Contrapartida pela utilização das infraestruturas municipais (+460.299 euros) e o aumento dos custos com eletricidade (+685.727 euros); o aumento dos outros gastos operacionais, refletindo o reconhecimento como gasto do exercício de 462.244 euros relativos à faturação contestada à Águas do Norte em dezembro de 2022, anteriormente registada como acréscimo de gastos; e a subida dos gastos com pessoal (+277.572 euros).

Gastos operacionais						
euros	2020	2021	2022	2023	2024	Δ% 24/23
Custo existências vendidas e consumidas	49 863	51 934	51 174	64 506	55 492	-13,97%
Fornecimentos e serviços externos:	11 032 153	11 198 135	11 219 470	12 394 777	12 963 052	4,58%
Subcontrato - tratamento de águas residuais	6 188 409	5 989 441	5 789 410	7 392 188	6 909 679	-6,53%
Contrapartida pela utilização dos bens dos Municípios	939 446	912 721	1 177 041	809 349	1 269 648	56,87%
Outros fornecimentos e serviços externos	3 904 298	4 295 973	4 253 019	4 193 240	4 783 725	14,08%
Gastos com o pessoal	3 798 455	3 972 949	4 203 168	4 741 533	5 019 106	5,85%
Provisões e perdas por imparidade	49 102	222 378	342 386	64 256	-168 535	-362,29%
Outros gastos operacionais	347 898	285 707	168 701	242 734	953 741	292,92%
Amortizações e depreciações	4 253 725	4 374 432	4 604 035	4 559 332	4 624 943	1,44%
Gastos operacionais	19 531 196	20 105 535	20 588 934	22 067 138	23 447 799	6,26%

Os gastos com o tratamento de águas residuais, a rubrica mais significativa na estrutura de custos operacionais da Vimágua, registaram uma redução de 6,53% em 2024. Esta variação contrasta com o aumento expressivo de 27,68% verificado em 2023 (+1.602.778 euros face a 2022). Importa destacar que essa oscilação não resulta da atividade da Vimágua nem dos preços praticados, mas sim da variação dos níveis de pluviosidade, um fator que a empresa tem contestado. A principal questão prende-se com a faturação do tratamento das águas pluviais ao mesmo preço das águas residuais, sem uma correta distinção das afluências indevidas aos sistemas públicos e da responsabilidade entre os sistemas “em alta” e “em baixa”.

O impacto direto desta situação nos resultados operacionais da Vimágua é significativo, agravado não só pelo aumento da atividade no setor do saneamento e pela atualização dos preços praticados pela Águas do Norte, S.A., mas também pela variabilidade da pluviosidade.

A Vimágua tem assumido uma posição firme nesta matéria, alinhada com a decisão tomada na CIM do AVE pelos representantes dos Municípios clientes do sistema multimunicipal de saneamento. Durante 2024, manteve a posição de contestar o pagamento de volumes faturados que excederam a média registada entre maio e outubro nos três anos anteriores, recusando-se a pagar por volumes que, na realidade, não foram sequer tratados ou não representam o mesmo custo para o sistema.

Nos últimos anos, a Vimágua tem enfrentado um crescimento insustentável da faturação do serviço de saneamento em alta, prestado pela Águas do Norte, S.A., em grande parte devido à intensa pluviosidade e às consequentes afluências indevidas às redes de saneamento. Como já manifestado junto da Águas do Norte, do Ministério do Ambiente e da ERSAR, é essencial adotar uma metodologia de faturação mais justa, que considere a especificidade dos sistemas de drenagem e transporte. A atual abordagem desconsidera o impacto das águas pluviais, que aumentam significativamente os volumes transportados pelos sistemas municipais durante períodos de elevada precipitação.

Tanto as entidades gestoras dos sistemas em alta e em baixa como os Municípios, a Entidade Reguladora e o próprio Ministério do Ambiente reconhecem que a afluência de águas pluviais para as infraestruturas de tratamento é uma realidade. Esse fenómeno, longe de ser irrelevante, afeta até mesmo sistemas separativos de drenagem, evidenciando que a eliminação dos sistemas unitários não resolve o problema.

A forte pluviosidade registada na região da Vimágua, especialmente nos meses de inverno, tem provocado desequilíbrios significativos nos resultados anuais da empresa. Esse impacto financeiro poderia ser atenuado através da aplicação de uma tarifa diferenciada para a componente pluvial, refletindo o menor custo marginal para o sistema em comparação com as águas residuais.

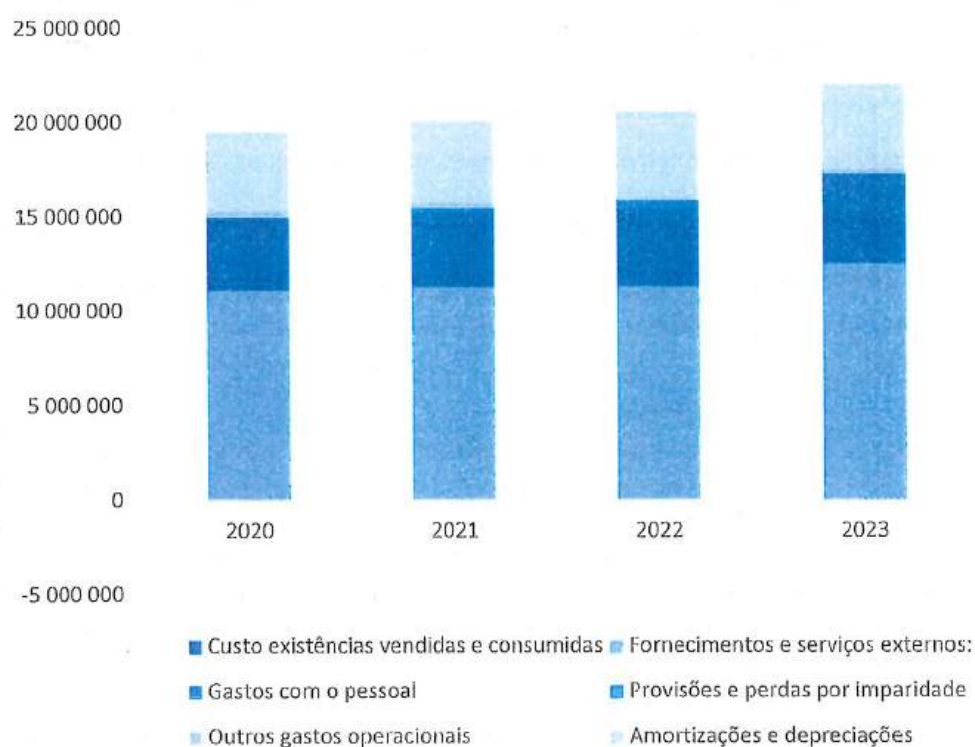
Face a esta realidade, a Vimágua e os Municípios da CIM do AVE mantiveram a posição de limitar o pagamento do serviço prestado pela Águas do Norte, S.A. ao volume máximo correspondente à média dos valores tratados entre maio e outubro dos três anos anteriores. Esta medida visa assegurar que não sejam pagos volumes que não foram efetivamente tratados e pressionar a entidade gestora em alta a rever a sua metodologia de faturação.

Os gastos com o tratamento de águas residuais mantêm um peso muito significativo na estrutura de gastos operacionais da Vimágua, tendo representado 29,47% em 2024.

Os gastos com fornecimentos e serviços externos, que detêm um peso decisivo na estrutura de gastos da Vimágua, corresponderam a 55,28%.

Os gastos com pessoal cresceram face ao exercício anterior (+5,85%), resultado da valorização remuneratória operada com o Acordo de Empresa estabelecido com o STAL e atualização remuneratória anual idêntica à da função pública.

De salientar, ainda, o decréscimo significativo da rubrica "provisões e perdas por imparidades", cujo valor representa uma reversão de imparidades acumuladas, relativas a dívidas de clientes.



O resultado operacional do exercício económico de 2024 da Vimágua ascendeu a 1.618.875 euros, representando um crescimento de 30,96% face ao ano anterior. Este desempenho positivo resulta, essencialmente, do acréscimo dos rendimentos operacionais (+1.763.334 euros), que impulsionaram um resultado claramente superior ao registado em 2023.

Mais uma vez, destaca-se que o decréscimo dos resultados operacionais em 2023 se deveu ao aumento dos custos com o tratamento de águas residuais, fortemente influenciados pelas condições de pluviosidade. Em 2024, a redução de 6,53% nesses custos, refletindo uma menor incidência de afluências indevidas, contribuiu para a melhoria dos resultados da Vimágua.

J. S.

[Handwritten signature]

O resultado líquido do exercício foi de 804.741 euros, mais do dobro do valor registado no ano anterior e o mais elevado do último quinquénio. Este crescimento expressivo deve-se não só à melhoria do resultado operacional, mas também à redução dos encargos financeiros, nomeadamente a diminuição dos juros relativos a financiamento bancário.

Por outro lado, o EBITDA registou um crescimento de 7,73% em relação ao ano anterior, evidenciando uma melhoria na capacidade de geração de resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações. Este desempenho positivo reflete o aumento dos rendimentos operacionais, que compensaram o crescimento dos gastos operacionais em rubricas como fornecimentos e serviços externos (+4,58%), gastos com pessoal (+5,85%) e amortizações e depreciações (+1,44%). Destaca-se ainda o aumento expressivo dos outros gastos operacionais (+292,92%), essencialmente devido ao reconhecimento do gasto de 462.244 euros relativo à faturação contestada à Águas do Norte.

Apesar do aumento dos gastos operacionais, a evolução do EBITDA e do resultado operacional demonstra um desempenho sólido e sustentável da Vimágua, refletindo uma gestão eficiente e um menor impacto da variabilidade climática nos custos do saneamento em alta.

Resultado Líquido

euros	2020	2021	2022	2023	2024	Δ% 24/23
EBITDA	5 811 202	5 834 848	6 262 199	5 795 534	6 243 818	7,73%
Amortizações e depreciações	4 253 725	4 374 432	4 604 035	4 559 332	4 624 943	1,44%
Resultados operacionais	1 557 477	1 460 417	1 658 164	1 236 202	1 618 875	30,96%
Resultados antes de impostos	963 553	936 144	1 207 245	830 118	1 302 229	56,87%
Imposto sobre o rendimento	303 922	268 504	602 393	434 666	497 488	14,45%
Resultado líquido do exercício	659 631	667 639	604 852	395 452	804 741	103,50%

O *cash flow* bruto da Vimágua atingiu 5.758.637 euros em 2024, representando um crescimento de 5,59% face ao ano anterior. Este desempenho reflete essencialmente a melhoria dos resultados operacionais, evidenciando a capacidade da empresa de gerar liquidez através da sua atividade principal.

Ao analisar a evolução do quinquénio, verifica-se um crescimento sustentado do *cash flow* bruto, que se manteve sempre acima dos 5 milhões de euros desde 2020. A exceção foi o ano de 2023, quando o impacto dos elevados custos com o saneamento em alta condicionou os resultados da empresa. Em 2024, a recuperação financeira permitiu retomar a trajetória de crescimento, reforçando a solidez financeira da Vimágua.

O *cash flow* líquido, por sua vez, totalizou 6.256.125 euros, um aumento de 6,25% face ao ano anterior, consolidando a tendência positiva registada nos últimos anos. Este indicador demonstra a robustez

financeira da empresa e a sua capacidade de gerar excedentes operacionais, mesmo num contexto de elevados desafios económicos e necessidade contínua de investimento.

No entanto, o autofinanciamento fixou-se em 119%, ficando abaixo dos 201% registados em 2023. Esta redução não se deve a uma quebra na capacidade de geração de caixa, mas sim a um forte crescimento do investimento, que aumentou 80,28% em 2024. Esta evolução reflete o compromisso da Vimágua com a expansão, renovação e modernização das infraestruturas, essenciais para garantir a universalidade, continuidade e qualidade do serviço prestado à população.

A análise do quinquénio evidencia a necessidade crescente de investimento, não apenas para a expansão da rede, mas sobretudo para a substituição e reabilitação de infraestruturas existentes, assegurando a sua eficiência e sustentabilidade no longo prazo. Este reforço do investimento em 2024 demonstra a prioridade dada pela empresa à renovação dos ativos e à melhoria contínua do serviço público essencial que presta.

Desta forma, a capacidade da Vimágua de gerar *cash flow* positivo e de manter níveis elevados de autofinanciamento confirma a sua solidez financeira e autonomia, permitindo continuar a investir na melhoria das infraestruturas sem comprometer o equilíbrio económico-financeiro da empresa.

Cash flow líquido e investimento

euros	2020	2021	2022	2023	2024	Δ% 24/23
Resultados antes de impostos	963 553	936 144	1 207 245	830 118	1 302 229	56,87%
Amortizações e depreciações	4 253 725	4 374 432	4 604 035	4 559 332	4 624 943	1,44%
Variação das provisões e perdas por imparidade	49 102	222 378	342 386	64 256	-168 535	-362,29%
<i>Cash flow</i> bruto	5 266 380	5 532 953	6 153 667	5 453 706	5 758 637	5,59%
Imposto sobre o rendimento	303 922	268 504	602 393	434 666	497 488	14,45%
Resultados distribuídos						
<i>Cash flow</i> líquido	5 570 302	5 801 457	6 756 060	5 888 373	6 256 125	6,25%
Investimento	4 083 013	6 117 949	3 970 962	2 922 514	5 268 821	80,28%
Autofinanciamento	136%	95%	170%	201%	119%	-41,07%

Situação Financeira e Patrimonial

A posição financeira da Vimágua em 31 de dezembro de 2024 demonstra uma evolução positiva, com um ativo líquido de 60.771.343 euros, representando um crescimento de 2,21% face ao ano anterior. Este aumento reflete, essencialmente, a consolidação da estrutura patrimonial da empresa, sustentada por um investimento contínuo na renovação e expansão das infraestruturas de abastecimento de água e saneamento.

A análise do passivo corrente revela um crescimento de 6,69%, essencialmente devido ao aumento das dívidas a fornecedores. Contudo, importa esclarecer que este aumento não decorre de

dificuldades financeiras ou de problemas de solvabilidade, mas sim da contabilização dos seguintes fatores:

- Contrapartida pela utilização das infraestruturas dos Municípios, cujo pagamento está faseado ao longo de 30 anos.
- Faturação contestada à Águas do Norte, S.A., referente ao tratamento de águas residuais, cujo pagamento não foi realizado e que está a ser objeto de um processo judicial.

Apesar do aumento do passivo corrente, a situação de liquidez da Vimágua mantém-se robusta, como evidenciado pelo crescimento dos indicadores de liquidez geral e fundo de maneio, suportado pelo aumento das disponibilidades financeiras da empresa.

Posição financeira						
euros	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	Δ% 24/23
Ativo não corrente	46 412 103	48 090 544	47 302 751	45 705 046	46 486 393	1,71%
Ativo corrente	12 162 318	10 081 277	11 937 733	13 752 904	14 284 950	3,87%
Total do ativo	58 574 421	58 171 821	59 240 484	59 457 950	60 771 343	2,21%
Capitais permanentes	42 040 135	41 813 105	41 343 534	38 383 686	38 287 806	-0,25%
Passivo corrente	16 534 286	16 358 716	17 896 849	21 074 264	22 483 537	6,69%
Total do passivo + capital próprio	58 574 421	58 171 821	59 240 384	59 457 950	60 771 343	2,21%

Os principais indicadores económicos evidenciam um desempenho positivo, com destaque para:

- A margem bruta sobre os rendimentos operacionais fixou-se em 24,91%, ligeiramente acima do valor registado em 2023.
- A rentabilidade operacional (resultado operacional/rendimentos operacionais) melhorou para 6,46% (+1,15 p.p.), refletindo o impacto positivo da recuperação dos resultados operacionais.
- O resultado líquido sobre os rendimentos operacionais mais do que dobrou face ao ano anterior, passando de 1,70% para 3,21% (+1,51 p.p.), o que reforça a robustez da estrutura financeira da empresa.
- O retorno sobre o capital próprio (ROE) aumentou de 1,74% para 3,53%, um crescimento expressivo de 1,80 p.p., demonstrando uma melhor rentabilidade dos recursos próprios.

No que diz respeito aos indicadores financeiros, verifica-se que:

- A liquidez geral fixou-se em 63,54%, com uma ligeira redução face a 2023 (-1,72 p.p.), mas mantendo-se em valores que asseguram a capacidade de cumprimento dos compromissos de curto prazo.
- A autonomia financeira situou-se em 37,47%, o que, apesar de um ligeiro decréscimo (-0,81 p.p.), continua a garantir um nível confortável de independência financeira.

- O rácio de solvabilidade fixou-se em 59,93%, registando uma redução de 2,11 p.p. face a 2023, mas permanecendo dentro de limites que asseguram claramente a capacidade da empresa em cumprir as suas obrigações de longo prazo.
- O fundo de maneo manteve-se estável em 0,64, evidenciando uma gestão prudente das necessidades de financiamento operacional.

	Rácios					
Económicos	2020	2021	2022	2023	2024	Δ% 24/23
Margem bruta/rendimentos operacionais	27,56%	27,06%	28,15%	24,87%	24,91%	0,04
Resultado operacional/rendimentos operacionais	7,39%	6,77%	7,45%	5,30%	6,46%	1,15
Resultado líquido/rendimentos operacionais	3,13%	3,10%	2,72%	1,70%	3,21%	1,51
Resultado líquido/capital próprio	2,98%	2,90%	2,60%	1,74%	3,53%	1,80
Financeiros	2020	2021	2022	2023	2024	Δ% 24/23
Liquidez geral	73,56%	61,63%	66,70%	65,26%	63,54%	-1,72
Autonomia financeira	37,81%	39,61%	39,34%	38,29%	37,47%	-0,81
Solvabilidade	60,79%	65,60%	64,87%	62,04%	59,93%	-2,11
Fundo de maneo	0,74	0,62	0,67	0,65	0,64	-1,72

A análise dos indicadores reforça que a Vimágua mantém uma posição financeira estável e equilibrada, apesar do forte investimento realizado (+80,28% face a 2023). Importa salientar que, enquanto empresa pública de serviços essenciais, a sua gestão está orientada para a sustentabilidade financeira e a prestação eficiente dos serviços de abastecimento de água e saneamento, e não para a maximização do lucro.

A evolução dos indicadores demonstra que a empresa tem capacidade para suportar os investimentos necessários à renovação e modernização das infraestruturas, garantindo a continuidade e a qualidade dos serviços prestados.

Assim, qualquer análise dos rácios isoladamente, sem considerar a missão pública da Vimágua e o contexto setorial, pode levar a interpretações erradas. A empresa continua a adotar uma gestão responsável, assegurando o equilíbrio entre o investimento em infraestruturas e a moderação tarifária, mantendo a sua solidez económica e financeira.

Execução previsional

Apresenta-se de seguida a execução da Demonstração Previsional de Resultados aprovada e revista em 2024, com os respetivos desvios:

Execução da Demonstração Previsional de Resultados 2024

	2024	2024	Desvio	
Unidade: Euros	Previsão	Execução	Valor	%
	Revista			
+ Vendas	7 405 830	7 443 003	37 173	0,50%
+ Prestações de Serviço	15 690 270	15 734 025	43 754	0,28%
+ Outros Rendimentos	1 857 484	1 889 646	32 163	1,73%
= Proveitos Operacionais	24 953 584	25 066 674	113 090	0,45%
- Custo Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	-55 639	-55 492	147	-0,26%
- Fornecimento e Serviços Externos	-13 355 542	-12 963 052	392 490	-2,94%
- Custos de Pessoal	-4 926 845	-5 019 106	-92 261	1,87%
- Outros Custos Operacionais	-320 000	-953 741	-633 741	198,04%
- Amortizações do Exercício	-4 563 930	-4 624 943	-61 013	1,34%
- Provisões do Exercício	-8 602	-8 602	-	0,00%
- Imparidades	-27 390	177 136	204 527	-746,71%
= Resultados Operacionais	1 695 636	1 618 875	-76 761	-4,53%
- Gastos Financeiros	-309 389	-316 646	-7 257	2,35%
+ Proveitos Financeiros	-	-	-	-nd-
= Resultados Financeiros	-309 389	-316 646	-7 257	2,35%
= Resultados Antes de Impostos	1 386 247	1 302 229	-84 018	-6,06%
- Impostos s/ Lucros	-339 767	-497 488	-377 467	111,10%
+ Impostos Diferidos	-	-	-	-nd-
= Resultados Líquidos	1 046 480	804 741	-241 738	-23,10%

Artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto

A solidez financeira da Vimágua é reflexo de uma gestão rigorosa e orientada para a eficiência, sustentabilidade e prestação de serviços públicos essenciais de elevada qualidade.

Em linha com as exigências do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, a empresa demonstra não apenas viabilidade, ~~mas também um desempenho robusto e estável ao longo dos anos.~~

Com efeito, de acordo com os requisitos legais, uma empresa local só poderá ser dissolvida se não cumprir pelo menos um dos seguintes critérios nos últimos três anos consecutivos:

a) Nos últimos três anos as vendas e prestações de serviços cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios - A Vimágua supera largamente este limiar, financiando-se essencialmente pelas receitas geradas pelos serviços prestados, sem depender de receitas extraordinárias ou mecanismos de compensação.

	Vendas e prestações de serviços	Gastos totais incorridos	% Vendas e prestações de serviços nos Gastos totais incorridos
2024	23 177 028	23 764 445	97,53%
2023	21 474 965	22 473 222	95,56%
2022	20 380 460	21 039 853	96,87%
Requisito cumprido			

b) Nos últimos três anos o peso contributivo dos subsídios à exploração é inferior a 50 % das suas receitas - O modelo económico da empresa assenta numa gestão eficiente dos recursos, sendo que seu financiamento não depende de subsídios à exploração. A operação da Vimágua é sustentada pelas suas receitas próprias, garantindo uma inquestionável autonomia financeira.

	Prestação de serviços e outros rendimentos	Subsídios à exploração	% Subsídios na totalidade de Prestação de serviços e outros rendimentos
2024	25 066 674	0	0,00%
2023	23 303 340	0	0,00%
2022	22 247 099	0	0,00%
Requisito cumprido			

c) Nos últimos três anos o EBITDA é positivo – A geração de resultados operacionais sólidos e recorrentes reflete-se num EBITDA consistentemente positivo, assegurando a capacidade de reinvestimento nas infraestruturas e o cumprimento dos compromissos financeiros sem comprometer o equilíbrio económico.

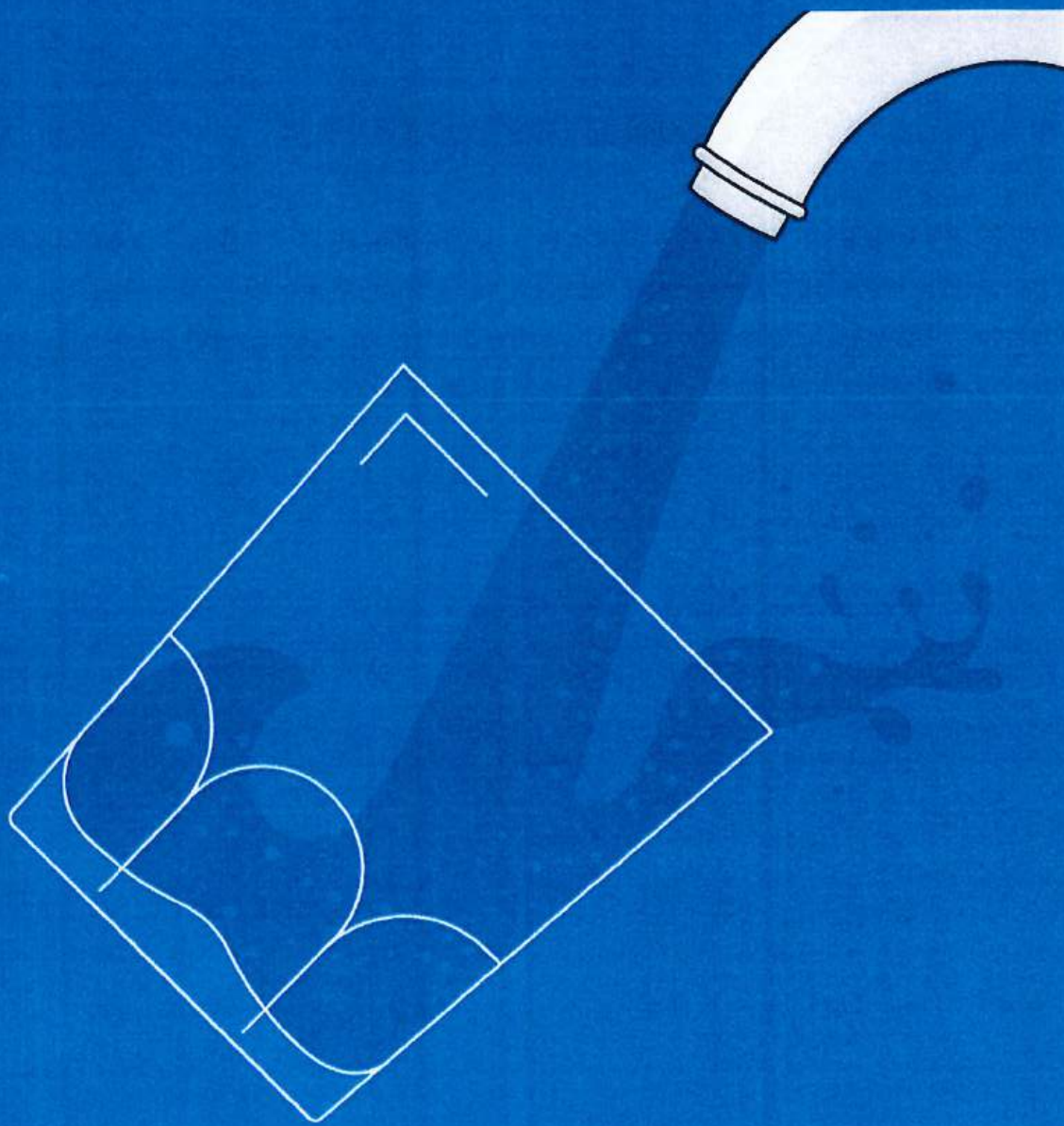
	Resultado operacional	Amortizações e depreciações	EBITDA
2024	1 618 875	4 624 943	6 243 818
2023	1 236 202	4 559 332	5 795 534
2022	1 658 164	4 604 035	6 262 199
Requisito cumprido			

d) Nos últimos três anos o resultado líquido é positivo - A empresa tem apresentado resultados líquidos positivos, reforçando a sua estabilidade financeira e a sustentabilidade do seu modelo de gestão.

	Resultado líquido
2024	804 741
2023	395 452
2022	604 852
Requisito cumprido	

Mais do que cumprir os requisitos mínimos da lei, a Vimágua está bem acima de qualquer limiar de risco, assegurando um desempenho seguro e sustentado. Como empresa pública de serviços essenciais, não visa a maximização do lucro, mas sim a eficiência operacional, a moderação tarifária e a melhoria contínua dos serviços prestados à população.

Bebe água
da torneira.



Perspetivas Futuras



Perspetivas Futuras

Em 2025, a Vimágua dará continuidade ao que foi estabelecido no Projeto de Contrato de Gestão Delegada, que sucederá ao Contrato de Gestão, assinado em 2008.

Este Projeto de Contrato de Gestão Delegada incluirá a revisão do Plano Plurianual de Investimentos 2023-2037, Estudo de Viabilidade Económica e Financeira e Plano de Financiamento da Vimágua.

O Projeto de Contrato de Gestão Delegada incluirá as seguintes principais iniciativas estratégicas:

- A continuidade da implementação do Sistema de Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Energia, com o objetivo de aumentar a eficiência organizacional;
- O desenvolvimento e monitorização do Plano de Gestão Patrimonial de Infraestruturas, alinhado com as recomendações da ERSAR e do LNEC, para garantir a qualidade dos serviços de abastecimento de água e saneamento;
- O acompanhamento do Plano de Segurança da Água para Consumo Humano, garantindo a integridade e a confiança no sistema de abastecimento de água;
- A continuidade do Plano de Reabilitação de Conduções e Ramais, visando garantir a sustentabilidade do sistema de abastecimento de água;
- A execução do Plano de Gestão de Redução de Perdas, com o objetivo de reduzir a água não faturada;
- A implementação do Plano de Gestão de Controlo de Infiltrações e Afluências Indevidas, com foco em melhorar a eficiência dos sistemas de drenagem e reduzir o risco de inundações;
- A implementação do Plano de Poupança de Energia, com destaque para a instalação de sistemas fotovoltaicos e a substituição de equipamentos obsoletos, visando promover a descarbonização e eficiência energética;
- A otimização do Sistema de Contabilidade Analítica, visando uma gestão eficiente e controlada.

O Projeto já validado com os Pareceres Favoráveis da ERSAR e será mantido no essencial.

Destaca-se, ainda, a concretização das candidaturas já submetidas para executar as verbas aprovadas no Plano de Ação ITI Ave 2030, dentro da tipologia "Ciclo Urbano da Água em Baixa". Este plano contempla um financiamento de 5.290.137,00€, proveniente do FEDER, destinado a investimentos já programados e iniciados pela Vimágua. Deste montante, 4.236.387,00€ serão alocados ao Concelho de Guimarães e 1.053.750,00€ ao Concelho de Vizela.

A execução dos investimentos projetados ocorrerá em conformidade com o quadro administrativo e legal, incluindo o Relatório de Monitorização do PENSAAR 2020, o Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030) e várias iniciativas e recomendações da ERSAR, com o objetivo de garantir a capacitação das entidades gestoras, melhorar a transparência e competitividade e assegurar a operação eficiente e sustentável dos serviços.

A Vimágua prosseguirá a sua atividade procurando manter-se como um modelo de excelência na gestão de serviços de água e saneamento, adotando as melhores práticas de sustentabilidade e qualidade e respondendo aos desafios e necessidades dos Municípios.

Handwritten notes in blue ink, including a checkmark and several illegible scribbles.

viwagua



Proposta de Aplicação de Resultados





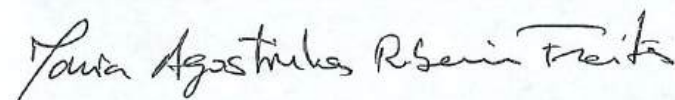
Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do disposto na alínea f), do n.º 1, do artigo 19.º dos Estatutos da Vimágua e nos artigos 31.º a 33.º, na alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º, no artigo 295.º e nos n.ºs 1, alínea b) e 2 do artigo 376.º, todos do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2024, no valor de 804.741,43 euros (oitocentos e quatro mil setecentos e quarenta e um euros e quarenta e três cêntimos), seja transferido para Resultados Transitados.

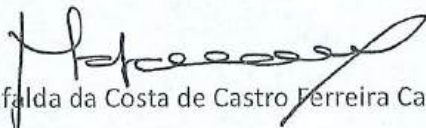
O Conselho de Administração



Armindo José Ferreira da Costa e Silva – Presidente



Maria Agostinha Ribeiro de Freitas – Vogal



Maria Mafalda da Costa de Castro Ferreira Cabral – Vogal

Considerações Finais





Considerações Finais

O ano de 2024 consolidou a trajetória de crescimento sustentável e equilíbrio financeiro da Vimágua, com um resultado positivo que reforça o capital próprio e comprova a robustez económica da empresa. Num setor estratégico como o abastecimento de água e saneamento, a estabilidade financeira é essencial para garantir a qualidade, segurança e continuidade do serviço público.

A Vimágua mantém-se fiel à sua missão, pautando a sua atuação por rigor, transparência e ética. A sustentabilidade ambiental, a eficiência na gestão de recursos e a inovação tecnológica continuam a ser pilares estratégicos, assegurando a modernização das infraestruturas e a resiliência do sistema.

A estreita articulação com os Municípios de Guimarães e Vizela e com as Juntas de Freguesia tem sido fundamental para enfrentar desafios e garantir soluções eficazes para os cidadãos. Expressamos o nosso reconhecimento pela colaboração ativa dessas entidades na promoção de um serviço público mais eficiente e acessível.

Agradecemos também às entidades reguladoras e institucionais, nomeadamente à Agência Portuguesa do Ambiente – ARH-Norte, CCDR-N, ERSAR e ACES Alto Ave, pelo seu contributo essencial para a melhoria contínua do setor.

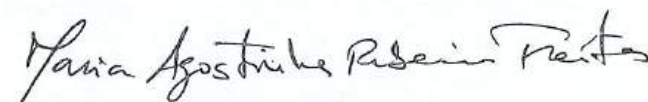
Por fim, um reconhecimento muito especial à equipa da Vimágua: aos seus trabalhadores, cuja dedicação, competência e profissionalismo são a força motriz que sustenta a excelência da empresa. É graças ao esforço diário de cada trabalhador que a Vimágua se afirma como uma referência no setor, garantindo a prestação de um serviço público de qualidade, fiável e sustentável.

Olhamos para o futuro com confiança e determinação, certos de que continuaremos a servir com excelência, responsabilidade e inovação, sempre com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das populações que confiam na Vimágua.

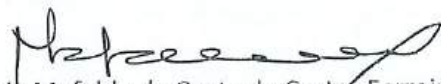
O Conselho de Administração,



Armindo José Ferreira da Costa e Silva – Presidente



Maria Agostinha Ribeiro de Freitas – Vogal

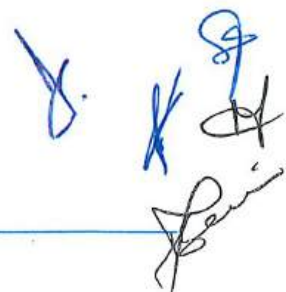


Maria Mafalda da Costa de Castro Ferreira Cabral – Vogal

Demonstrações Financeiras



Demonstrações financeiras



Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração da Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A., vem submeter à apreciação da Assembleia-Geral desta Empresa as Contas do exercício económico de 2024.

O presente documento contém as seguintes Demonstrações Financeiras:

- Balanço;
- Demonstração dos Resultados por Naturezas;
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio;
- Demonstração de Fluxos de Caixa e respetivo anexo;
- Anexo às Demonstrações Financeiras.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2024	31-12-2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	46.447.663	45.659.186
Ativos intangíveis	9	7.088	12.690
Outros investimentos financeiros		31.643	31.643
Ativos por impostos diferidos			1.528
		46.486.393	45.705.046
Ativo corrente			
Inventários	10	834.807	900.847
Clientes	12	2.005.759	1.672.245
Estado e outros entes públicos	13	396.969	177.981
Outros créditos a receber	14	929.912	1.572.606
Diferimentos		202.159	225.434
Caixa e depósitos bancários	5	9.915.345	9.203.791
		14.284.950	13.752.904
Total do ativo		60.771.343	59.457.950
CAPITAL PRÓPRIO e PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	20.1	500.000	500.000
Outros instrumentos de capital próprio		12.240.000	12.240.000
Reservas legais		147.701	147.701
Resultados transitados	20.2	4.613.203	4.212.487
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	20.3	4.467.641	5.268.499
Resultado líquido do período		804.741	395.452
Total do capital próprio		22.773.286	22.764.139
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	29	336.486	327.884
Financiamentos obtidos	15	2.832.127	4.750.427
Outros instrumentos financeiros	16		6.792
Fornecedores	17	11.105.775	9.061.356
Outras dívidas a pagar - Ajustamento em subsídio	18	1.240.131	1.473.089
		15.514.520	15.619.547
Passivo corrente			
Fornecedores	17	5.587.864	3.995.280
Estado e outros entes públicos	13	483.282	468.626
Financiamentos obtidos	15	1.917.960	1.830.736
Outras dívidas a pagar	18	6.954.867	7.215.403
Diferimentos	19	7.359.565	7.564.219
		22.483.537	21.074.264
Total do passivo		37.998.057	36.693.811
Total do capital próprio e do passivo		60.771.343	59.457.950

Amirindo Costa e Silva
Para Gerência Ribeiro Trato
Melhorado

Zvezdco



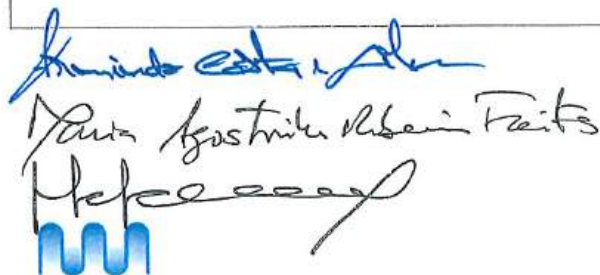
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	23	23.177.028	21.474.965
Trabalhos para a própria empresa		34.394	20.937
Subsídios à exploração			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-55.492	-64.506
Fornecimentos e serviços externos	24	-12.963.052	-12.394.777
Gastos com o pessoal	25	-5.019.106	-4.741.533
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	177.136	-60.106
Provisões (aumentos/reduções)		-8.602	-4.105
Outros rendimentos	26	1.855.253	1.807.439
Outros gastos	27	-953.741	-242.734
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		6.243.818	5.795.534
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8 e 9	-4.624.943	-4.559.332
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.618.875	1.236.202
Juros e gastos similares suportados	15	-316.646	-406.084
Resultado antes de impostos		1.302.229	830.118
Imposto sobre o rendimento do período	22	-497.488	-434.666
Resultado líquido do período		804.741	395.452

Resultado por ação básico		1,61	0,79
---------------------------	--	------	------


 Paulo Gustavo Ribeiro Feito
 Diretor Geral

Ernesto

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2023

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio											Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		
1	1	500 000,00		12 240 000,00		147 701,16		3 726 370,25			6 069 206,27	1 781 892,96	24 485 170,64	24 485 170,64
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis														
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio														
2	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	486 117,23	0,00	0,00	-820 707,46	-1 781 892,96	-2 116 483,19	-2 116 483,19
3	3													
4=2+3	4=2+3											395 451,71	395 451,71	-1 721 031,48
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO														
RESULTADO INTEGRAL														
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
subscrições de capital														
subscrições de prémios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
5	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6=1+2+3+5	6=1+2+3+5	500 000,00	0	12 240 000,00	0	147 701,16	0	4 212 487,47	0	0	5 269 488,83	395 451,71	22 764 139,15	22 764 139,15
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO Dezembro 2023														

Aminto da Silva

Paulo Gustavo Pereira Costa

Wesley

Erzsébet

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2024

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio											Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		
1	POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	500 000,00	0,00	12 240 000,00	0,00	147 701,16	0,00	4 212 487,48	0,00	0,00	5 268 498,81	395 451,71	22 764 135,15	22 764 135,15
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	Primeira adopção de novo referencial contabilístico													
	Alterações de políticas contabilísticas													
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
	Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													
	Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações													
	Ajustamentos por impostos diferidos													
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio													
2		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400 715,24	0,00	0,00	-800 858,21	-385 451,71	-795 594,68	-795 594,68
3	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO													
4=2+3	RESULTADO INTEGRAL													
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	subscrições de capital											804 741,43	804 741,43	
	subscrições de prémios de emissão											409 289,72	9 146,75	
	Distribuições													
	Entradas para cobertura de perdas													
	Outras operações													
5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6=4+2+3+5	POSICÃO NO FIM DO PERÍODO Dezembro 2024	500 000,00	0,00	12 240 000,00	0,00	147 701,16	0,00	4 613 202,72	0,00	0,00	4 467 640,60	804 741,43	22 773 285,91	22 773 285,91

Aminda esteira

Paula Agostinho Pereira

W

Enunciado

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		24.609.189	23.609.441
Pagamentos a fornecedores		-11.825.265	-12.083.501
Pagamentos ao pessoal		-4.994.675	-4.682.736
Caixa gerada pelas operações		7.789.249	6.843.204
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		-242.102	-902.803
Outros recebimentos/pagamentos		669.715	715.765
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		8.216.861	6.656.165
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-5.356.083	-2.620.492
Ativos intangíveis			-8.981
Investimentos Financeiros			
Outros ativos			-652
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			1.183
Ativos intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Outros ativos			
Subsídios de investimento		30.929	
Juros e proveitos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-5.325.154	-2.628.942
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e outros instrumentos capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-1.831.076	-1.757.142
Juros e gastos similares		-349.077	-429.170
Dividendos			
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxo das atividades de financiamento (3)		-2.180.153	-2.186.312
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		711.554	1.840.911
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		9.203.791	7.362.880
Caixa e seus equivalentes no fim do período		9.915.345	9.203.791

Assinado e rubricado
Luís Afonso Ribeiro Freitas
11/01/2025

Enunciado

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

	PERÍODOS	
	31/12/2024	31/12/2023
Numerário	18.494	15.320
Depósitos bancários	9.896.851	9.188.471
Equivalentes de caixa		
Caixa e seus equivalentes	9.915.345	9.203.791
Outras disponibilidades:		
Dívidas a instituições de crédito		
Disponibilidades constantes do Balanço	9.915.345	9.203.791

*Reminda este valor
para a gestão R. de R. de R.
M. de R. de R.*

Ex. de R. de R.

Anexo às demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024



Anexo às demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

Designação: VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM., S.A.

Sede Social: Rua Rei do Pegú, n.º 172, União de Freguesias de Oliveira do Castelo, S. Paio e S. Sebastião, 4810-025 Guimarães, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Guimarães com o Número Único -505993082

Natureza da atividade: A Vimágua tem a seu cargo a gestão do serviço de interesse geral de gestão e exploração dos sistemas públicos de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público (CAE 36002) e de drenagem e tratamento de águas residuais (CAE 36001) na área geográfica dos municípios de Guimarães e Vizela.

Com a publicação da Lei 50/2012, de 31 de agosto, é aprovado o novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais pelo qual, num prazo de 6 meses, é imposta a adequação dos Estatutos do setor empresarial local ao novo regime legal. Neste sentido, foram publicados em 28 de fevereiro de 2013 os novos Estatutos da Vimágua.

A última alteração aos Estatutos e respetiva publicação data de 20 de dezembro de 2016.

Capital Social: 500.000 euros dividido em 500.000 ações nominativas de valor nominal de 1 euro.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

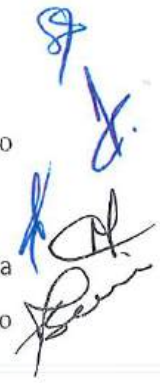
As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

A apresentação destas demonstrações financeiras obedece ao preceituado nas bases de apresentação de demonstrações financeiras integrantes do SNC bem como da NCRF 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, sendo todas as divulgações efetuadas por força das NCRF aplicáveis às respetivas classes de ativos e/ou passivos. Teve-se, também, em conta a adoção dos modelos de demonstrações financeiras aprovados no âmbito do SNC.



As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada no ambiente económico em que a Empresa opera.

É do entendimento da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.



2.2 INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC QUE, EM CASOS EXCEPCIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem colocar em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO PERÍODO ANTERIOR

As demonstrações financeiras apresentadas são comparáveis com as apresentadas para o período anterior.

3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF-DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA - Não aplicável.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

4.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

(a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O método de depreciação utilizado pela Empresa é o método das quotas constantes de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de setembro.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada

Designação	Anos
Edifícios e outras construções	10; 12; 20
Equipamento básico	1 a 25
Equipamento de transporte	4 a 10
Equipamento administrativo	3 a 12
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 10

As despesas de conservação e reparação (dispêndios subsequentes), que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros, são registadas como gastos no período em que são incorridas. O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou do abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e são registados na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

(b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são reconhecidos sempre que sejam identificáveis, seja possível exercer o controlo sobre os mesmos, permitam que fluam benefícios económicos futuros para a Empresa, e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos intangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Programas de Computador	3

O método de amortização utilizado pela Empresa é o método das quotas constantes, de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de setembro.

(c) Inventários

O custo das matérias-primas e subsidiárias é valorizado com base no custo médio de aquisição, tendo sido aplicadas as definições e critérios da NCRF 18.

São registadas perdas de imparidade aos inventários nos casos em que o custo é superior ao valor estimado de recuperação.

(d) Imparidade de Ativos

A empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis".

(e) Custo dos financiamentos obtidos

Todos os custos de financiamentos são reconhecidos como gasto do período em que são incorridos, numa base de acréscimo, de acordo com o tratamento de referência da NCRF 10.

(f) Instrumentos Financeiros:

- Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

- Clientes e outros Créditos a receber

Estas rubricas estão reconhecidas e divulgadas no balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido, acrescida do IVA e, quando aplicável, de quantias de rédito de juros debitados, e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.

As imparidades reconhecidas em contas a receber foram calculadas essencialmente com base nas antiguidades dos saldos das dívidas a receber e o perfil do risco do cliente, sendo que este método se equiparou à utilização do critério de mora considerado fiscalmente aceite em Portugal.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas em resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

- Provisões

A Vimágua analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

- Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao seu valor nominal custo, sendo expressos no passivo corrente ou não corrente, dependendo de a Empresa ter ou não ter o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, respetivamente.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver ocorrido liquidação, cancelamento ou expiração do financiamento.

- Fornecedores e outras dívidas a pagar

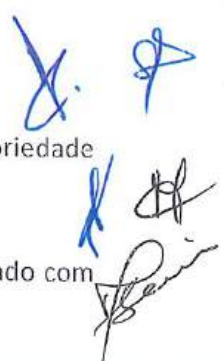
Estas contas estão reconhecidas pela quantia amortizável das respetivas dívidas. A Administração da empresa entende que as quantias mostradas em balanço não diferem significativamente dos justos valores das respetivas dívidas. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver ocorrido liquidação, cancelamento ou expiração da dívida.

- Instrumentos Financeiros Derivados

A Empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pela Vimágua. Os instrumentos financeiros derivados utilizados respeitam a "swaps" de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. Os prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso subjacentes aos "swaps" de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos "swaps" de cobertura de "cash-flow" é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios "Reservas de cobertura". Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente na demonstração de resultados.

(g) Reconhecimento do Rêdito:

O rêdito proveniente de Vendas e Serviços Prestados é reconhecido quando:

- 
- a) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
 - b) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos;
 - c) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada;
 - d) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa;
 - e) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As Vendas e os Serviços Prestados são reconhecidos líquidos de impostos e descontos, pelo valor a receber.

As Vendas e os Serviços Prestados são reconhecidos nos resultados operacionais do período a que dizem respeito, não obstante poderem ser recebidas em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo. Nos casos de juros debitados a clientes, essas quantias são reconhecidas em separado como rédito de juros. Foram aplicados as definições e os critérios da NCRF 20.

(h) Subsídios

Os subsídios públicos são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Instituição irá cumprir com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis estão registados em balanço na rubrica "Outras Variações no Capital Próprio" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada período, com base no pressuposto de que os subsídios são imputados como rendimento do período numa base sistemática durante as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis aos quais estão associados.

(i) Impostos sobre o rendimento

O imposto corrente e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Quando aplicável adotou-se a NCRF 25.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão

dedutíveis ou tributáveis noutros períodos. O lucro tributável exclui igualmente gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento verifica-se unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

4.2. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES:

(a) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

(b) Regime da periodização económica (acrécimo)

A Vimágua reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidas ou liquidadas são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagas ou liquidadas são reconhecidas em "Credores por acréscimos de gastos".

(c) Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Vimágua não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

(d) Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

(e) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, dada a sua natureza, as rubricas de 'Impostos diferidos' e de 'Provisões' são classificadas como não correntes.

(f) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

(g) Contrapartida devida pela utilização das infraestruturas de água e saneamento

Nos termos da cláusula 13 do Contrato de Gestão da Vimágua, é anualmente calculada a Contrapartida devida pela utilização das infraestruturas de água e saneamento, de que são proprietários os Municípios de Guimarães e Vizela, e utilizados na atividade da Vimágua.

A contrapartida é calculada segundo o método do fracionamento do lucro, havendo o seu reconhecimento sempre que os resultados antes de impostos e sem contrapartida sejam positivos.

No cálculo do valor a pagar aos Municípios foi utilizada a proporção de 49,37%, calculada nos termos do Anexo III do Contrato de Gestão:

Cálculo da Contrapartida devida aos Municípios

Resultados antes de Impostos e sem Contrapartida		2 571 876,52
Proporção calculada aquando da aprovação do Plano de Investimentos quinquenal em vigor		49,37%
Contrapartida devida ao Município de Guimarães	90%	1 142 761,89
- Valor c/ IVA		1 405 597,13
Contrapartida devida ao Município de Vizela	10%	126 973,54
- Valor c/ IVA		156 177,46
Contrapartida Municípios Guimarães e Vizela		1 269 735,44
- Valor c/ IVA		1 561 774,59

Cálculo da Proporção

DA _m – Extensão em quilómetros da rede de distribuição de água, da titularidade dos Municípios	616,99
DA _v – Extensão em quilómetros da rede de distribuição de água, da titularidade da Vimágua	748,32
AR _m – Extensão em quilómetros da rede de drenagem de águas residuais, da titularidade dos Municípios	457,76
AR _v – Extensão em quilómetros da rede de drenagem de águas residuais, da titularidade da Vimágua	354,01

$P = P_{DA+AR}$ – Proporção relativa à extensão das redes dos Sistemas

$$(DA_m + AR_m) / (DA_m + DA_v + AR_m + AR_v) = P_{(DA+AR)} \quad 49,37\%$$

4.3 JUÍZOS DE VALOR QUE O ÓRGÃO DE GESTÃO FEZ NO PROCESSO DE APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E QUE TIVERAM MAIOR IMPACTO NAS QUANTIAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizados juízos de valor, estimativas e pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

4.4 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os PCGA em Portugal.

Os eventos subsequentes ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo.

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após o termo do período em análise.

4.5 PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS:

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são os que seguem:

a) Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas com base no custo de aquisição e é utilizado o método da linha reta, a partir da data em que o ativo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

b) Registo de impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias e os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Para a determinação dos impostos diferidos é utilizada a taxa de imposto que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias são revertidas. Os impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que a sua utilização deixe de ser possível.

c) Reconhecimento de perdas por imparidade em contas a receber

As perdas por imparidade para contas a receber são calculadas com base na antiguidade dos saldos das contas de terceiros e tendo por base o critério de mora considerado fiscalmente aceite em Portugal.

5. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada pelo método direto e todas as quantias dos saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

Conta	Descrição	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
11	Caixa	18.493,59	15.319,86
121	Depósitos à ordem C.G.D	110.349,46	171.490,67
122	Depósitos à ordem BPI	40.399,53	112.600,56
123	Depósitos à ordem C.G.D 2040035720130	412.027,06	192.566,24
124001	BPI/002 Conta Receitas	5.655.895,77	4.934.075,50
124002	BPI/003 Conta Reserva do serviço da dívida	2.632.339,09	2.697.081,26
124003	BPI/004 Conta Reserva de Investimento	871.971,04	871.971,04
125	Banco Santander Totta, SA	131.252,25	166.068,88
131	Depósitos a Prazo – BPI	42.617,24	42.617,24
		9.915.345,03	9.203.791,25

6. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

Não se registaram alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou em períodos futuros, mas foram identificados erros materiais relativos a períodos anteriores.

Face aos montantes apresentados nas demonstrações financeiras do ano 2023 as rubricas “outras contas a pagar”, “resultados transitados” e “Fornecimentos e serviços externos” foram objeto de uma reexpressão nos montantes de 1.986.389,54€, 1.177.040,52€ e 809.349,02€, respetivamente. Esta reexpressão é resultado das faturas emitidas pelos municípios em 2024, referente a contrapartida devida pela utilização das infraestruturas de água e saneamento nos anos 2022 e 2023.

No âmbito do contrato de gestão celebrado entre a Vimágua e os Municípios de Guimarães e Vizela, a empresa, até 2021, vinha reconhecendo, anualmente, um gasto relativo à contrapartida pela utilização das infraestruturas pertencentes aos Municípios.

Na sequência da deliberação dos Municípios de renunciar à referida contrapartida, a Vimágua não reconheceu qualquer gasto relativo a esta obrigação para os exercícios de 2022 e 2023,



22.2.2

1.986.389,54

56.2

1.177.040,52

62

809.349,02

122

com base na decisão formal dos Municípios de extinguir essa obrigação, prevendo-se a sua concretização através da outorga do contrato de gestão delegada.

No entanto, em 2024, o Acórdão do Tribunal de Contas n.º 35/2024 teve como consequência que, na ausência da formalização desse contrato, a deliberação dos Municípios não produziu efeitos jurídicos definitivos, implicando a obrigação de pagamento da contrapartida relativa aos exercícios de 2022 e 2023. Consequentemente, os Municípios emitiram faturas nos montantes de €1.177.040,52 e €809.348,83, respetivamente, relativas a esses períodos.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 4 (NCRF 4), os erros materiais de períodos anteriores devem ser corrigidos por reexpressão retrospectiva (parágrafo 37).

Considerando que os montantes da contrapartida referentes a 2022 e 2023 eram obrigatórios à data do encerramento das contas desses exercícios, mas não foram reconhecidos devido à decisão formal dos Municípios de extinguir a obrigação, e que a decisão do Tribunal de Contas determinou, na ausência de formalização do contrato, que a deliberação dos Municípios carecia de eficácia plena, exigindo nova apreciação pelos seus órgãos competentes, tornando assim obrigatória a contabilização da contrapartida nestes exercícios, e que a informação que sustentava o reconhecimento da contrapartida estava disponível na data dos encerramentos de contas desses anos, a Vimágua procedeu à correção dos exercícios de 2022 e 2023 por reexpressão retrospectiva, reconhecendo os valores em acréscimos de gastos nos períodos a que respeitam.

Este procedimento assegura a conformidade das demonstrações financeiras com o princípio da especialização dos exercícios e a fiabilidade da informação financeira, garantindo que as demonstrações refletem adequadamente a posição financeira e os resultados da entidade. Adicionalmente, a aplicação retrospectiva está em conformidade com a NCRF 4, dado que a sua não aplicação só se justificaria em caso de impraticabilidade (parágrafo 38), o que não se verifica nesta situação.

7. PARTES RELACIONADAS

Os termos e condições praticados nas operações da Vimágua com as partes relacionadas, são substancialmente idênticas aos que seriam praticados com entidades independentes.

7.1. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES RELACIONADAS:

Integrando o círculo de ligações especiais definidas na NCRF 13 encontram-se as entidades detentoras do capital da Vimágua:

O capital é detido em 90% pela Câmara Municipal de Guimarães, pessoa coletiva com identidade comercial e fiscal 505948605 e em 10% pela Câmara Municipal de Vizela, pessoa coletiva com identidade comercial e fiscal 505985217.

7.2. TRANSACÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS:

As transações entre a Vimágua e os Municípios traduzem-se nos seguintes:

- Faturação da Vimágua proveniente dos Serviços prestados de água/saneamento;
- Faturação dos Municípios à Vimágua proveniente da contrapartida, conforme o definido no Contrato de Gestão;
- Entrega aos Municípios do valor das tarifas de lixo faturadas aos clientes por parte da Vimágua por conta destes.

Transações efetuadas durante o ano de 2024 e saldos pendentes com as entidades relacionadas:

Transações com partes relacionadas	Compras/FSE	Vendas e Prestação de Serviços	Saldos Comerciais Dívidas a receber	Saldos Comerciais Dívidas a Pagar
Município Guimarães	2.199.132,04	1.129.381,43	121.623,64	10.344.161,17
Município Vizela	252.587,15	265.932,28	100.405,52	1.144.571,53

No âmbito da delegação de competências dos Municípios relativamente à faturação de tarifas de lixo aos clientes, verificou-se, no ano de 2024, a transferência do valor faturado pela Vimágua a título de tarifa de lixo:

- Município de Guimarães, o montante de 1.476.168,25€;
- Município de Vizela, o montante de 906.598,70€.

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Descrição	Terrenos	Edifícios	Eq. Básico	Eq. Transporte
Quantia Bruta escriturada inicial	1 265 778,05	4 046 227,52	97 518 240,36	1 571 805,09
Depreciações Acumuladas Iniciais		940 058,60	58 845 565,82	1 542 831,74
Perdas Imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00

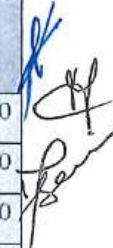


Descrição	Terrenos	Edifícios	Eq. Básico	Eq. Transferrível
Quantia líquida escriturada Inicial	1 265 778,05	3 106 168,92	38 672 674,54	28 973,35
Movimentos do período	4 676,20	-88 024,78	-54 663,19	36 179,34
Adições	4 676,20	10 430,00	4 386 852,30	66 824,48
Aquisições 1ª mão	4 676,20	10 430,00	2 429 266,81	66 824,48
Trabalhos própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de AFT Curso	0,00	0,00	1 957 585,43	0,00
Desreconhecimento AFT em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Diminuições	0,00	98 454,78	4 441 515,49	30 645,14
Depreciações	0,00	98 454,78	4 441 515,49	30 645,14
Alienações valor aquisição				
Alienações depreciações acumuladas				
Reclassificação Dep. Acumuladas				
Transferências AFT em Curso				
Quantia líquida escriturada final	1 270 454,25	3 018 144,14	38 618 011,35	65 152,69

Descrição	Eq. Administrativo	Outros	AFT Curso	Total
Quantia Bruta escriturada inicial	1 017 807,36	224 942,60	2 421 224,29	108 066 025,27
Depreciações Acumuladas Iniciais	916 322,48	162 061,09		62 406 839,73
Perdas Imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Quantia líquida escriturada Inicial	101 484,88	62 881,51	2 421 224,29	45 659 185,54
Movimentos do período	-23.687,70	-17.248,18	931.245,47	788.477,16
Adições	7.696,97	92,68	931.245,47	5.407.818,10
Aquisições 1ª mão	7.696,97	92,68	2.971.830,43	5.490.817,57
Trabalhos própria entidade	0,00	0,00		0,00
Transferências de AFT Curso	0,00	0,00	-1.957.585,43	0,00
Desreconhecimento AFT em curso	0,00	0,00	-82.999,53	-82.999,53
Diminuições	31 384,67	17.340,86	0,00	4.619.340,94
Depreciações	31.384,67	17.340,86		4.619.340,94
Alienações valor aquisição				0,00
Alienações depreciações acumuladas				0,00



Descrição	Eq. Administrativo	Outros	AFT Curso	Total
Reclassificação Dep. Acumuladas				0,00
Transferências AFT em Curso				0,00
				0,00
Quantia líquida escriturada final	77.797,18	45.633,33	3.352.469,76	46.447.662,64



Durante o ano de 2024, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas de Ativos Fixos Tangíveis foram os seguintes:

- CP 10/2021 – Extensão de Rede de Drenagem de Águas Residuais na Freguesia de Longos e U.F. de Sande São Lourenço e Balazar – Guimarães, relevada através dos ativos n.º 30843 e 91840;

CP 16/2022- Valorização da Ribeira de Couros, Rio Selho, Rio Ave e Do Rio Vizela - Eliminação de Ligações Indevidas entre Redes de Drenagem de Águas Residuais e Pluviais em Vários Locais dos Concelhos de Guimarães e de Vizela, relevada através dos ativos n.º 51843, 90844, 90845 e 90846;

-CP 20/2022 - Extensão de Redes de Abastecimento de Água e Redes de Saneamento de Águas Residuais na Freguesia de Guardizela, U.F. de Conde e Gandarela e na U.F. de Tabuadelo e S. Faustino - Guimarães, relevada através dos ativos n.º 51841, 51842, 78840, 78841 e 78842;

CP 22/2022 - Instalação de Um Sistema Fotovoltaico Para Autoconsumo (Upac) com Injeção na Rede, no Reservatório R3E, Rua das Escolas, Freguesia de Guardizela - Concelho de Guimarães, relevada através do ativo n.º 56840;

CP 23/2022- Instalação de Um Sistema Fotovoltaico para Autoconsumo (Upac) com Injeção na Rede, no Reservatório de Frades, Rua de São Bento - União das Freguesias de Caldas de Vizela (São Miguel E São João) - Concelho de Vizela, relevada através do ativo n.º 68843;

CP 24/2022- Execução de Ligações Domiciliárias e não Domiciliárias de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais nos Concelhos de Guimarães e Vizela, relevada através dos ativos n.º 40840, 58840, 58841, 58842, 58843, 58844, 58846 e 58847;

- CP 01/2023- Substituição de Redes de Abastecimento de Água e Redes de Saneamento de Águas Residuais nas Freguesias de Selho (São Cristóvão) e Candoso (São Martinho) – Guimarães, relevada através dos ativos n.º 43844, 43846, 87840 e 87841;

- CP 02/2023 - Substituição de Redes de Abastecimento de Água na União de Freguesias de Caldas de Vizela (S. Miguel e S. João) - Concelho De Vizela e, relevada através dos ativos n.º 43843 e 88840;

CP 04/2023 - Substituição de Redes de Abastecimento de Água na Rua Santa Marinha da Costa e na Rua da Ponte na Freguesia da Costa – Guimarães, , relevada através dos ativos n.º 67844 e 75854;

CP 08/2023- Substituição de Redes de Abastecimento de Água na Rua Padre António P. da Silva (Gandarela), Rua General Humberto Delgado (Serzedelo), Rua De Pereirinhas (M. de Cónegos) e Reforço do Abastecimento de Água da Zona Alta da Rede Proveniente do R2, em Coteões (Guardizela) – Guimarães, relevada através dos ativos n.º 54846, 72842, 88842 e 88843;

CP 12/2023 - Substituição de Redes de Abastecimento de Água na Rua da Cruz e na Rua do Outeiro na Freguesia de Brito - Concelho de Guimarães, relevada através dos ativos n.º 57843 e 75855;

CP 17/2023- Execução de Ligações Domiciliárias e não Domiciliárias de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais nos Concelhos de Guimarães e Vizela, relevada através dos ativos n.º 65840, 65841, 65842, 67840, 67841, 69843, 71843, 71844, 71845 e 72841;

- Pequenos prolongamentos e remodelação de redes de água e saneamento;

- Extensão de redes nas freguesias, relevada através dos ativos n.º 50841 e 63840.

Dos ativos fixos tangíveis em curso destacamos as seguintes obras:

- CP 01/2021 – Extensão de Redes de Abastecimento de Água e Redes de Saneamento de Águas Residuais nas Freguesias de Prazins (Santa Eufémia), São Torcato, U.F. de Briteiros Santo Estevão e Donim e U.F. De Souto Sta. Maria, Souto S. Salvador e Gondomar - Concelho de Guimarães;

- CP 07/2023 – Substituição e Extensão de Redes de Abastecimento de Água e Redes de Saneamento de Águas Residuais nas Freguesias de Moreira de Cónegos, Nespereira e Polvoreira e na U.F. de Candoso São Tiago e Mascotelos e U.F. de Conde e Gandarela - Concelho de Guimarães;

- CP 15/2023 - Substituição de Redes de Abastecimento de Água na Freguesia de Lordelo – Guimarães;

- CP 25/2023– Substituição e Extensão de Redes de Abastecimento de Água e Redes de Saneamento de Águas Residuais nas Freguesias de Guardizela, Lordelo e Moreira de Cónegos – Guimarães;

- CP 26/2023– Extensão e Substituição de Redes de Abastecimento de Água nas Freguesias de Creixomil, Pencelo e Prazins (Santa Eufémia);

- CP 03/2024 – Substituição e Extensão de Redes de Abastecimento de Água e Redes de Drenagem de Águas Residuais na Freguesia de Infias, Freguesia de Santa Eulália, U.F. de Caldas de Vizela (S. Miguel e S. João) e U.F. de Tagilde e Vizela (São Paio) - Concelho de Vizela;

- CP 08/2024 – Fornecimento e Montagem/Substituição de Membranas no Sistema de Ultrafiltração da ETA de Sta Eufémia de Prazins - Concelho de Guimarães.

9. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações foi o seguinte:

	Programas Computador	Intangíveis em Curso	Total
Quantia Escriturada Bruta Inicial	277 982,80	0,00	277 982,80
Amortizações Acumuladas	265 293,09	0,00	265 293,09
Quantia Escriturada Líquida Inicial	12 689,71	0,00	12 689,71
Adições	0,00	0,00	0,00
Transferências de AFT Curso	0,00	0,00	0,00
Amortizações ano	5 602,06	0,00	5 602,06
Total das Diminuições	5 602,06	0,00	5 602,06
Reclassificação			
Quantia Escriturada Líquida Final	7 087,65	0,00	7 087,65

10. INVENTÁRIOS

A Vimágua tem implementado o sistema de inventário permanente. A decomposição desta rubrica é a seguinte para cada um dos períodos em análise:

Descrição	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Matérias primas sub. e consumo	834.806,56	900.847,28
Total	834.806,56	900.847,28

É esperado que os inventários sejam utilizados nas prestações de serviços até 12 meses após a data das demonstrações financeiras, pelo que não foram reconhecidas quaisquer perdas por imparidade respeitantes aos inventários.

O custo das matérias consumidas reconhecido no final de cada um dos períodos foi seguinte:

Descrição	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Inventários iniciais	900.847,28	921.482,36
Compras	607.322,86	756.650,01
Regularização de Inventários	621.919,97	704.747,97
Variação EPIS	4.048,68	8.031,22
Inventários finais	834.806,56	900.847,28
CMVMC	85.492,29	64.505,90

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

As regularizações de Inventários dizem respeito a saídas de armazém para a conservação de rede, e colocação de contadores (466.440,89), para fardamento de pessoal (19.338,88) e aumento dos AFT da empresa (136.140,20).

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A 31 de dezembro de 2024 e a 31 de dezembro de 2023, as quantias escrituradas nas rubricas de Instrumentos Financeiros apresentavam a seguinte composição:

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Caixa e depósitos bancários	9.915.345,03		9.915.345,03	9.203.791,25		9.203.791,25
Estado e Outros Entes Públicos	396.968,79		396.968,79	177.980,97		177.980,97
Dívidas de Clientes	4.631.320,11	2.625.560,71	2.005.759,40	4.474.941,77	2.802.697,04	1.672.244,73
Outros créditos a receber	929.911,62		929.911,62	1.572.606,35		1.572.606,35
Ativos financeiros Totais	15.873.545,55	2.625.560,71	13.247.984,84	15.429.320,34	2.802.697,04	12.626.623,30
Dívidas a Fornecedores corrente	5.587.863,56		5.587.863,56	3.995.279,72		3.995.279,72
Dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos	483.281,60		483.281,60	468.625,62		468.625,62

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Outras dívidas a pagar corrente	6.954.866,68		6.954.866,68	7.215.403,33		7.215.403,33
Fornecedores não corrente	11.105.774,94		11.105.774,94	9.061.355,60		9.061.355,60
Outras dívidas a pagar não corrente	1.240.131,43		1.240.131,43	1.473.088,65		1.473.088,65
Passivos financeiros mensurados ao valor nominal	25.371.918,21		25.371.918,21	22.213.752,92		22.213.752,92
Subtotais						
Financiamentos obtidos Corrente	1.917.960,32		1.917.960,32	1.830.736,43		1.830.736,43
Financiamentos obtidos não Corrente	2.832.127,45		2.832.127,45	4.750.427,46		4.750.427,46
Financiamentos obtidos	4.750.087,77		4.750.087,77	6.581.163,89		6.581.163,89
Subtotais						
Passivos financeiros Totais	30.122.005,98		30.122.005,98	28.794.918,81		28.794.918,81

A rubrica "outras contas a pagar" (corrente) foi objeto de uma reexpressão face aos montantes divulgados no anexo do ano de 2023. Esta reexpressão é resultante da contrapartida devida aos municípios pela utilização das infraestruturas de água e saneamento dos anos de 2022 e 2023, conforme divulgado na nota 20.2

A diferença entre o ano de 2023 o montante observado no anexo no ano de 2023, para a rubrica acima é de 1.986.389,54€.

12. CLIENTES

A 31 de dezembro de 2024 a rubrica de clientes apresentava a seguinte composição:



Descrição	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Clientes Conta Corrente	2.005.759,40	1.287.996,95
Clientes Cobrança Duvidosa	2.893.601,27	3.186.944,82
Imparidade de clientes	-2.625.560,71	-2.802.697,04
Total	2.005.759,40	1.672.244,73

Nos períodos em análise foram reconhecidas as seguintes perdas por imparidade e reversões na demonstração dos resultados:

Devido a atualização do sistema comercial, nas duas últimas semanas do mês de dezembro não comunicamos aos bancos para serem cobrados os montantes dos clientes.

Descrição	Saldo inicial	Reconhecido s no período	Revertido no período	Saldo final
Imparidades de dívidas a receber – 31 de dezembro 2023	2.742.590,99	60.106,05		2.802.697,04
Imparidades de dívidas a receber – 31 de dezembro de 2024	2.802.697,04		177.136,33	2.625.560,71

13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de dezembro de 2024 e a 31 de dezembro de 2023, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de dezembro 2024 saldo devedor	31 de dezembro 2024 saldo credor	31 de dezembro 2023 saldo devedor	31 de dezembro 2023 saldo credor
Imposto sobre rendimento		140.236,69	91.395,73	
Imposto sobre valor acrescentado	396.968,79		67.828,40	42.498,06
Retenção na Fonte		22.036,90		22.841,40
Contribuições seg social/cga		91.202,22		86.504,22
Outras contribuições		229.805,79	18.756,84	316.781,94
TOTAL	396.968,79	483.281,60	177.980,97	468.625,62

Não existem dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos.

A rubrica "Outras contribuições" respeita à Taxa de Recursos Hídricos (TRH) faturada aos clientes e a entregar, quer à Agência Portuguesa do Ambiente (ARH NORTE), quer às "Águas do Norte".

14. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

A 31 de dezembro de 2024 e a 31 de dezembro de 2023, a rubrica de "Outras Contas a Receber" apresentava a seguinte composição:

Conta	DESCRIÇÃO	31 de dezembro de	31 de dezembro de
		2024	2023
2721	Devedores por acréscimo de rendimento	13.227,03	463.181,12
278101	Entidades financiadoras de Subsídios		
278102	Devedores – Comparticipação de ramais	533.272,72	649.602,96
278103	Devedores – Acordos	291.139,51	378.221,43
278105	Devedores Coimas a cobrar	6.694,48	8.069,14
278106	Devedores estragos causados	725,78	725,78
278108	Devedores – lixo		
278109	Outros Devedores	58.072,84	59.401,87
278+225+228+23	Outros	26.779,26	13.404,05
Total		929.911,62	1.572.606,35

Em 2023, a rubrica "Devedores por acréscimo de rendimentos" contempla o montante de 462.243,65€, proveniente do ano de 2022, referente à deliberação do Conselho de Administração de 23/02/2023, referente à Metodologia de faturação do serviço de Saneamento em Alta (serviço de saneamento em alta prestado pelas "Águas do Norte". Em 2024, o referido montante foi revertido para correções de exercícios anteriores, em conformidade com o procedimento entretanto adotado, existindo um processo de cobrança judicial intentado em 2024 pela Águas do Norte.

15. FINANCIAMENTOS OBTIDOS E JUROS SUPORTADOS

A 31 de dezembro de 2024 e a 31 de dezembro de 2023, a rubrica de "Financiamentos Obtidos" apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos Bancários	2.481.923,20	1.712.119,00	4.194.042,20	1.635.410,36
Locação Financeira	350.204,25	205.841,32	556.385,26	195.326,07
TOTAL	2.832.127,45	1.917.960,32	4.750.427,46	1.830.736,43

O valor referente à rubrica “Empréstimos Bancários” diz respeito a:

-Contrato de financiamento celebrado em 8 de junho de 2009, no montante de 25.200.000€, cujo vencimento seria março de 2029.

- Contrato de Financiamento 1.250.000€ referente ao financiamento da caixa geral de depósitos celebrado em 25 de maio de 2022, cujo vencimento é para 25 de maio de 2032.

Quanto ao primeiro, e decorrente deste contrato de financiamento foi constituída, na mesma data, uma hipoteca voluntária de primeiro grau a favor dos bancos sobre treze terrenos propriedade da Vimágua, pelo montante de 252.415€.

Em 2012 foram celebrados dois aditamentos ao contrato de financiamento. O primeiro, celebrado a 12 de setembro, teve como objetivo o cancelamento de garantias prestadas pelos Municípios, designadamente o penhor financeiro das ações. O segundo aditamento, celebrado a 12 de dezembro, teve como objetivo antecipar o pagamento dos valores de contrapartida devidos aos Municípios de Guimarães e Vizela, compensado pela antecipação do final do período de carência de capital para 2013 e garantindo, conforme última revisão do modelo económico-financeiro, o cumprimento dos rácios financeiros e sem pôr em causa a viabilidade da empresa e os pagamentos aos bancos. Decorrente deste segundo aditamento a data de reembolso ou vencimento do empréstimo passou para 15 de setembro de 2026.

A Vimágua outorgou, a 5 de fevereiro de 2016, o 3.º Aditamento ao Contrato de Abertura de Crédito o qual contratualizou as alterações das condições do financiamento aprovadas pela Assembleia Geral da Vimágua na reunião de 17 de dezembro de 2015.

A revisão das condições de financiamento resultou de uma consulta ao mercado financeiro e são, no essencial, as seguintes:

- Redução do Spread da Linha de Longo Prazo de 2,50% para 1,70%;
- Redução do Spread da Linha de Apoio à Tesouraria de 2,50% para 1,25%;

- Redução da Comissão de Imobilização da Linha de Apoio à Tesouraria de 1,00% para 0,25%,
- Redução do montante da Linha de Apoio à Tesouraria de 1.200.000€ para 500.000€.

A rubrica de “financiamentos obtidos” contempla ainda o valor referente a Locações financeiras diz respeito a um contrato de financiamento para aquisição do Edifício da sede da Vimágua

O valor total dos juros suportados com financiamentos obtidos nos períodos em análise é tal como se segue:

Descrição	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Juros Suportados	315.085,81	404.527,38
Outros gastos financiamentos	1.560,02	1.556,68
TOTAL	316.645,83	406.084,06

16. DERIVADOS DE COBERTURA – TAXA DE JURO

Descrição	31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Derivados de Cobertura – Taxa Juro	00		6.791,67	
TOTAL	00		6.791,67	

Relativamente à rubrica de derivados de cobertura, a mesma diz respeito a contratos de *Swap* sobre a taxa de juro, celebrado com BPI e CGD em agosto de 2009, o término desse contrato ocorreu no exercício de 2024.

17. FORNECEDORES

A 31 de dezembro de 2024 e a 31 de dezembro de 2023, a rubrica de “Fornecedores” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores	11.105.774,94	5.587.863,56	9.061.355,60	3.995.279,72
TOTAL	11.105.774,94	5.587.863,56	9.061.355,60	3.995.279,72

Relativamente à rubrica de fornecedores incluída no passivo não corrente, a mesma inclui o valor referente à contrapartida faturada pelos Municípios.

Os anos em “aberto” correspondem à contrapartida devida dos anos de 2016 a 2023. Esta dívida será paga em 30 anos conforme decisão dos Municípios de Guimarães e Vizela.

Relativamente ao montante na rubrica “fornecedores” incluída no passivo corrente, respeita, essencialmente, à entidade Águas do Norte (4.709.886,69€). A Vimágua não se encontra a pagar junto do fornecedor “Águas do Norte, S.A.” a integralidade dos montantes debitados, uma vez que não concorda com o valor debitado pelo fornecedor. A Administração da Vimágua acredita que este tema terá resolução no decorrer de 2025, uma vez que decorrem negociações conjuntas com os Municípios que integram a CIM do AVE, lideradas por esta entidade.

18. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

A 31 de dezembro de 2024 e a 31 de dezembro de 2023, a rubrica de “Outras dívidas a Pagar” apresentava a seguinte composição:

Conta	DESCRIÇÃO	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
231	Remunerações a pagar	1.729,82	711,88
271	Fornecedores de investimentos	818.238,98	595.498,48
2722	Devedores e Credores por acréscimos	2.730.480,88	3.548.857,11
278	Credores – Credores Diversos	3.404.417,00	3.070.335,86
Total Corrente		6.954.866,68	7.215.403,33
2788	Ajustamentos em subsídios	1.240.131,43	1.473.088,65
Total Não Corrente		1.240.131,43	1.473.088,65

Em 31 de Dezembro de 2024 a rubrica “Credores Diversos” é constituída essencialmente por Garantias de Empreitadas no valor 1.170.985,39€ e Cauções de clientes no valor de 1.316.183,38€.

Relativamente ao ano de 2023 a rubrica “devedores e credores por acréscimos” foi objeto de uma reexpressão, tendo sido incluído o montante de 1.986.389,54€, referente à contrapartida devida aos municípios pela utilização das infraestruturas de água e saneamento dos anos 2022 e 2023, conforme divulgado na nota 20.2 - resultados transitados

19. DIFERIMENTOS

A 31 de dezembro de 2024 e a 31 de dezembro 2023, a rubrica de "Diferimentos" apresentava seguinte composição:

Diferimentos	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Rendimentos a Reconhecer		
Ramais	7.539,565,27	7,564,218,64
Gastos a Reconhecer	202.158,58	225.433,60

A Rubrica de "Diferimentos", no passivo corrente, corresponde aos valores faturados a clientes relativos a Ramais de água e Saneamento executados pela empresa, cujo reconhecimento em Rendimentos é efetuado de acordo com a respetiva taxa de depreciação do ativo.

Quanto a diferimentos ativo, essencialmente, é composto por gastos com seguro e EPIS

20. CAPITAL E RESERVAS

20.1 Capital Social Subscrito

A 31 de dezembro de 2024 o capital social da empresa, no valor de 500.000€ encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 500.000 ações de valor nominal de 1 euro cada.

Em 31 de dezembro de 2024 e a 31 de dezembro de 2023 a estrutura acionista é a seguinte:

Entidades detentoras de capital	31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023	
	N.º ações	%	N.º ações	%
Município de Guimarães	450.000	90%	450.000	90%
Município de Vizela	50.000	10%	50.000	10%
	500.000		500.000	

20.2 Resultados Transitados

A 31 de dezembro de 2024 a 31 de dezembro de 2023, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Resultados transitados	-4.613.202,72	-4.217.751,01
Ajustamento de transição		
Ajustamento de transição SNC-Reserva de Derivado		5.263,53
TOTAL	-4.613.202,72	-4.212.487,48

As variações ocorridas em 2024, na rubrica resultados transitados respeitam essencialmente:

- Aplicação do resultado líquido do ano 2023;
- Contabilização do gasto referente á contrapartida devida aos municípios pela utilização das infraestruturas de água e saneamento dos anos 2022 e 2023.

Face aos montantes apresentados no anexo no ano 2023, conforme relatado na nota 6.

20.3 Outras variações de capital próprio

A 31 de dezembro de 2024 e a 31 de dezembro de 2023 esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Subsídios - Comparticipação Entidades Financiadoras	5.511.755,03	6.547.120,46
Ajustamento em subsídio investimento	-1.240.131,43	-1.473.088,65
Doações	196.017,00	194.467,00
TOTAL	4.467.640,60	5.268.498,91

A imputação a rendimentos dos subsídios em cada um dos períodos foi a seguinte:

Descrição	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Subsídios – Empreitadas	1.066.294,29	1.070.523,18

A rubrica *Doações* refere-se a protocolos celebrados com juntas de freguesia relativos a extensões de rede.

21. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação dos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e a 31 de dezembro de 2023, e foi determinado conforme se segue:

Descrição	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Resultado líquido do período	804.741,43	395.451,71
Número de ações em circulação	500.000	500.000
Resultado por ação Básico	1.61	0.79

O Resultado líquido do ano de 2023, face à reexpressão ocorrida e referida na nota 20.2, alterou-se de 1.204.800,73€ para 395.451,71€.

22. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração dos resultados por naturezas dos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 a 31 de dezembro de 2023, foi o seguinte:

Descrição	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	1.302.228,97	830.117,98
Imposto esperado à taxa nominal (coleta)	439.661,24	386.774,75
Tributação autónoma	8.184,61	9.582,65
Derrama Municipal	31.547,23	27.769,62
Derrama Estadual	18.094,46	10.539,25
Imposto sobre o rendimento do período	497.487,54	434.666,27
Taxa efetiva	38%	27%

O Resultado contabilístico antes de impostos do ano de 2023, face a reexpressão ocorrida e já divulgado na nota 20.2, passou a ser de 830.117,98€.

No cálculo do IRC de 2024 foi considerada uma dedução no cálculo do lucro tributável de 52.21588€, tendo em conta os resultados de 2022 e 2023, de acordo com o regime fiscal de incentivo à capitalização das empresas (ICE)

23. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O rédito reconhecido pela Empresa nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 tem a seguinte composição:

Conta	Descrição	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
711	Mercadorias	13.749,99	1.343,77
712	Produtos acabados e intermédios	7.429.253,36	6.743.235,24
721	Serviços de exploração Sector Saneamento	11.594.200,89	10.895.858,41
722	Serviços de exploração Sector Água	3.964.050,55	3.685.617,79
723	Outros serviços	38.862,13	36.795,48
725	Serviços secundários	136.911,02	112.114,27
Total		23.177.027,94	21.474.964,96

Todas as operações foram realizadas em Mercado Nacional.

24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A decomposição da rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos", nos períodos findos 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
621	Subcontratos	6.909.678,84	7.392.587,23
6221	Trabalhos Especializados	1.232.613,02	1.242.343,78
6226	Conservação e reparação	1.127.010,79	1.213.672,76
622	Outras rubricas de Serviços Especializados	199.265,38	197.988,31
623	Materiais	73.571,40	79.634,36
6241	Eletricidade	1.204.650,26	518.922,82
624	Outras rubricas de energia e fluidos	185.269,69	187.456,48
625	Deslocações estadas e transportes	4.203,11	3.032,92
6261	Rendas e alugueres	1.321.051,02	854.369,69
6262	Comunicação	454.131,82	452.302,52
6263	Seguros	246.935,28	232.067,24
626	Outras	4.671,25	20.441,29
Total		12.963.051,86	12.394.776,59

A rubrica rendas e alugueres, em 2023, foi objeto de uma reexpressão no montante de 809.349,02€, referente á contrapartida devida aos municípios pela utilização das infraestruturas de água e saneamento do ano 2023

25. GASTOS COM PESSOAL

A decomposição da rubrica de "Gastos com pessoal", nos períodos findos 31 de dezembro de 2024 a 31 de dezembro de 2023 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
631	Remunerações órgãos sociais	53.862,14	52.588,17
632	Remunerações do Pessoal	3.952.843,38	3.688.235,64
633	Benefícios pós Emprego	2.473,98	2.394,98
635	Encargos Sobre Remunerações	856.921,92	791.126,34
636	Seguro acid. trab. doenças prof.	114.921,96	75.249,00
638	Outros gastos com o pessoal	38.082,46	131.939,22
Total		5.019.105,84	4.741.533,35

Todas as remunerações aos órgãos sociais foram pagas em dinheiro, não existindo quaisquer obrigações legais ou estatutárias que estipulem benefícios pós-emprego, benefícios por cessão de emprego ou outros pagamentos.

A Administração foi considerada, de acordo com a NCRF 5, como sendo os únicos elementos "chave" da gestão da Vimágua. Foram atribuídas à Administração, no decorrer do ano de 2024, remunerações relacionadas com o exercício das suas funções no montante de 53.862,14 Euros.

A rubrica de benefícios pós emprego refere-se ao primeiro mês de aposentação do funcionário, enquanto a sua pensão não é paga pela Caixa Geral de Aposentações.

Os outros gastos com pessoal englobam, nomeadamente, formação profissional, vestuário, consultas e exames médicos. A diminuição verificada nesta rubrica resulta, essencialmente, do não registo em 2024 do gasto com a ACSS, IP METODO DE CAPITACAO – ARTIGO 225 DA LEI 71 /2018.

O número de trabalhadores nos anos de 2024 e 2023 foi de:

Descrição	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Número de trabalhadores no final do período	222	221

26. OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos", nos períodos findos a 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
788	Outros	1.855.252,71	1.807.438,71
	Total	1.855.252,71	1.807.438,71

A rubrica de "Outros rendimentos", inclui o montante de 1.066.294,29 euros referente à imputação a rendimentos do período do valor dos subsídios para investimento e o montante de 671.202,96€ referente à imputação a rendimentos do período do valor faturado a título dos ramais de água e saneamento. Esta imputação é feita na proporção das depreciações dos bens ativos fixos tangíveis subjacentes. A conta 788 inclui, ainda, valores referentes a juros de mora no montante de 28.185,72€.

27. OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos", nos períodos findos a 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
681	Impostos	44.449,47	36.407,31
683	Dívidas Incobráveis	207.119,54	68.692,43
688	Outros	702.171,96	137.634,39
	Total	953.740,97	242.734,13

A rubrica outros gastos reflete essencialmente o desreconhecimento de AFT em curso (82.999,53€) e a reversão de acréscimos do rendimento (462.243,65€), conforme explicado na nota 14.

Também contempla a correção ao seguro de AT do ano de 2023 (38.787,97€) e a taxa de controlo da qualidade de água da ERSAR (14.687,36€) e o montante de juros de mora das Águas do Norte (40.187,49€).

28. MATÉRIAS AMBIENTAIS

Uma vez que os valores relacionados com matérias ambientais despendidos pela empresa, não são relevantes não foram efetuados quaisquer registos específicos.

Em termos de política ambiental, a Empresa pretende ter coberto e dominado todos os aspetos da conformidade legal, tendo assumido compromissos em termos de melhoria continuada de desempenho ambiental em que se destaca:

- . Prevenção da poluição;



- . Cumprimento da legislação;
- . Comunicação e divulgação a todas as partes interessadas da política ambiental da Empresa;
- . Formação e sensibilização dos trabalhadores;
- . Análise dos impactes ambientais derivados da atividade da Empresa.

[Handwritten signature]

29. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E GARANTIAS PRESTADAS

29.1 PROVISÕES

Em dezembro de 2024 a Vimágua tem processos judiciais em curso que, de acordo com opinião de advogados da Empresa, poderá implicar um dispêndio futuro de recursos financeiros.

29.2 PASSIVOS CONTINGENTES

A 31 de dezembro de 2024, a Empresa não tem mais processos em curso que possam ser avaliados como passivos contingentes.

Contudo, a Vimágua foi citada para ações com pedidos de indemnizações por danos, relativamente aos quais correm termos em Tribunal.

Em todos os processos a Vimágua entende que não são devidas nem exigíveis quaisquer quantias aos referidos processos, pelo que não se constitui qualquer provisão para o efeito.

29.3 GARANTIAS

Garantias a favor da Estradas de Portugal, na Caixa Geral de Depósitos:

Número	Valor
Garantia n.º 9015003405793	50.000,00
8 garantias a 5.000 euros cada	40.000,00
30 garantias a 1.000 euros cada	30.000,00
4 garantia a 3.000 euros	12.000,00
1 garantia a 4.200 euros cada	4.200,00
1 garantia a 2.430 euros	2.430,00
2 garantia a 3.300 euros	6.600,00
1 garantia a 1.800 euros	1.800,00
1 garantia a 7.500 euros	7.500,00
1 garantia a 2.100 euros	2.100,00
1 garantia a 2.970 euros	2.970,00
1 garantia a 3.150 euros	3.150,00

Número	Valor
,1 garantia a 17.675 euros	17.675,00
1 garantia a 48.190 euros	48.190,00
1 garantia de 51.245.00 euros	51.245,00
1 garantia de 22.145.00 euros	22.145,00
1 garantia de 7.300.00 euros	7.300,00
1 garantia de 11.655.00 euros	11.655,00
1 garantia de 79.270.00 euros	79.270,00
1 garantia de 4.500.00 euros	4.500,00
1 garantia de 21.060.00 euros	21.060,00
1 garantia de 14.360.00 euros	14.360,00
1 garantia de 68.400.00 euros	68.400,00
1 garantia de 3.600.00 euros	3.600,00
1 garantia de 18.450.00 euros	18.450,00
1 garantia de 30.300.00 euros	30.300,00
1 garantia de 8.400.00 euros	8.400,00
1 garantia de 5.100.00 euros	5.100,00
1 garantia de 56.700.00 euros	56.700,00
1 garantia de 6.000.00 euros	6.000,00
1 garantia de 2.400.00 euros	2.400,00
1 garantia de 27.300.00 euros	27.300,00
1 garantia de 14.400.00 euros	14.400,00

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Garantias a favor da ARH (Administração da Região Hidrográfica do Norte, I.P), na Caixa Geral de Depósitos:

Número	Valor
9015007146793	1.000

Garantias a favor da APA (Associação Portuguesa do Ambiente), na Caixa Geral de Depósitos:

Número	Valor
2503009889693	25.000

30. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 66º-A, 324.º e 397.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e das disposições referidas nos Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, Decreto-Lei nº 534/80, de 7 de novembro importa referir que:

- a) Em obediência ao disposto no n.º 2, do artigo 324.º do CSC, informa-se que a Vimágua, não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- b) Em obediência ao disposto no n.º 4 do artigo 397.º do CSC, informa-se que, no decorrer do ano 2024, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Vimágua e membros dos seus órgãos;
- c) Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a Vimágua não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2024, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2025, nos prazos legais;
- d) Nos termos do Decreto-Lei nº 534/80, de 7 de novembro, informa-se que em 31 de dezembro de 2024 não existem dívidas em mora ao Estado e Trabalhadores;
- e) Conforme o disposto no n.º 1, alínea b) do artigo 66.º-A do CSC, os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas no exercício de 2024 foram de 12.000€ e dizem respeito exclusivamente à revisão legal das contas.

31. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Não ocorreram factos relevantes após o termo do período até à data.

32. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO

As demonstrações financeiras do ano de 2024 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2025.

Contabilista Certificada: Direção Administrativa e Financeira:

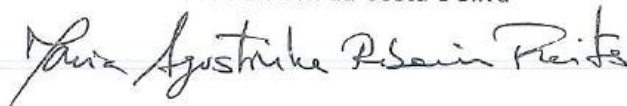


▪Eva Maria Ferreira Salgado ▪Paula Alexandrina Coelho Fernandes

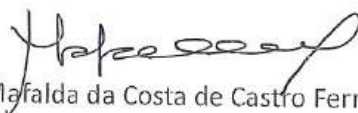
Conselho de Administração:



▪ Armino José Ferreira da Costa e Silva



▪ Maria Agostinha Ribeiro de Freitas



▪ Maria Mafalda da Costa de Castro Ferreira Cabral

